

RIO-GRANDENSES NO DISTRITO DE ENTRE-RIOS

Paulo Xavier

A presença de rio-grandenses estabelecidos como fazendeiros na área da atual Republica Oriental del Uruguay é, como sabemos, bem antiga.

Muito antes de se instituir em estado independente, o território que constitui este país amigo integrava o domínio da Espanha nesta parte do continente sul-americano.

Os portugueses, porém tinham se instalado ali desde 1680 e permaneceram por quase cem anos apoiados pela fortificação construída em Colônia do Sacramento.

Perdida a posição e entregue o território por força de tratado assinado entre as duas coroas ibéricas, os espanhóis começaram a povoar os campos e fundar cidades na margem do Prata.

Mas, com a abdicação do rei Fernando VII, seu cunhado D. João VI instalado no Brasil, desde 1808, interveio militarmente a titulo de pacificação e depois, quando os patriotas uruguaios desencadearam as lutas de sua emancipação política, ocupou todo o território.

Obteve o Brasil, finalmente, em 31-VIII-1821 um tratado assinado em Montevideu por um Congresso de Representantes do Povo Oriental que aceitava sua incorporação ao Brasil como Província Cisplatina.

Na descrição da linha de limites com o Rio Grande do Sul estabelecida (1819) pelo Cabildo de Montevideu consta este trecho:

“... por la antigua divisória hasta Itaquatiá y de ali costeará al O-N em direitura a las nascentes del Arapey, cuja margem esquierda seguirá, hasta la confluência del Uruguay ...”

Assim ampliou-se o território brasileiro incorporando-se, oficialmente, toda uma região despovoada do noroeste uruguaio (com a denominada de Entre-Rios), onde vagavam restos de tribos selvagens pertencentes aos índios Minuanos e Charruas. Integrou-se este território como distrito da vila de Cachoeira até 1831, quando passou a integrar o território da vila de Alegrete.

Por ocasião de nossa independência as extensas campinas compreendidas entre os rios Arapeí e Quaraí estavam já povoadas por gaúchos rio-grandenses. Nesta época, ainda uns poucos espanhóis mantinham nessas paragens pequenos estabelecimentos que lhes serviam de bases operacionais para correrias de gado e animais silvestres, dos quais extraíam pouco mais que o couro ou peles.

Assim, os rio-grandenses trataram de comprar àqueles poucos espanhóis suas posses, que só serviam para arreadas e depois legitimaram, obtendo títulos do governo brasileiro.

Cerca de duzentos brasileiros, atraídos pela superioridade das pastagens nativas daqueles campos para ali tinham transferido seu domicílio, mudando-se com suas famílias e interesses.

Muitos abandonaram suas antigas habitações pelos novos estabelecimentos, que passaram a construir de modo que em pouco tempo não ficou ali palmo de terreno que estivesse despovoado.

Sofreram, porém, os efeitos de guerra das Províncias Unidas do Rio da Prata (1825-28) dos Farrapos (1835-45), além das desavenças da política uruguaia entre Oribe e Rivera com marcados reflexos nesse território.

Efetivamente esta região da costa do rio Uruguai foi a área onde ocorreram as maiores perturbações próprias do estado de guerra: campos assaltados, rebanhos dizimados, agressões e violências de toda a ordem.

Em consequência, despovoam-se os campos com o abandono das estâncias e procuram seus proprietários refúgio nas Missões.

Surpreendemos visão de uma estância abandonada desses nossos patrícios, numa carta íntima endereçada por nosso ascendente (trisavô) Antônio Vicente da Fontoura à sua esposa em 29 de junho de 1844, datada no campo do Serafim, na confluência do Talas, quando seguia com uma fração do exército revolucionário republicano, pelo território de Entre Rios, depois de atravessar o rio Quaraí:

*“Todos os indícios são de uma grande estância...
porém hoje só resta uma casa despojada das paredes, um
curral, uma mangueira de pedra arruinada, um forno e uma
ovelhinha que medrosa estava a pouco bebendo água.
Revoluções, malditas revoluções que tudo abateis!”*

(DIÁRIO, de Antônio Vicente da Fontoura in Revista do IHGRS nº54, p.21, 1934).

Em documento endereçado em 23-VII-1845 à Câmara de Alegrete, povoadores dos campos entre o Arapeí e Quaraí fazem detalhada exposição dos sofrimentos dos brasileiros ali radicados.

Durante a guerra nunca puderam contar com o exército em operações na área, como expressamente referem:

*“Recorrendo esses miseráveis desvalidos ao
comandante militar respectivo para que fizesse desocupar
o terreno compreendido entre o Arapeí e Quaraí, como*

convinha à vista dos preliminares da paz (1828) ...obtiveram a resposta que ordinariamente se dava durante a guerra a todo brasileiro que recorria a alguma fração do Exército Imperial, pedindo proteção para retirar suas famílias e interesses, isto é , não viemos aqui defender campos e interesses de paisanos..."

Aquele documento, muito rico de detalhes, arremata com estes conceitos:

"Tanta incúria, tanto quebrantamento de decoro nacional investiu a Rivera da ditadura daqueles terrenos. Completou-se o extermínio dos brasileiros que ali perderam suas fortunas."

Embalde os

"...moradores naqueles territórios, sempre na esperança de uma face mais risonha aos negócios de sua Província, inalteráveis e constantes em seus princípios, remetidos a um silêncio sofreador, roubados, insultados e massacrados... esperavam da Província remédio a seus males que se acumulavam levando

Ao desespero..."

Infelizmente, esperavam em vão.

Tiveram, então, início as incursões punitivas armadas por Francisco Pedro de Abreu (1811-1891), barão de Jacuí, que ficaram conhecidas em nossa história como "Califórnia de Chico Pedro".

Novo tratado de limites estabeleceu nossas divisas definitivas (1852), indicando a linha divisória, desde

"o cerro de Itaquatiá, em Sant'Ana do Livramento, pelo rio Quaraí até sua foz no Uruguai, integrando todo aquele território à República Oriental del Uruguai."

Por julgarmos pouco conhecidas, se não inéditas, enumeraremos informações colhidas em nossas pesquisas sobre as ocupações e povoamentos por rio-grandenses desta região de Entre Rios.

Os brasileiros ali constituíram um grupo muito numeroso e ativo

dedicado, especialmente, às atividades agro-pastoris.

Por ocasião do censo uruguaio de 1908 eram 25.882, radicados nos departamentos do interior dos quais 20.595 (quase 80 %) concentravam-se em cinco departamentos : Rivera com 6.461 (quase 20 % de sua população departamental) ; Cerro Largo, com 4.402; Artigas com 3.932; Salto com 3.025 e Taquarembó com 2.775, além dos residentes em Trinta y Três, Rocha e Paysandu. Nestes campos tinham 16.571,45 bovinos (quase metade de todos os vacuns possuídos por estrangeiros e maior detentor de lanígeros (8,39 %).

Os brasileiros eram assim proprietários poderosos .

No início do século XX, segundo dados oficiais, contidos no

Censo, (de 1908) os brasileiros possuíam campos no território uruguaio avaliados em trinta milhões de pesos e equivaliam a 16,91 % da riqueza em mãos de estrangeiros. Estes campos estavam povoados por um milhão e meio de bovinos, representando a metade do rebanho possuído por estrangeiros e 20 % do rebanho nacional.

Outro destaque dos brasileiros (rio-grandenses) revela-se por sua colocação, ocupando o 1º lugar entre estrangeiros possuidores de ovinos, representando 38,39 % do rebanho nacional.

Estes dados revelam uma presença atuante dos brasileiros (desde 1817) que tinham se estabelecido nestas paragens, assegurando suas estâncias pelo direito de herança familiar.

Identificamos alguns daqueles estancieiros ali estabelecidos baseando-nos nos registros das respectivas sesmarias .

1- Antonio Alves de Azambuja. Serviu como capitão de Milícias do Regimento de Entre Rios. Era natural da freguesia de Triunfo (1778) e falecido na Barra do Ribeiro (1856). Filho de Antonio Alves Guimarães, charqueador na Barra do Ribeiro e de Mariana de Jesus (filha de Francisco Xavier de Azambuja, e de Rita de Menezes fundadores dessa linhagem no Rio Grande do Sul,)

Casou com Ana Eulália de Vasconcelos, filha do Sarg. Mor Antonio Simões Pires e de Maria do Carmo Violante (irmã do celebre miliciano Alexandre Luiz de Queiroz e Vasconcelos, “o Quebra”)

Antonio Alves de Azambuja registrou sua carta de sesmaria em 1822, onde costea seus limites; “N- rio Quaraí, dividindo campos do falecido Aedo (Haedo). O limite continuava por esta coxilha até o limite dos campos do Sarg. Mor João de Castro com os quais se dividia (Ver adiante nº 28) .

2- Antonio de Souza Trindade registrou sua sesmaria localizada no

“rincão do Pintado” confrontando ao N- rio Quaraí; S-coxilha Grande; L- galho do arroio Catalã; O- arroio do Salso, que deságua no Quaraí.

3- Antonio Rodrigues Padilha, cognominado “o valentão” Militar, participou da Campanha das Missões (1801) sob o comando de Manoel dos Santos Pedroso. Esteve presente no ataque a Paisandú (30-VIII-1811). Seus campos dividiam-se pelo N- arroio Quaró; S-coxilha; L- campos do Cândido Cardoso; O- campos do furriel Jacinto Rodrigues.

4- Antonio José da Silva registrou campos com os limites seguintes: N- arroio Três Cruzes; S- arroio do falecido Roque; O- arroio Quaró; L- Rio Quaraí.

5- Antonio Cabrera obteve campos situados entre os dois Arapeís; S- Rio Arapeí Grande; N- rio Arapeí Chico; O- forqueta dos dois Arapeí. L- até onde se completarem as três léguas da concessão.

6- Antonio José Cândido possuiu campos limitados ao N-com a coxilha dos Goavos; S-rio Arapeí Grande; L- vertente que divide campos do soldado Marcos Padilha e de Teotônio Sezefredo Nunes (Ver nº 57, adiante) O-vertente que divide campos do furriel Feliciano Nunes

7-Antonio Nunes de Oliveira campos delimitados pelo N-rio Quaraí. S- arroio Três Cruzes pequeno ; L- vertente que deságua no Quaraí.; O- arroio do Chifreiro

8-Alexandre José Pereira situou-se em campos limitados N- coxilha. S- Rio Arapeí Grande; L- vertente que divide os campos do tenente Francisco Machado; sanga que divide campos pretendidos pelo brigº duque de Saldanha

9-Cândido José de Abreu, capitão de Milícias (1803-1871). Participou das Campanhas Cisplatina, integrando o Regimento de Milícias de Entre Rios. Obteve sesmaria nas sobras, além do Quaraí, concedidas a seu pai, o brigadeiro José de Abreu (barão de Cerro Largo)

10-Cláudio José de Abreu (1802-1870), coronel de Milícias (irmão do anterior). Participou de Campanhas militares de seu tempo, mostrando disciplina e bravura Comandou a Província das Missões (1826) Registrou sua sesmaria de campos que se limitavam ao N- arroio do Etaqueador; S-coxilha que vai a Belém. L- galho (vertente) que separa campos do soldado Crispim. O- outro galho que deságua no arroio Estaqueador e divide campos de seu irmão, alferes Manoel José de Abreu.(Ver nº 44)

11- Constantino José Lopes Rodrigues obteve campos situados nos galhos do arroio Catalã, tendo ao N- um galho do Caralã; S- coxilha L- arroio do Cordoeiro e sanga que deságua no Catalã; O- sanga que divide os campos de Felisberto Trindade (nº 13)

12-Eleutério dos Santos Robalo, major de Milícias , natural de Rio Pardo, onde casou com Benta Leonor, filha de Bento Rodrigues Barbosa, e de Cipriana Pires. Seus campos situavam-se N- pelo rio Quaraí, S- Sanga que divide campos de Pedro Nolasco; L- arroio Três Cruzes, grande; O- arroio que divide campos do alferes José Ribeiro da Silva.

13- Felisberto de Souza Trindade, obteve sesmaria de campos denominados “o Pintado” assim definidos; L- por um galho do arroio Catalã; O- e S- coxilha grande; N- até completar as três léguas

14- Feliciano Severo alcançou sesmaria de campos, dividindo-se ao N- divisas de Jerônimo Rodrigues ; S- divisas de Domingos Marques (de Souza) L- coxilha; O- arroio Quaró

15- Francisco da Costa Maia obteve sesmaria de campos no “rincão de Artigas”

16-Francisco Teles de Souza registrou campos que dividiam ao N- arroio Quaró, separando campos de Fulgêncio Xavier ; S- com sangão que confronta campos de João Francisco de Matos; L- coxilha e O- arroio Quaro

17- Francisco Paes da Silva alcançou campos por sesmaria situados em Entre Rios lindeiros da chácara de Felisberto (?)

18- Francisco Paes possuiu campos com os seguintes limites N- coxilha. S- rio Arapeí grande L- vertente que deságua no Arapeí Chico; O- campos de Felisberto de tal.

19-Francisco Bernardo Verne. Sua sesmaria tinha as seguintes confrontações: N- rio Arapeí chico S- Arapeí grande; L- coxilha; O- campos do capitão Ferminano da Costa Pavão que segue.

20-Ferminano da Costa Pavão obteve campos no rincão entre os dois Arapeí, tendo sua frente a L- e fundos a O- junção dos dois rios. S- Arapeí grande; N- com o Arapeí Chico.

21- Felisberto Paes de Oliveira registrou sesmaria com as seguintes confrontações N-rio Quaraí S- coxilha que sai de Jacaré cururú; L- lajeado que divide campos do alferes Manoel Ribeiro de Almeida; O- outro lajeado que nasce na coxilha e divide campos do cabo Lucas Batista da Fontoura

22- Francisco Antônio Rodrigues Viana recebeu campos nas sobras dos requeridos por Antonio Rodrigues Padilha(já referido no nº3) situadas nas costas do arroio Quaró .

23- Francisco Vicente Brusco, coronel. Obteve sesmaria Dos campos denominados Mata Perros, limitados pelo -N- com a coxilha geral de Belém, S- Rio Arapeí; L-vertente que nasce na coxilha, em frente do Capão do Guabijú e deságua no arroio Sarandí; O- arroio Guabiju que separa campos do alferes

Gaspar Nunes.

24- Francisco Xavier de Almeida registrou sesmaria de campos confrontando ao N- com coxilha; S- arroio das três Cruzes; L- sanga. O-barra do arroio Três Cruzes no rio Quaraí.

25- José Joaquim Machado de Oliveira, militar nascido em S. Paulo (depois brigadeiro do Exército). Veio para o sul por ocasião da II Campanha Cisplatina (1816-21) e atuou com destaque atingindo o posto de coronel. Residiu em Porto Alegre em casa junto à ponte do Riacho, quando serviu como secretário do Governo da Província. Os oficiais o elegeram para representar o Exército em campanha afim de manifestar seu desejo pela permanência de D. Pedro (episódio do Fico). Depois presidiu várias Províncias e desempenhou em outras o Comando das Armas. Integrou o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, onde apresentou muitos trabalhos sobre História e Geografia nacional. Deixou uma Memória sobre a celebração da Paixão de Jesus Cristo entre os guaranis das Missões e apontamentos biográficos de Bento Manoel Ribeiro. Avô do conhecido professor José de Alcântara Machado (1875-1941), historiador, jurista e parlamentar (pai do fabuloso Antonio Alcântara Machado, o distinguido autor modernista de “Braz, Bexiga e Barra Funda” e tantos outros sucessos literários). Também recebeu campos em Entre Rios denominados “do Manoel Castelhana” com os seguintes limites: L- galhó do arroio Três Cruzes. O- com o Três Cruzes; S- até onde se completar a extensão concedida de três léguas de sesmaria.

26- José Pinto de Magalhães Miranda Obteve sobras dos campos situados no rincão de Catalã.

27- José Ribeiro da Silva possui campos em cujo registro consta que se limitavam ao N- com um salçal onde faz fundos junto á barra do arroio Quaró. S- sanga que divide o alferes Joaquim Jacques; L- o referido salçal que divide campos do Sarg-Mor Eleutério. O- arroio do Quaró.

28- João de Castro do Canto e Melo (1786-1853), depois Visconde de Castro, militar paulista destacado para servir no sul, (irmão da marquesa de Santos) participou das duas Campanhas Cisplatinas e continuou servindo aqui com destaque em funções relevantes. Requereu campos por sesmaria em Entre Rios com as seguintes confrontações: N- com sanga que separa campos da viúva do falecido Aedo (Haedo); S- sanga que faz barra no arroio Jucutuá L- coxilha que divide campos do capitão Antonio Alves de Azambuja (já referido em nº 1) O- arroio Jucutuá. Consta em nota no livro de Registro que esta sesmaria “não teve efeito porque não chegou-se a assinar”.

29- Joaquim Fagundes dos Reis obteve campos denominados “Guarda

do Chifreiro”, limitando-se ao S- com arroio das Três Cruzes ; N- rio Quaraí. L- duas vertentes que nascem na coxilha da Palma; O- por outras duas vertentes que nascem na mesma coxilha, uma das quais divide o rincão do Guabijú.

30- José Joaquim Mariano registrou campos definindo seus limites N- Rio Quaraí. S- coxilha que vem do passo das Carretas (no Quaraí); O- Vertente que divide campos do tenente Américo Antonio Gutierrez.

31- Joaquim Rodrigues do Amaral obteve campos com os limites seguintes N- Rio Quaraí. S- Coxilha Grande ; L- Sanga que divide o alferes Ludovico Nunes O- com um salçal que divide com o Sarg.Mor Francisco Alves;

32- João Batista de Freitas registrou sesmaria de campos dividindo-se ao N- com o rio Quaraí; S- coxilha que entra no rincão do Jacaré Cururu; L- com campos requeridos por Manoel Ribeiro de Almeida (ver adiante nº 45); O- campos requeridos pelo cabo Lucas Batista da Fontoura.

33- José de Abreu (1771-1827) destacado militar rio-grandense, distinguido como barão de Cerro Largo (1825). Participou de todas as campanhas militares do sul; valente comandante do Regimento de Milícias de Entre Rios, derrotou o líder uruguaio Artigas, na batalha de Catalã (1817) e em Taquarembó (1820). Foi o fundador do Alegrete. Registrou sesmaria de campos onde constam as seguintes confrontações: N-Rio Quaraí, S-arroio Estaqueador L- coxilha que entra de Santana para Lunarejo; O- barra do dito arroio. Estes campos estavam ligados aos de seus filhos Cláudio José, Candido José e Manoel José de Abreu.

34- José Ribeiro de Almeida, nascido em 17-VII-1788, em Cachoeira do Sul, filho de Manoel Ribeiro de Almeida e de índia nascida em Iapô. Participou das Campanhas Cisplatinas e da Revolução Farroupilha como coronel de Legião. Faleceu assassinado em Alegrete (1839). Sua sesmaria de campos indica os seguintes limites: N- rio Quaraí. L- vertente que deságua no Quaraí e divide campos do tenente Américo Gutierrez e outra vertente que nasce na coxilha e deságua Três Cruzes; O- vertente que divide campos do alferes **Manoel Ribeiro** (de Almeida) e por outra que deságua no arroio Três Cruzes.

35- João Antonio de Oliveira registrou campos dividindo-se pelo N- com o arroio Três Cruzes; S- coxilha; L- com as divisas de Claro Alves de Castro e parte pelo arroio Três Cruzes pequeno O- sanga que nasce na coxilha e deságua no arroio Três Cruzes grande, dividindo campos do sargento Manoel Gomes.

36-João Machado da Silveira obteve campos que confrontavam, pelo N- com a coxilha grande; S- o rio Arapeí Grande. L- vertente que divide campos de Alexandre José Ferreira (já referido sob nº 8).

37-Jerônimo Rodrigues apossou-se de campos em Entre

Rios com os limites pelo N- divisas do alferes Joaquim Jacques; S- divisas de Feliciano Severo (já referido sob nº 14). L- coxilha; O- arroio Quaró.

38-João Meireles de Macena possuía campos limitados ao N- com a coxilha que vem de Belém; S- arroio Arapeí; L- vertente que divide campos do capitão Paulo (?) O- vertente que divide campos do tenente Francisco Flores

39-José Silveira da Luz se estabeleceu em campos com as seguintes divisas N- com sanga que divide com campos do coronel Francisco Vicente Brusco (já referido em nº23)

40-João Antonio da Silva legitimou campos que dividem pelo N- com a coxilha; S- arroio Taquarembó; L- sanga que divide Lino de tal (?); O- divisas de José da Rosa.

41-José Inácio Flores registrou sesmaria de campos limitados ao N- com a coxilha; S- arroio Arapeí Chico; L- sanga que divide campos da viúva de Soares; O- arroio das Canas que limita campos de capitão Godoy e do furriel Francisco Machado.

42-José Silveira obteve sobras nos campos requeridos pelo capitão Manoel Carvalho Baião e João Lemos (ver adiante) situados na coxilha de Santana

43-João Lemos registrou campos “na parte oriental do Quaraí” que dividem ao N-com vertente que deságua no mesmo Quaraí S- arroio que divide o rincão d’Areia; L- Capão de matos sito numa coxilha; O- rio Quaraí

44-Manoel José de Abreu, (1809-1893) capitão; filho do barão do Serro Largo. Requereu campos situados na costa do arroio Estaqueador, tendo-o como limite N; ao S-coxilha que entra para Belém; L- um galho que divide campos do Sarg-Mor José Inácio da Silva (ajudante de ordens do Governador Paulo José da Gama) e deságua no arroio do Estaqueador.

45-Miguel Lemos possuiu campos delimitados ao N- pelo arroio Arapeí S- coxilha; L- divisa dos campos de Manoel José Bernardes; O- sanga que divide campos do Governador das Armas da Província (José de Abreu, já relacionado sob nº 33)

46-Manoel Ribeiro de Almeida, nascido, em 1790 no Alegrete (irmão do marechal Bento Manoel Ribeiro). Foi capitão da Guarda Nacional. Recebeu

campos por sesmaria, limitados ao N- pelo rio Quaraí ; S- coxilha; L- vertente que deságua no Quaraí e divide campos do alferes José Ribeiro (de Almeida), seu irmão (ver referência nº 34) O- vertente que deságua no rio Quaraí .

47-Miguel Vicente Leiria obteve campos dividindo ao N-com a coxilha geral de Belém ; S- rio Arapeí; L- sanga que faz barra no Arapeí e divide campos do tenente Francisco Pires; O- arroio Sarandí.

48-Manoel Francisco Ferreira registrou campos situados no rincão do Canário com os seguintes limites: O- rio Uruguai L- campos devolutos; N- divisas dos campos de João Francisco Ferreira e Salvador Maria; S- arroio Canário que divide campos de Mateus Ferreira de Souza.

49-Manoel José Teixeira possui campos limitados ao N-com o arroio Catalã; S- coxilha ; L- vertente que divide campos do alferes José Fernandes O- arroio das Talas que divide campos do alferes Felisberto Nunes

50-Maria Germana da Silva (Única mulher que registrou terras em Entre Rios). Consta como limites N- coxilha. S- Rio Arapeí L- divide com campos de fulano Coutinho O- um salsal que divide campos do espanhol Larcão (?)

51-Marco Antonio Padilha era possuidor dos campos delimitados pelo N-coxilha; S- Arapeí L- sanga que divide o alferes Gaspar Nunes; O-divide campos de Teotonio de tal.

52-Manoel Amado obteve campos de sesmaria com limites: ao N-rio Arapeí; S-coxilha; L- sanga que nasce na coxilha e deságua no Arapeí e divide campos de Serafim José de Oliveira e O- por outra sanga que divide os campos de Francisco da Luz.

53-Pedro José Lucas estabeleceu-se em campos que lhe foram concedidos por sesmaria, tendo ao N- a coxilha geral de Belém S- salsal que foi do falecido Francisco de Sales Paulino e O- campos do espanhol Larcão

54-Silvério Antonio da Fontoura obteve campos delimitados pelo N-com arroio Três Cruzes; O- campos de Manoel Alves dos Santos; S- coxilha e uns serros; L- arroio Três Cruzes.

55-Silvério Cassafuz registrou posse de campos na costa do Jecutuá e Quaro

56-Tristão José de Almeida, filho do sarg-mor Gabriel Ribeiro de Almeida, um dos principais conquistadores das Missões, em 1801 (nosso ascendente). Autor da importante “Memória” desse feito militar. Tristão prestou serviços militares como soldado Dragão e em 1822 estava incorporado ao Regimento de Milícias de Entre Rios. Registrou posse de campos limitados ao N-coxilha que vem do Jacaré; S- arroio Três Cruzes; L-

vertente que nasce no capão do Guabijú e deságua no arroio Três Cruzes, dividindo campos do furriel Joaquim Gutierrez e O- sanga que nasce na coxilha que vem do capão do Estaqueador e dali até sua barra, no Três Cruzes, dividindo campos do cabo José Rodrigues.

57- Teotônio Sezefredo Nunes possuiu campos denominados “Rincão das Goiabas” delimitado pelo N- com vertente que nasce no capão das Figueirinhas S- arroio Guabijú L- vertente que divide campos de Francisco Correa; O- rio Arapeí

58-Vasco José de Abreu registrou campos no “rincão de Mata Perros”, confrontando ao N- coxilha geral de Belém; S- forqueta do arroio “Mata Perros” L- vertente que nasce na coxilha e deságua no arroio Sarandi, dividindo campos de Antonio Dias; O- vertente que deságua no Sarandi e divide campos do coronel Brusco (Francisco Vicente Brusco), já referido sob nº 23.

Todos estes foram luso-brasileiros pioneiros ocupantes de campos na geografia “entre riana” que povoaram e neles organizam suas estâncias com títulos, devidamente registrados.

Tornaram-se os precursores daqueles que tanto contribuíram para a riqueza agro-pastoril do Uruguai, reconhecidos, cem anos mais tarde, pelo censo nacional de 1908 .

Referências bibliográficas

FONTOURA, Antonio Vicente da - “Diário” Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. nº 54. Porto Alegre 1934

MACIEL DA SILVA, Alfredo Pretextaco – “Generais do Exército Brasileiro” (biografia do marechal Bento Ribeiro de Almeida) Rio de Janeiro 1949, Biblioteca Militar

RODERJAN. Roselly Vellozo - “Os Curitibanos e a Formação de Comunidades Campeiras no Brasil Meridional” Edição do Instituto Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1992

SILVA LEME, Luiz Gonzaga – “Genealogia Paulistana”

SINÓPSE das concessões de Sesmarias “ Edição do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul in Revista do Arquivo Público do Estado.

Arquivo Genealógico do Autor.

O COMÉRCIO E A BARRA DO RIO GRANDE DO SUL 1850-1900

Raphael Copstein

Esta é uma concisa abordagem da atuação de elementos naturais que, no passado, incidiram de forma prejudicial sobre o transporte rio-grandense e se refletiram sensivelmente na atividade comercial. As dificuldades ambientais apresentadas pela Barra do Rio Grande do Sul, limitantes das possibilidades mercantis da Província, surgem, em certas fontes, como favorecedoras da expansão do contrabando em benefício de soberania alheia.

A seqüência objetiva examinar ação humana enfrentando escoamento de produção por hidrovias em condições desfavoráveis e a busca de soluções às inconveniências de ordem natural e social. Desses componentes, a desfavorabilidade natural pertence ao pretérito, o que coloca o tema na esfera da Geoistória.

Ao Poder Nacional, pelos dispositivos legais, competia a iniciativa de examinar, projetar e levar a efeito ou delegar a execução das obras destinadas a amoldar a natureza às necessidades provinciais. A finalização da tarefa favoreceria ao Governo pelo aumento da arrecadação e ao comércio pela facilidade e regularização do trânsito marítimo.

A presente versão limitar-se-á a apreciar fatos e medidas ocorridas, particularmente no último quartel do século XIX, quando foi traçado o projeto eliminador dos estorvos que barravam o bom êxito da navegação e, portanto, das relações comerciais. Justifica-se a escolha do período, baseado em Carvalho (1927, p.36), que informava não ter feito o Governo melhoramento algum até então, na barra rio-grandina por estar condenada. Pretendia-se resolver a dificuldade com a abertura de um porto em Torres.

Estado e negociantes em grosso deixaram documentos que sustentarão o presente trabalho. As classes conservadoras, representadas pelas Associações Comerciais do Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, as mais interessadas, com destaque para a primeira, com denodo e habilidade, interferiram insistentemente e ininterruptamente junto aos poderes constituídos para a resolução do que foi o magno problema da Província. Das penas dos responsáveis por essas associações, brotaram escritos que causam admiração pela quantidade e qualidade das análises, como pelos argumentos despendidos.

* O autor agradece ao amigo e colega Professor Gilberto Centeno Cardoso, Diretor da Biblioteca Rio-Grandense, pela cessão de cópias de fontes utilizadas neste trabalho.

Em virtude da instabilidade da Barra do Rio Grande do Sul, dificultando a atividade náutica indispensável ao comércio, travou-se uma luta titânica entre elementos naturais e a vontade humana. Não foi um triunfo fácil. Exigiu estudo e competência na feitura do projeto vencedor, recursos e capacidade técnica na execução.

A efetivação bem sucedida das obras da barra, reclamadas insistentemente pela economia gaúcha, levou mais tempo do que a sociedade poderia ter desejado. Se os resultados não satisfizeram totalmente as esperanças há muito alimentadas pelo comércio,o

crédito corresponde ao exagero. A antevisão de Bicalho, de um futuro porto do Rio Grande como um **novo Liverpool** (Rel. A. Comercial 1884/1886, p.14. Obras do Porto e Barra, vol. III p. 139), foi evidente excesso do otimismo.

O Projeto dominador da insurgência da barra resultou de estudos de técnicos levados a efeito por patrícios que orgulham a Engenharia brasileira.

O feito material pertence a *Compagnie Française du Port de Ri, Grande do Sul*. Sem ter apregoadado o merecido destaque, a obra é uma das grandes realizações do engenho humano da primeira metade do século XX. Mas até a sua concretização, muita água rolou pela barra.

Devido à formação geológica e a fenômenos meteorológicos dominantes na área costeira rio-grandense, as comunicações provinciais com o Oceano Atlântico processaram-se, durante largo período, com dificuldades. O assoreamento dos canais de acesso à barra limitava os calados dos navios. Ventos, impedindo entrada ou saída de barcos, juntavam-se no embaraço a uma navegação franca. Não foi por nada que a entrada gaúcha foi conhecida no período colonial como *Barra Diabólica*, alcunha devida a Gomes Freire, e, posteriormente, como *o terror de todos os marinheiros*.

Com o emprego do vapor d'água na propulsão marítima, regularizaram-se as linhas de navegação e ampliaram-se as capacidades de carga dos navios. Novas instalações portuárias tornaram-se exigências do transporte oceânico. O porto do Rio Grande do Sul desaparelhado para enfrentar essas demandas, às quais se acresciam as prejudiciais condições peculiares enumeradas, passou a sofrer restrições dos armadores e das companhias de navegação. As dificuldades encareciam os fretes e transtornavam o bom andamento do comércio provincial.

Os problemas portuários não constituíam particularidade do ancoradouro rio- grandense,inseriam-se no conjunto nacional e arrastaram-se pelo tempo afora. A primeira legislação nacional referente à modernização

data de 1869, porém, ainda em 1895, no Relatório do Ministério de Viação e Obras Públicas, lê-se:

(...) o estado quase primitivo dos portos da República, onde a míngua de meios seguros e acelerados para o movimento de mercadorias, agrava as despesas da importação e da exportação impedindo ao fisco a devida arrecadação dos direitos aduaneiros. (p.163)

Da precária situação gaúcha beneficiavam-se os portos de Montevidéu e Buenos Aires.

Da Argentina o contrabando vinha por Monte Casseros, atravessava o rio Uruguai e entrava por Uruguaiana com completa conivência das autoridades aduaneiras (Cezar, 1888, p.17/18).

O Uruguai, apertado entre duas soberanias mais poderosas e rivais, tendo entrado em um período de tranqüilidade interna, buscou organizar-se de modo a desfrutar independência econômica mesmo à custa dos vizinhos. A Capital Uruguai passou a dispor de um porto com boas instalações e como decorrência, tarifas bem mais em conta do que as rio-grandinas. Aproveitando as deficiências de acesso ao embarcadouro sul-brasileiro, tornou-se o escoadouro de apreciável parte da exportação rio-grandense. Favoreceu-se, também, através de significativo contrabando, da importação com sérios prejuízos para o comércio regular e para os cofres da fazenda nacional. Por volta de 1888, ampliou as instalações aduaneiras, estabelecendo-as em Santo Eugênio(Artigas), em frente a Quaraf, Rivera, diante de Santana do Livramento e na atual Rio Branco, diante de Jaguarão (Cezar, p.49).

A prática de comércio clandestino com o Prata era bastante antiga. Surgida com a ocupação portuguesa do território, fazia-se, então, nos dois sentidos. Não se filiava, inicialmente, às dificuldades da navegação.

No início do século XIX, o contrabando, segundo Relatório da Associação Comercial rio-grandina, **tem campeado triunfalmente em nossas fronteiras** (1889 p.18). E continuou campeando e provocando reações do comércio, mesmo após o fim daquele século. Esse sério problema perversor do comércio legal que assolou o Rio Grande do Sul, não pode ser ignorado pelos liames que o amarravam às dificuldades da barra. Não cessou com a regularização do transporte marítimo, sua ação, porém, foi minorada. Constituiu-se em preocupação constante das Classes Conservadoras, representadas pelas Associações Comerciais. Manifestaram-se através de inúmeros memoriais às autoridades como se constata nas atas das sessões

das respectivas Diretorias. Visando sua distribuição as Associações pelotense porto-alegrense e rio-grandina subscreveram exemplares de *Contrabando oficial*, livro que enfeixou artigos sobre o assunto, publicados na Folha da Tarde de Porto Alegre.

Diante da realidade então existente, concorda-se com o pensamento dos comerciantes rio-grandinos, manifestado através de sua Associação maior:

(...) que esse trafego ilícito jamais chegaria ao ponto a que atingiu se para isso não houvessem os nossos governos contribuído eficazmente. Pela protelação do melhoramento definitivo da nossa barra (..) Op. cit., 1889, p. 19).

Um retrospecto da situação existente mostraria que além das dificuldades naturais, o contrabando cevou-se na omissão da autoridade. O incentivo à prática ilegal, na fronteira brasileira gozava do beneplácito de funcionários corruptos e como afirmou o Inspetor da Tesouraria, Bernardo de Castilho Maia, que por profissão deveria conhecer bem o assunto: **o contrabando não se extingue porque é sustentado pelos políticos de ambos os partidos.** (Cezar 1888, p. 94).

Comparando os custos incidentes sobre as mercadorias nos portos de Montevideú e Rio Grande, no último quarto do século XIX, tem-se: em navio a vela (1882), uma tonelada de carvão, pagava, de Cardiff a Rio Grande, de 45 a 50 xelins. Daquele porto à Montevideú, o custo do transporte da mesma carga era de 24 xelins. O porte do sal proveniente de Cádiz, essencial às charqueadas atingia entre 50 e 52 xelins a tonelada, via Rio Grande; a Montevideú chegava por 21 xelins e 6 dinheiros. (Rel. Bicalho). Silveira Martins, alguns anos depois, na sua tribuna do Senado (14/8/1888), comparando os portos de Montevideú e Rio Grande, afirmava que o custo do seguro triplicava quando a mercadoria era despachada via Rio Grande e, generalizando o custo do transporte, acrescentava: uma tonelada de carga paga 20 xelins quando dirigida ao porto de Montevideú, 65 xelins ao do Rio Grande e 75 xelins ao de Porto Alegre.

A atividade portuária montevidiana não dava tréguas à precariedade rio-grandina. Nessa época, (Rel. Associação Comercial, 1884, p.22) foram contratados melhoramentos para aquele porto no valor de 30 000:\$000 (trinta mil contos de réis) e projetavam os Orientais vias férreas direcionadas à

fronteira brasileira destinadas, não oficialmente, a ampliar a ilicitude mercantil em prejuízo do comércio legalmente estabelecido.

A inércia brasileira diante da animada competição orquestrada pelo Governo Uruguaio, levou a Associação Comercial do Rio Grande a afirmar em memorial ao Ministro da Agricultura, Indústria, Comércio e Obras Públicas (Rel. de 1884 p. 23) que os empreendimentos uruguaios em direção à fronteira tendiam a separar comercialmente o Rio Grande da **comunhão brasileira**. Não estavam enganados os comerciantes patrícios. O senador oriental Juan Alberto Capurro em trecho de discurso disse:

Tenemos además al norte una gran provincia que está progressando mucho; la provincia de Rio Grande. Es necesario llegar a ella a todo trance con nuestros ferrocarriles. Es preciso que nuestros puertos sean un día los de aquella provincia (...) (Espírito Santo, p. 17).

Um lustro após, nada se modificara. A situação vigente pode ser avaliada nas palavras do Senador Silveira Martins ao discursar na Câmara Alta (13 de julho de 1888) a respeito da arrecadação das alfândegas uruguaias, afirmou (...) **Rio Grande em vez de uma província brasileira,[é] uma tributária, uma verdadeira dependente daquela República [Uruguai]**, (Anais do Senado, 1888, p.140).

Se o Uruguai aproveitava as circunstâncias de forma prejudicial à economia sul-rio-grandense, defendia-se com legislação punitiva ao contrabando pelo decreto baixado em 26 de março de 1887 Prescrevia o artigo 2:

Los autores y los complices en el contrabando, á mas de las responsabilidades civiles que las leyes les imponen, quedan sujetos á las penas que establece la justicia criminal para los delitos de hurto. (Relatório, 1889, p. 22)

As condições da barra e a letargia governamental brasileira favoreciam a ilegalidade comercial. Justas as posições e protestos assumidos pelos mercadores patrícios, porém, é preciso reconhecer que os fluxos comerciais, antes de se orientarem por princípios éticos, buscam vias de menor resistência

para atingir os objetivos.

Os desarranjos trazidos pela barra refletiam-se nos preços das mercadorias exportadas e importadas através do porto do Rio Grande do Sul. Era mais barato remeter produtos rio-grandenses para outras províncias, via Montevideu, do que por Rio Grande. Com todos esses percalços, o Rio Grande do Sul era, contudo, a terceira província exportadora do Império.

As sérias implicações decorrentes do estado da barra exigiam providências do Governo constantemente assediado pelas classes conservadoras da Província, tendo a frente a *Associação Comercial da Cidade do Rio Grande* (hoje **Câmara do Comércio** (fundada em 1844). Os próceres da atividade mercantil estiveram incessantemente pressionando e solicitando através de bem fundamentados memoriais às autoridades competentes, as providências exigidas pelas desfavoráveis circunstâncias.

Nessa porfia pelo melhoramento da navegabilidade na barra, não faltou à entidade rio-grandina o apoio das congêneres de Pelotas e de Porto Alegre. Estas associações não pouparam esforços e prestígio para a resolução do magno problema.

No plano político, a situação, em virtude da rivalidade brasileiro-platinas, encerrava problemas relacionados com a segurança nacional.

Se de há muito, a transposição da Barra do Rio Grande do Sul apresentava embaraços, a situação alterou-se para pio, a partir de 1879. Nesse ano, a profundidade, que era de 3,80m, foi-se reduzindo devido ao assoreamento dos canais de acesso. Em 1881, a passagem tornou-se dramática, apenas navios com o máximo de 2 metros de calado tinham condições de transpô-la. (Rel. do Ministério de Viação e Obras Públicas, 1912 in Obras do porto e barra do Rio Grande do Sul - Histórico, p.460). Os prejuízos atingiam em cheio o comércio rio-grandino e por extensão, a Província. O relatório do Presidente, Soares Brandão, registrou informação do responsável pela Praticagem da Barra como sendo **péssimo o estado da barra**. Para precisar idéia do "péssimo estado", transcreve-se parte do telegrama da Associação Comercial rio-grandina, em 1º de dezembro, solicitando ao Presidente, providências junto ao Governo Central. O rogado impressionou-o, levando a reproduzi-lo em relatório.

(...) o péssimo estado da barra desta província que nos últimos seis meses tem-se conservado extremamente baixa, causando à navegação e ao comércio em geral sérios prejuízos; a sua impraticabilidade dos últimos 30

dias tem causado verdadeiro pânico; cerca de cem navios, alguns há mais de 3 meses, calando de 12 a 15 palmos, se acham impossibilitados de a transporem; neste número contam-se seis paquetes que com dificuldades tem apenas conseguido baldear malas e passageiros, precisando para isto que o próprio rebocador de pequeno calado, que faz o serviço da praticagem, aguarde oportunidade para poder executá-lo (Fonte :Rel. do Presidente da Província, 1882).

Em 1882, informou a Associação Comercial, com exagero, ter-se praticamente transferido o escoamento do comércio rio-grandense para o porto de Montevideu. Os rendimentos da alfândega rio-grandina confirmam um decréscimo de atividade comercial como mostra a tabela .

Tabela
Rendimento Líquido da Alfândega da Cidade do Rio Grande

ANOS	RENDA LÍQUIDA
1880 -1881	2.393:906\$353
1881-1882	2.421:336\$294
1882-1883	2.242:327\$983
1883 -1884	2.222:022\$473

Fonte: A.Comercial do Rio Grande-Relatório1884/1886

Os meios ilícitos da troca e as reclamações dos prejudicados levaram tanto os representantes dos últimos, como ao Governo, a procurar soluções.

Em telegrama datado de dois de dezembro, a Associação Comercial informava ao Presidente Provincial ter contratado em Liverpool, a vinda de um especialista em desobstruções com uso de dinamite. Solicitava permissão para que o técnico inglês, praticar sua atividade em benefício da navegação, junto à Administração da Barra.

Essa tentativa de abertura por explosão não encontrou apoio na opinião do administrador da barra. Para ele, a melhora só seria obtida por efeitos naturais ou por escavações especiais. Opinião semelhante expendeu o engenheiro Lopo Gonçalves Bastos Netto. O técnico inglês ao examinar o banco e verificar-lhe a extensão - mais de 700 metros - concluiu ser imprópria sua técnica para conseguir o melhoramento.

Não esmoreceu a Associação Comercial. Fretou o vapor Humaitá para empregar correntes de ferro para a desobstrução, técnica que, segundo o inglês, havia obtido resultados promissores em outros portos estrangeiros. Novamente manifestou-se contrário o responsável pela barra. O Presidente da Província conseguiu junto aos superiores licença para aplicá-la. A tentativa fracassou.

Por ofício dirigido ao Presidente da Província Souza Lima, em de janeiro de 1883, sabe-se que o estado da barra, apesar de ter melhorado – não por interferência humana.– ainda era mau. A navegação a vela, em **pânico**, com raras exceções, resolvera deixar de aceitar fretamento para a Província. Na mesma correspondência, mais uma vez, frisou a importância do contrabando, em detrimento da produção provincial. A barra em mau estado produzia bom contrabando...

Por essa época, quando a barra não permitia a entrada de vapores, os passageiros que demandavam a Rio Grande, serviam-se, para chegar a cidade, de uma catraia a vela e de um rebocador de calado impróprio. Os serviços da Praticagem da Barra valiam-se de barco particular alugado. Aos óbices naturais somava-se um desaparelhamento de responsabilidade pública.

Considerando as condições desfavoráveis, os naufrágios, proporcionalmente ao movimento navegador, eram relativamente raros. Entre 1847 e 1882, quando passaram pela Barra 40 650 navios, houve 73 naufrágios ou sejam um por 557 barcos, ou média de dois por ano. No período 1866/1882, registraram-se entradas e saídas de 20 603 embarcações com perda de 22, ou seja pouco mais de uma por mil, ou média de uma por ano. Sem minimizar as conseqüências, acrescenta-se que nem todos os soçobros foram devidos a fatores naturais. A imperícia, e às vezes a arrogância de

comandantes, ignorantes das condições reinantes, ou a ação de um ou outro **pirata da terra**, responderam por alguns dos naufrágios.

Uma das mais chocantes perdas com grande repercussão pública foi o do navio nacional Rio Apa, em 1887. Ancorado fora da barra durante vários dias, esperando condições favoráveis entrada, naufragou e fez grande número de vítimas. A barra não foi a única responsável pelo acontecido. O reflexo desse naufrágio na imprensa foi enorme, ultrapassou o âmbito provincial e ecoou estrondosamente no Congresso. Nesse ano, na correspondência da Associação Comercial a entidades e a políticos, o desastre foi citado diversas vezes.

A dificuldade de acesso marítimo ao Rio Grande não esteve ausente das preocupações do Governo. Imperial. Estudos de autoria de técnicos nacionais e estrangeiros vieram à luz na segunda metade do século XIX. A maior parte deles condenava a barra da Província. Soluções substitutivas aventadas não se esquivavam de percorrer o caminho da fantasia. Nestas inclui-se a construção do porto de Torres, apoiada por Bicalho "tendo em vista necessidades de um futuro próximo". No início do século seguinte, essa idéia ainda empolgava os adeptos. A ligação oceânica de Porto Alegre foi outra dessas pretensões sem estimativa de custo/benefício ou de prejuízos ambientais. Os últimos, então, não eram levados em consideração.

Ofertas sobre melhoramentos e desimpedimento da barra não encontravam abrigo entre os detentores do Ministério da Agricultura, Indústria, Comércio e Obras Públicas. Faltavam às sugestões bases sólidas e dignas de crédito. (Obras do Porto e Barra... p.194).

A medida governamental decisiva para encarar o problema da barra foi tomada em fins de 1882. Na lei orçamentária para o exercício 1882-1883, o Legislativo autorizou o Gabinete a mandar proceder aos estudos necessários à solução dos problemas de navegação do Porto do Rio Grande do Sul. A permissão foi abonada com uma verba de oitocentos e quarenta contos de réis (840:000\$000) a sair dos cofres provinciais (Lei n. 3140 de 30 de outubro de 1882, art. 7º § 18). Por emenda apresentada no Senado, foram destinados, dessa verba, cento e sessenta contos de réis (160:000\$000) para obras no rio Jaguarão. Coube ao Ministro, Conselheiro Henrique de Ávila, a quem estavam afetos os negócios portuários, baixar em nome do Imperador, a portaria de 13 de janeiro de 1883, cujo no item I reza:

*A comissão que for nomeada tem por objeto
proceder aos estudos necessários para organização de um*

projeto definitivo de melhoramento da barra do Rio Grande do Sul ou de abertura de um canal que assegure a franca navegação marítima até a cidade do mesmo nome na província de S. Pedro. (Obras do porto e barra do R S, vol . III. p 53)

A portaria indicava o número de componentes da Comissão que teria como Engenheiro-chefe o diretor de Obras Públicas da Secretaria de Estado de Agricultura Comércio e Obras Públicas. Detalhava a documentação a ser apresentada ao término dos trabalhos, solicitava um plano de execução do projetado, orçamento e estimativa de tempo de apronte das mesmas.

A Comissão constituída pelos engenheiros Domingos Sérgio de Sabóia e Silva, (primeiro ajudante), Lopo Gonçalves(diretor do Serviço de Conservação do Porto do Rio Grande do Sul) ajudante adido, os segundos ajudantes Luiz Martinho de Moraes , Ernesto Otero, Henrique Bicalho Hungria e mais seis funcionários trabalhou sob a chefia do notável engenheiro patrício Honório Bicalho. As atividades estenderam-se por dez meses. Além das necessárias observações in loco, foram examinados e estudados cuidadosamente, plantas hidrográficas, dados de observações meteorológicas, marés, aluviões, e seus efeitos locais. Foram colecionados e apreciados estudos estrangeiros sobre casos assemelhados ao da Barra.

Segundo Bicalho, o obstáculo formava-se principalmente pela ação das forças marítimas sobre o fundo, junto à costa, acrescido de pequena contribuição de areias erodidas no canal do Norte e por deposição eólica. A profundidade das águas na desembocadura do Canal do Norte reduzia-se a 3 metros, quando do estudo. Ultrapassado o canal, os navios encontravam profundidades de até 10 metros.

Apoiada nos elementos recolhidos, nos estudos feitos, consideradas as soluções conhecidas para desembaraçar a navegação em portos sem marés, a Comissão descartou a de abertura de um canal lateral por não eliminar as desvantagens existentes; a da dragagem, por tornar-se permanente e não permitir profundidades maiores do que quatro ou cinco metros de calado. A canalização da embocadura por meio de molhes, experiência bem sucedida em outras paragens, foi recomendada como a apropriada. Valia-se da força erosiva das águas na remoção do banco da barra.

Os molhes, concentrando e direcionando as águas em uma seção de vazão, aumenta-lhe a correnteza e, portanto, o efeito erosivo sobre o fundo do leito (...) escava a barra já formada, tem em geral intensidade suficiente para impedir que as matérias em movimento continuem a depositar-se no mesmo lugar da barra removida (Obras do Porto... V. III, p. 76)

Quanto ao material de construção dos molhes, examinadas algumas alternativas, a preferência recaiu na utilização de faxina e pedra solta (Op. cit. p.77). Peter Caland os testara com sucesso, na embocadura do rio Mosa [Maas], na Holanda (Op. cit. p 131).

Os molhes deveriam convergir dos extremos dos pontais da embocadura da barra afunilando-se. Estenderiam-se até a profundidade de seis metros possibilitando, a formação de um canal de navegação para navios de 24 pés de calado. No Canal do Norte, a largura atingiria um quilômetro. O comprimento seria determinado durante a construção.

A solução preconizada era, também, a mais conveniente quanto ao custo. Orçado em 10.000:000\$000 (dez mil contos de réis), a ser ressarcida por duas taxas, uma sobre o valor médio da exportação e da importação e outra sobre a tonelage da mercadoria movimentada.

A regularização da entrada da barra impulsionaria o desenvolvimento provincial e melhoraria **as condições administrativas e políticas da fronteira do sul do Império** (Gonçalves, 1885 p.139).

Por sugestão do Dr. Bicalho, o projeto deveria ser submetido à consideração do especialista holandês Petter Caland.

À legação brasileira em Bruxelas coube contratar àquele engenheiro, Inspetor Geral da *Waterstaat Neerlandez*, no início de 1885. Acompanhado pelo ajudante, engenheiro Welcker, chefe de distrito naquela repartição, chegou ao Rio de Janeiro, em setembro. Encaminharam-se, em seguida, a Rio Grande onde permaneceram até o fim de outubro.

Sobre a atividade da dupla holandesa, assim testemunhou a Associação Comercial:

(...) tendo [Caland e Welcker] com louvável assiduidade e perspicácia, examinado e perscrutado todos os pontos que pudesse esclarecer sobre o assunto.

(...) o seu luminoso relatório, no qual declara completamente exeqüíveis essas obras, de que apresentou

orçamento, plantas e descrições aprovando em sua base o projeto do distinto engenheiro Sr. Dr. H. Bicalho (...) de que apenas difere em pequenos detalhes de execução da obra. (Relatório da Associação Comercial da Cidade do Rio Grande - 1884-1886, p.8).

A barra passou a dispor de um plano exequível. Estavam previstos dois molhes, o de oeste com 4 960 metros de extensão e o de leste com 3 350 metros, convergindo através dos bancos em direção à barra do sudeste, até a profundidade de 6 metros, formando um canal de 8 metros de profundidade.

Uma síntese das perspectivas reservadas á barra, aplicado o plano, foram expressas por Bicalho. Solicitado por telegrama a manifestar-se sobre o **magno assunto da barra** pela Associação Comercial com finalidade de registro no Relatório de 1886, o Engenheiro (correspondência de 18 de janeiro de 1886, p 9), manifestou-se sucintamente: 1.pela exequibilidade do projeto apresentado pela sua Comissão acrescentando que nenhum outro resolveria nas mesmas ou em outras condições; 2. O melhoramento previa a canalização da embocadura do Canal do Norte e 3.

Da execução das obras deve resultar um canal navegável com grande profundidade dando franco acesso em todo o tempo aos paquetes transatlânticos até a cidade do Rio Grande que se tornará um porto marítimo de primeira ordem.

Petter Caland em seu **Rapport présenté au Gouvernement Brésilien** calculou o custo das obras, baseado em dados que lhe foram fornecidos, em importância maior do que a estimada por Bicalho. O empreendimento ficaria em cerca de 14.700:000\$000 (quatorze mil e setecentos contos de réis). Prognosticou uma variação no custo, dependendo da forma escolhida para a feitura da obra. Recomendou-a sob a responsabilidade e custeio governamental. Manifestou-se contrário à vinculação dos trabalhos a um preço pré-determinado. As obras, divididas em partes, deveriam ser entregues a diversos empreiteiros. Cogitava a economia de custos, com essa preferência.

O comércio rio-grandino declarou-se francamente pelo custeio governamental. Sempre que possível, buscou e divulgou opiniões favoráveis à responsabilidade do Poder. Durante largo tempo, enquanto houve sentido,

defendeu com vigor esse ponto de vista.

A redução de custos portuários decorrentes da obra teria reflexos sobre os fretes e permitiria o estabelecimento de tarifas competitivas com as vigentes em Montevideu. Na capital uruguaia, as obras de melhoramento e conservação portuária não desconheciam aplicações de dinheiro público.

Mesmo nas altas esferas governamentais havia partidários da estatização das obras da barra. Respondendo as críticas de Gaspar da Silveira Martins, quando do lançamento do primeiro edital de concorrência, por ele assinado, o Conselheiro Antônio Prado, Ministro da Agricultura, (sessão do Senado em 19/7/1887), defendeu-lhe a legalidade. Os dados constantes no criticado edital correspondiam ao aprovado pelo Legislativo. Antônio Prado, abordou aspectos que diferenciavam os pensamentos do indivíduo e do ministro, diante do problema. Destacou a importância da regularização da barra para o comércio e para a defesa nacional; acentuou não dever o Governo medir sacrifícios para a sua consecução – **o Estado deve lançar mão de todo os meios (...) para a realização dessa importante obra**; não acreditava que capitalistas estrangeiros fosse atraídos pelos juros de 6% anuais sobre o capital, por não serem satisfatórios, e, pela desconfiança dos pretensos aplicadores do empreendimento; quando a questão foi examinada pelo Gabinete, manifestou-se pela realização estatal, os impostos pagariam o custo. Foi voto vencido.

Silveira Martins, que criticara o Ministro, Senador Antônio Prado (sessão do Senado em 8 de agosto de 1887) contestou-lhe a descrença quanto aos resultados do edital de concorrência. Manifestou haver muitos interessados nas obras e ser exíguo o prazo para apresentação de propostas que, pelo documento legal, se encerrava em setembro. Justificou a necessidade de mais tempo para fazer a tradução e divulgação do edital de concorrência na imprensa europeia. Pleiteou, sem sucesso, ampliação do prazo até março de 1888 e modificação de cláusulas que **não são as vencedoras**. As solicitações do representante gaúcho eram procedentes.

Uma manifestação contundente de apoio à tese de financiamento apoiada pelo Comércio, foi a do chefe da **Comissão de Melhoramentos da Barra do Rio Grande do Sul**, Dr. Domingos Sérgio de Sabóia e Silva. Em correspondência à Associação Comercial do Rio Grande (of. de 31/8/1887), escreveu que obras como as exigidas pela barra, pela incerteza de custos devem ser financiadas pelos governos. Citou o insucesso da empresa do canal de Amsterdã, que apesar das altas taxas cobradas, foi salva da ruína pela encampação.

Provavelmente nesse malogro, apoiou-se Caland para pregar o

financiamento governamental. Acontecimentos como o citado também ocasionaram crises em portos de outros países.

A decepção das Classes Conservadoras pela não adoção do alvitrado pelo Em- genheiro holandês quanto ao custeio, percebe-se em uma frase do ofício enviado pela Associação Comercial (27 de julho de 1887, of.n.77/86, p. 61) aos representantes rio-grandenses no Congresso Nacional: *submete-se resignada a essa profunda alteração Referia-se à entrega das obras para a iniciativa particular.* (Rel. Associação Comercial 1889, p. 61). As Classes Conservadoras não ignoravam os inconvenientes que poderiam advir de uma administração estatal de obras. Expressaram isso ao Conselheiro Antônio Prado (of. n. 488-6/8/1887- Rel. 1889, p. 63), mas, acordaram que as circunstâncias e os técnicos aconselhavam e a lei permitia a solução defendida. Nesse assunto os rio-grandinos não obtiveram o apoio da da congênere porto-alegrense. Em 1890, manifestando-se a respeito, a entidade dos comerciantes da Capital declarou não concordar quanto à feitura da obra pelo Governo por *não ter confiança em que sejam começados ou terminados [os trabalhos]* sem graves interrupções (Correspondência 8/1/1890).

No caso das obras ficarem na esfera do Poder Público, competiria ao Estado a fiscalização dos contratos de empreitadas parciais cujas concorrências barateariam os preços da obra, segundo os planejadores.

A preferência registrada por Caland e pelos comerciantes gaúchos, na época em que lavrou parecer o engenheiro holandês, não encontrava apoio na primeira e genérica legislação imperial da modernização dos portos. Independentemente de peculiaridades locais ou de experiências frustradas alhures, caso holandês do Mosa, as obras deviam obediência à lei. Somente em fins de 1886 haveria, pela primeira vez, amparo legal, não obrigatório, àquela pretensão.

A ereção de uma obra pública desse porte por concorrência dependia da existência de interessados dispostos a empregar capitais a juros que considerassem compensadores.

Até o lançamento da concorrência às obras da barra do Rio Grande do Sul, regulava a matéria, o Decreto n. 1746 de 13 de outubro de 1869. Por ele, o Governo era

autorizado a contratar a construção, nos diferentes portos do império, de docas, e armazéns para carga e descarga, guarda, conservação das mercadorias de importação e exportação.

Submetia-se a empresa vencedora da concorrência, entre outras exigências legais, à aprovação governamental dos projetos de obras, fiscalização, prazo de concessão não superior a noventa anos, revisão quinquenal de tarifas quando o lucro líquido ultrapassasse a 12%, reconhecimento do direito de encampação das propriedades da vencedora, após 10 anos de atividade. Nesse caso, haveria indenização mediante apólices da dívida pública rendendo 8% de juros anuais. Aos permissionários cabiam, entre outros direitos e vantagens, concessão até 90 anos, percepção de tarifas a vigor com aprovação do governo; desapropriações necessárias às obras, formação de um fundo de amortização, 10 anos após o término dos trabalhos, constituído de quotas deduzidas dos lucros; o fundo visava a recomposição do capital empregado, ao término da concessão.

Quando o porto do Rio Grande do Sul dispôs de plano definitivo e o Poder Central, pretendeu concretizá-lo, o Congresso aditou, ao Decreto regulador vigente, uma complementação incluída na lei n. 3 314 de 16 de outubro de 1886.

Essa lei que **Fixa a despesa geral do Império para o exercício de 1886-1887 e segundo semestre de 1887**, no parágrafo único do artigo 7º, autorizou o Governo a contratar, mediante concorrência pública, empresa destinada a submeter a barra do Rio Grande do Sul ao Plano Bicalho-Caland. Na última alínea do item 4º, conferiu ao Poder Concedente, havendo conveniência, faculdade de executar as obras por conta própria.

Os concessionários, privados ou públicos, passaram a gozar vantagens não previstas na legislação até então vigente. A alínea 2 do parágrafo único garantiu juros de 6% anuais para amortização do capital empregado. Ao Governo coube a tarefa da arrecadação incidente sobre o **valor da importação e exportação e sobre a tonelagem dos navios** que cruzassem a barra. Na fixação dessa porcentagem, o Congresso claudicou e a redação final da alínea conteve bitributação. O engano originou-se na sistemática utilizada pelo Congresso quanto ao modo de registro de emendas substitutivas apresentadas pelo Senador Gaspar da Silveira Martins.

Apreciada na Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados, a proposta de orçamento do Ministério da Agricultura Comércio e Obras Públicas, seguiu para o Senado. Como à Câmara Alta não competia iniciativa de criação de tributos, o Senador Silveira Martins apresentou, em discussões diferentes, emendas substitutivas a parte da alínea 2 do citado parágrafo, em segunda e em terceira discussões.

A justificativa da última alteração foi a seguinte:

As taxas propostas na 2ª parte do aditivo para o pagamento de juros e amortizações do capital a empregar-se na abertura da barra da província do Rio Grande do Sul sejam, de conformidade com os estudos e pedidos das praças do Rio Grande do Sul, Porto Alegre e Pelotas (Obras do Porto e Barra do RS. vol II, p. 182).

Tanto o original, como os substitutivos diferenciavam os valores cobrados segundo proveniência ou destino dos barcos de ou para portos nacionais ou estrangeiros e segundo o tipo de propulsão.

Sugeridos pelas Associações Comerciais, os tributos aprovados foram os seguintes: comércio exterior, saída ou entrada à barra, navio de vela por tonelada de peso, 1\$680 e, em vapo, 2\$520 por tonelada de peso. Sobre o valor oficial das mercadorias, transportada recolhiam, respectivamente 1,44% e 2,16%. Os barcos a serviço do comércio interprovincial contribuía, se impelidos à vela, 1\$120 por tonelada peso, se a vapor, 1\$680. Sobre o valor oficial das mercadorias, respectivamente 0,96% e 1,44%.

A bitributação originou-se da não supressão do texto antecedente pela Câmara ao aprovar a emenda proveniente do Senado. Assim, o parágrafo, além dos valores antes citados, acresceu-se dos seguintes: comércio internacional, por tonelada peso: navio a vela 1\$100; vapor, 1600; comércio interprovincial, navio a vela, \$800 e vapor, 1\$100 (valores de uma emenda em segunda discussão).

O Governo ficava autorizado a iniciar a cobrança de parte das taxas aprovadas ao começarem as obras definitivas (item 3º). O arrecadado aumentando progressivamente até o máximo votado, iria atender ao pagamento dos juros do capital que estivesse sendo aplicado anualmente e mais as despesas de administração ou fiscalização. Após a amortização do capital empregado, haveria redução das taxas ao necessário à conservação do erguido.

A percepção do engano só veio a luz quando o Governo lançou o Edital de Concorrência com as imperfeições legais apontadas. A Associação Comercial do Rio Grande esperava ansiosamente a iniciativa governamental. Oficiara a respeito, ao Ministro Antônio Prado, em março de 1887, sem obter retorno.

Foi com surpresa e satisfação que soube, através de telegrama, em 6 de abril daquele ano, da publicação de Edital de Concorrência Pública, na

imprensa do Rio de Janeiro, datado do dia anterior. O conteúdo do edital chegou-lhe ao conhecimento através da imprensa. (of. nº 11 27/4/1887), e mereceu acurado estudo. No item 5º daquele documento, constavam as taxas propostas pelas Associações Comerciais rio-grandenses, e aprovadas por intermédio de emenda substitutiva do Senador Silveira Martins em terceira discussão e mais as da emenda anterior proposta em segunda discussão, caducada com a última aprovação. A duplicidade de taxas traria

um ônus anual de dois mil e tantos contos de réis, em vez do de mil e quinhentos contos, calculado e proposto pelo comércio da Província em relação ao capital necessário para a execução das obras. (of. nº 11, ao Ministro da Agricultura. Relatório... 1889)

Embora a Associação do Comércio rio-grandina alertasse o Ministro competente sobre o exposto, tal era o seu interesse na regularização da barra que na mesma correspondência manifestava *desejo que este seu ato* [o referente a duplicação de taxas] **não venha entorpecer o bom andamento desta importante questão(...)**.

O último item do parágrafo único ainda previa, afora as vantagens constantes no decreto de 1869, o estabelecimento de mais uma taxa de 2% sobre o valor da importação e 1% sobre o da exportação pelo porto, calculadas para não excederem em 6% o juro do capital e para a amortização em 40 anos.

Entre as opções legais de aplicação do Plano Caland, via estatal, a preferida pelas Classes Conservadoras rio-grandinas ou contrato com empresas privadas, a escolha governamental recaiu na última. Não pesaram as inúmeras opiniões especializadas, em contrário.

O edital de abertura de concorrência para as obras de melhoramento da barra do Rio Grande do Sul, não obstante as legais imperfeições apontadas e os citados comentários desfavoráveis do Senador Silveira Martins, não teve a necessária divulgação na Europa, aonde estariam os candidatos a financiar e explorar o empreendimento. O ofício nº 77 da Associação Comercial rio-grandina de 27 de julho de 1887, enviado a cada um dos membros da bancada rio-grandense com assento no Congresso Nacional, informa ter o edital aparecido somente no Times de Londres, em 23 de junho.

Por exigüidade do tempo de publicação do edital, ou por falta de boa

comunicação com os capitalistas, segundo algumas fontes, ávidos em buscar lucros exorbitantes nestas paragens americanas, nem poucos, nem **muitos interessados** apareceram. As raras propostas que responderam à concorrência, segundo o Ministro Lauro Müller, foram recusadas. Não satisfaziam as exigências (in Relatório do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, 1907, p. 63).

O Ministro fala em propostas (no plural), mas, no já citado Relatório da Associação Comercial do Rio Grande, 1889, (p. 78/9) há a transcrição de ofício (n.º 9 de 20 de janeiro de 1888), enviado as congêneres de Porto Alegre e Pelotas, analisando uma proposta para execução das obras da barra, feita por Batista de Carvalho. O escrito não localiza essa firma. É de se presumir pelo teor, que a correspondência refira-se à concorrência. Duas são as críticas da Associação à proposta. A primeira refere-se à cobrança das taxas baseadas no erro legal duplicador das mesmas; a segunda, pela declaração de eximir-se da responsabilidade pelo movimento das areias resultante da construção dos molhes, o que não garantiria o calado, questão de máxima importância. Em vista do exposto a Associação, além de outros motivos que diz omitir por crer na recusa da proposta. Solicita ao governo a abertura de uma nova concorrência: por **adjudicação em empreitadas por conta do Estado** conforme propugnou o Engenheiro Caland.

A Associação Comercial rio-grandina não deve ter ficado triste com o resultado. Antecedendo-o, em ofício dirigido ao Conselheiro Antônio Prado, em 6 de agosto de 1887 (of. n. 88, p. 63), manifestou pensamento de não ser **totalmente improfícua** a concorrência no caso de não atingir o objetivo e repetindo palavra do destinatário registrou: **será uma tentativa**. Mais adiante:

(...) esta corporação que estava convencida de que, no caso de ser incompleto o êxito da atual concorrência, tinha o Governo a autorização precisa para executar as obras por conta do Estado, baseado no trecho 4 do art. 7º § único (...).

O Rio Grande perdera outro ano e era necessário retificar a lei. A bitributação precisou esperar até quase o fim do ano para ser eliminada. A lei orçamentária do Império para o ano 1888, de número 3 349, promulgada em 20 de outubro de 1887, no parágrafo 2º do artigo 7º, revigorou a autorização concernente ao melhoramento da Barra, prevista na lei anterior. Ao determinar

as taxas a cobrar visando o pagamento de juros, eliminou as causadoras da dupla incidência do tributo anteriormente destacadas.

Houve lançamento de outra concorrência através de edital datado de 6 de junho de 1888. Não se apresentaram candidatos (Rel. do Ministério dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, 1895, p. 441) A promulgação da lei n. 3397 de 24 de novembro de 1888, no artigo 7º que, fixou a despesa geral do Império (Lima, Fernando Sgarbi - *História Administrativa do Brasil*. N. 14. 1988, p 215) no parágrafo segundo renovou a autorização das leis anteriores e confirmou que o governo podia:

Mandar fazer as obras por administração, caso não dê resultado o concurso aberto para a construção das mesmas obras, por uma empresa particular, fazendo as operações de crédito que sejam(...).

O disposto legal amparava a reivindicação da entidade comercial rio-grandina e gozava de forte suporte na população. Afinal, um porto com livre acesso a qualquer tempo se patentearia no desenvolvimento citadino que, segundo a Imprensa registrava, desde o início da década, uma perda de população para outras cidades (Eco do Sul, 19 de agosto de 1880).

Sabido, através da imprensa local, a aprovação, do aludido parágrafo no Senado, antes da promulgação da lei, a cidade do Rio Grande, em regozijo não perdeu tempo em demonstrar, apreço à posição da entidade do comércio, através de **manifestação popular**, na noite de onze de novembro.

No encontro, surgiu a idéia de traduzir em documento às autoridades, os desejos dos manifestantes. Formada uma Comissão Redatora, poucos dias depois, veio a público o **Memorial Popular dirigido ao Governo Imperial sobre o Melhoramento Definitivo da Barra do Rio Grande do Sul**.

Antecedendo em dois meses o citado documento, a Assembléia Provincial, discutiu um requerimento, assinado por diversos deputados, solicitando feitura de representação ao Governo Central, favorável à abertura do porto das Torres. No debate, houve considerações sobre a abertura da barra do Rio Grande.

Manifestou-se inicialmente o Deputado do Partido Conservador, Israel Rodrigues Barcelos, adepto da obra. Salientou a imprescindibilidade do porto das Torres para a Província e a inexistência de colisão com o **grande projeto de melhoramento da barra do Rio Grande do Sul**. Acrescentou não crer

no melhoramento da barra, mas, atendendo a magnitude do assunto, sempre votou favoravelmente a ele. A descrença baseava-se em opinião de dois matemáticos. Haviam-lhe garantido que os navios sempre encontrariam a mesma dificuldade para transposição, e não haver possibilidade de modificar as condições reinantes.

Recebeu contestação dos colegas Guimarães: – os dois melhoramentos prejudicariam e muito o da barra - e José Francisco Diana (PL) - **o melhoramento da barra do Rio Grande é coisa mais certa** - (Ata do Legislativo, Jornal A REFORMA de 15 de maio de 1889).

Notável a persistência dos partidários da feitura porto das Torres que se prolongaria pela Primeira República.

Ao se apreciar sucintamente o **Memorial Popular** deve-se observar que o entendido por **manifestação popular** merece ser encarado de forma mais restrita do que atualmente. No Rio Grande do Sul desse passado, sem escolas preparadoras de lideranças, os que se incluíam em uma classe média, só tinham oportunidade de trabalhar no pequeno comércio por conta própria, no serviço público e como caixeiro – termo hoje fora de uso, substituído por comerciário. Clubes como o Caixeiral e Associação dos Empregados do Comércio, os congregantes desse pessoal, distinguia-se do ajuntado nos Clubes do Comércio. O nível geral não permite concluir que os estamentos mais baixos da população tivessem consciência da melhor forma de financiar o magno problema da barra.

O **Memorial Popular**, (11 de novembro de 1888), enviado ao Imperador, foi assinado pelos **circunstantes e por todos aqueles que assim o desejassem** (....). Impresso, trouxe apenas as assinaturas dos membros da Diretoria da Associação e da Comissão Organizadora da Manifestação Popular. Infelizmente, não somou o total dos assinantes, apenas diz: **Seguem-se as assinaturas do comércio e do público em geral.**

Sintetizador dos anseios relativos a um eficiente, regular e econômico transporte marítimo, tantas vezes expresso, o discurso consta de quatorze parágrafos.

Salienta o mérito da aspiração provincial como a mais importante das questões discutidas no Império. Liga o anseio a maiores abrangências no âmbito imperial. A rapidez e o êxito da resolução a tomar se espraiaria pelo futuro desenvolvimento provincial. A protelação ou adiamento da obra agravando ou mantendo a situação de dependência provincial do Prata, devido ao contrabando, pioraria a

guerra comercial franca e declarada que aos elementos monárquicos movem aquelas Repúblicas (não destacado no original) em nossas fronteiras (...)(p.9).

Chama a atenção para o choque de regimes políticos (sublinhado na citação) que encerraria a política de direcionamento das ferrovias platinas à fronteira brasileira, facilidades aduaneiras, de livre trânsito e outras já expostas. Entre os inconvenientes desse comportamento, em nível provincial, poderia haver o perigo de uma cisão de interesses entre a gente fronteiriça e os litorâneos e, em âmbito maior, desfalque tributário, riscos políticos e estratégicos.

Para Espírito Santo, (**Abertura da Barra...** p.17) o alto comércio montevidiano aliado a capitais ingleses, foi quem determinou o traçado das ferrovias em direção à fronteira brasileira.

O fantasma de uma guerra platino-brasileira ensombrecedor das relações com países hoje formadores do Mercosul, também se constituiu em bom argumento para desobstruir a barra, adução que acompanhou o problema até a solvência.

São abordadas as vantagens da passagem franca de navios, em qualquer tempo e hora, independentemente de calado, favorecendo tanto a defesa nacional como o escoamento da riqueza provincial. O projeto Bicalho não deixava dúvidas sobre a exequibilidade da obra. Não dissera o planejador competir ao homem ajudar a natureza quando não poderia, sozinha, fazer o necessário ou o melhor? (Bicalho, Relatório de 30 de abril de 1883, p. 12).

Quanto ao pagamento da obra, Governo e Comércio comungaram quanto ao remunerador, divergiram quanto aos feitores, ambos, apoiados na lei. Os primeiros não duvidavam que a conta pertencia aos mercadores. Estes, conscientes da sua obrigação, até apresentaram tabela de pagamento aprovada pelo Congresso. Baseados em Bicalho, Caland e em outros, pretendiam uma operação estatal mais em conta do que a exploração particular buscadora do lucro e do ressarcimento do capital. A favor, os exemplos citados vinham ao encontro da tese, e a nova lei amparava-a. Mencionaram, em acréscimo, declarações de empreiteiros de obras semelhantes, no Rio Grande, de entidades consulares e de casas comerciais do Município Neutro, interessadas na feitura dos melhoramentos, desde que a execução corresse à conta dos cofres públicos.

A continuidade da situação ensejaria os já registrados perigos econômicos e políticos aos quais se somariam prejuízos provindos de diferenças de fretes, custos de seguros e não recolhimento de tributos. O

total somaria avultada quantia.

Finalmente, congratulam-se, negociantes e população em geral, com as autoridades pela aprovação legal permissora de execução dos melhoramentos no caso (não explicitamente desejado e esperado) de fracasso da concorrência lançada pelo Estado, no caso (não explicitamente desejado e esperado) de fracasso da lançada concorrência.

Esperavam, portanto, rio-grandinos e Associação, verificado o esperado malogro, sem perda de tempo, o início das obras de melhoramento da Barra do Rio Grande do Sul segundo a sugestão de Caland.

Segundo se depreende do Relatório do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, ano 1907, onde se encontra transcrita uma exposição do ministro anterior, Lauro Müller, (p.801) a concorrência prevista na lei n. 3 397 de 24 de novembro de 1888, ficou aberta durante cinco meses. Portanto, os concorrentes deveriam apresentar as propostas até os fins de abril do ano seguinte.

Duas firmas candidataram-se às obras da Barra do Rio Grande do Sul, uma, gaúcha, Chaves e Almeida de Porto Alegre e uma francesa, a Société Anonyme Franco-Brésilienne de Travaux Publics, com sede em Paris à Av. Opera, n. 38. As propostas não satisfizeram as exigências do Edital de Concorrência. À última, no entanto, seria dada oportunidade de entrar em ação.

A Praça do Comercio rio-grandina examinou ambas proposições, em sessão de 11 de julho de 1888. Registrou na ata uma **apreciação que com o maior respeito e com toda isenção de animo (...)**. Desse julgamento provém o exposto nas linhas seguintes.

Na de Chaves & Almeida houve: omissão da porcentagem para compensação de riscos e avarias na condição 1ª, como estipulava a cláusula XXIV do edital.

Os preços ajustados na cláusula 4ª não referiam ao *modo de medição* e nem, o que seria o mais importante, se seriam líquidos ou se sobre eles pesariam os 9% pedidos para [indenizar] **os lucros dos empreiteiros, despesas de administração, etc.**

A falta apresentada contra a condição primeira, considerada **insanável** pela Associação. Esconderia a intenção dos proponentes conseguirem, posteriormente, um acordo quanto à porcentagem exposta ou a obtenção de uma empreitada global das obras por conta do Estado. Se assim fosse, ao Governo caberia o encargo da taxa. Quanto ao primeiro intento, a Associação pensava que o Governo imperial não abriria tal precedente e quanto ao

segundo, a aceitação subverteria o princípio em que se apoiava a concorrência.

Na proposta apresentada pela Companhia Francesa foi dito haver choque com o prescrito, na cláusula 4ª do edital, por não declarar, inequivocamente, o aceite dos preços de unidades e porcentagens do orçamento Caland.

Havia a exigência de **mais uma soma (?) a valer no máximo 10% (?)** para acerto de despesas originadas por suspensão de trabalhos ocasionados pela violência do mar. Demandava mais 12% para compensação de despesas de emissão de Capital, uma exigência comum em contratos da espécie, porém, não constante nem no edital e nem no orçamento Caland. Reclamava os pagamentos em ouro. Não mencionava o preço da unidade de dragagem e transporte e nem o custo da faxina, obrigações previstas pela cláusula XXIV.

Na cláusula 6ª, a Companhia exigia a garantia dos juros de 6%, e no caso da arrecadação das taxas excederem ao estipulado pelos serviços, o recebimento da metade do excesso daquele total. A lei não autorizava tal liberalidade ao Governo.

Os comentários da Associação são bastante mais extensos. Entre eles, há a afirmativa de que a aceitação de qualquer uma das propostas oneraria a Província mais do que se as obras fossem feitas por conta do Estado. Exemplificaram com o caso dos riscos e avarias de material. Na proposta Chaves & Almeida, o ônus anual atingiria duzentos e oitenta contos de réis (280.000\$000), e na da concorrente, quinhentos e noventa contos de réis. (590:000\$000).

4) porque, quando, um processo, que dá, na realidade, q'do
é, importante, — para o melhor método de designar e registrar
o comportamento social, como, mesmo a melhor, melhor, de, produção
em o comportamento dos indivíduos, a nível, de, mais, de, estruturação
a nível, de, produção, a o que é, de, importância, produz, a nível,

The following table shows the number of persons who have been
 in the service of the Government since the 1st of January 1880.

Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do RGS, Porto Alegre, ano 84, nº 139, p. 119 - 154, dezembro de 2004

Não tocou ao Governo Imperial a decisão final. A Proclamação da República, transferiu a solução para os homens do novo regime.

Cedo, o problema da barra rio-grandina ocupou a atenção do *Governo Provisório constituído pelo Exército e Marinha em nome da Nação*. Na sua segunda reunião, em 7 de janeiro de 1890, (Abranches,p.49), o assunto veio a baila. Provocou-o o Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, o engenheiro gaúcho Demétrio Nunes Ribeiro. A ata da reunião não pormenorizou o tratado. O ministro expôs *uma duvida (... sobre as obras da Barra do Rio Grande, por cuja continuação se interessa*. Apreciou a lei de 24 de novembro de 1884 e solicitou ao Conselho, resolução visando à melhora da barra. A manifestação do Ministro Benjamim Constant, foi registrada sem qualquer referência ao expendido. O Marechal Deodoro da Fonseca, ex-Presidente da Província, concordou com a precisão de um desfecho favorável à livre navegação pela barra. Alegou, entretanto, a existência de embaraço resultante do *movimento das areias que obedecem ao fluxo e refluxo das águas*. O Ministro Demétrio Ribeiro contrapôs e apresentou a solução, o plantio de cedro, vegetal fixador das areias,superaria o embaraço O Ministro da Marinha, Eduardo Wandenkolk, que servira na cidade do Rio Grande, manifestou ser Alfama (Saco no Canal do Rio Grande) o porto do Rio Grande. Rebateu-o Ministro da Agricultura,a idéia fora abandonada inclusive pelos idealizadores.

Oito dias após essa reunião, o Chefe do Governo Provisório, por proposição do Ministro Demétrio Ribeiro, baixava o Decreto n. 160. (Obras do Porto (...), v. III p. 184). O 1º artigo, determinava a execução das obras da Barra pela forma mais conveniente para o Estado conforme o planejado pelo Engenheiro Honório Bicalho acrescidas das alterações e orçamento constantes no Relatório apresentado pelo Engenheiro P. Caland.

O artigo 2º criou a Comissão de Melhoramentos da Barra e o 3º, encarregou a Comissão dos trabalhos inerentes à abertura da barra, conservação do porto do Rio Grande e balizamento entre a barra e o porto.

As obras projetadas nesse artigo podem ser divididas em duas classes: a primeira, compreendendo as serem executadas fora da linha da costa (Molhes convergentes); e a segunda, as situada dentro da linha da costa. Essas últimas ficaram a cargo da administração da direta da Inspetoria do 6º Distrito (Rel. Min. Ind. Via. O. Pub. 1894, p. 441). As outras foram entregues, pouco depois, a uma companhia européia.

De forma indireta, o problema maior do Rio Grande voltaria a ser apreciado. O Ministro Plenipotenciário Dr. Ramiro Barcelos, foi recebido

pelo Governo Provisório. na reunião de 21 de janeiro (Abranches, p 60), tendo exposto suas idéias para obtenção de um tratado aduaneiro com o Governo Uruguaio **como meio de sustar definitivamente o escandaloso contrabando que dia a dia está depauperando a riqueza do Estado do Rio Grande do Sul (...)**. Solicitou recursos para lhe facilitar a tarefa. O contrabando que atravessara o Império, incólume, continuava e continuaria fazendo das suas. A economia rio-grandense era pagadora da conta.

Abranches, (p. 202) registrou manifestação do Generalíssimo Deodoro da Fonseca sobre antigas questões não resolvidas a respeito de barras brasileiras. Referindo-se ao Rio Grande do Sul, falou sobre os portos de Torres e Rio Grande. Em sessão realizada no início do ano seguinte, onde foi discutida a garantia de juros aos pretendentes à construção desse último porto, (Abranches, p. 298), o Ministério dividiu-se. Entre os que usaram a palavra, merecem citação, Quintino Bocaiúva, por rezear que, em uma emergência, o Estado do Rio Grande do Sul apelasse para a separação. Já o Almirante Wandenkolk declarou ser preferível a barra do Rio Grande, encarando o caso do ponto de vista militar. A essa altura, o Poder Federal havia assinado um contrato para a regularização da Barra.

O primeiro decreto republicano a respeito da barra do Rio Grande do Sul, expressava, claramente, no artigo 3º, competir a Comissão de Melhoramentos da Barra do Rio Grande do Sul **os trabalhos inerentes ao melhoramento da barra (...)** mas, a sua vigência foi muito curta. Foi revogado pelo Decreto n. 751 de 13 de setembro de 1890, criador da Comissão das Obras da Barra e Porto do Rio Grande e extintor da Comissão e Melhoramentos, (Fleius, M. p. 501). Em exposição apresentada ao seu sucessor, Demétrio Ribeiro referiu-se a propostas recusadas, provenientes de **mal inspirado edital de concorrência**. Justificou a iniciativa do proceder, devido ao decreto que fora inspirador, nomear engenheiro Ernesto Otero para formular **as bases mais racionais para o contrato de execução das obras, de acordo com os planos Bicalho-Caland** (Carvalho, 192, p.46).

No mesmo dia da revogação do primeiro decreto republicano sobre a Barra, o Ministro da Agricultura Francisco Glicério, em nome do Governo Brasileiro, firmava o Contrato com a **Société Anonyme de Travaux Publics**, representada pelo seu procurador legalmente constituído, engenheiro Maurice Pouyer, para a execução das obras do melhoramento da barra do Rio Grande do Sul.

A proposta da **Société Anonyme**, não obedecia às exigências do Edital de Concorrência como demonstrou a análise feita pela Praça do Comércio

rio-grandina. O que teria conduzido o Governo a tomar tal atitude? As explicações encontradas em Relatórios do Ministério competente, não parecem clarificar o assunto. O Ministro Glicério Alves, indicado pelo antecessor, (Carvalho, op. cit. p 45), referindo-se a ineficiência da concorrência para as obras, inferiu que:

(...)tornava-se evidente que, só por empreitada deveria estas ser levadas a efeito sob a direção geral de competente repartição (...).

(...) adotei aquele sistema [empreitada] por contrato celebrado a 13 de setembro com a Societé Anonyme de Travaux Publics (...) (Rel. 1889, pp. 77/78).

O seu sucessor copiou-o e transcreveu no relatório do ano seguinte todo o trecho referente a barra do Rio Grande do Sul.(Lucena, 1891, pp.99/100). De forma resumida a mesma justificativa constou do Relatório Santos Pires(p. 441). No Relatório do Ministro Miguel Calmon (1907) onde foi trasladada a exposição de motivos do antecessor, Lauro Muller, base de contrato assinado com Elmer Corthell, em 1906, lê-se

Das propostas apresentadas em 1888 a que melhores condições oferecia era a de uma sociedade francesa, embora em muitos pontos se afastasse dos termos do edital da concorrência (p. 801, Não sublinhado no original).

Visando especialmente com que garantias o Governo procurou cercar-se, apreciou-se concisamente o contrato feito com a Societé Anonyme de Travaux Publics,.

Ao Poder Público, coube entregar à Construtora os terrenos exigidos pelos trabalhos, sem qualquer ônus. Os materiais e utensílios necessários às obras seriam fornecidos pela Construtora. Prevista a medição periódica dos trabalhos. Os preços do material e o das medições constavam de tabela apensa ao contrato. Pagamentos de material brasileiro, em moeda nacional, do importado, em moeda francesa, ao câmbio fixo de 433 réis por franco. Assegurado ao Governo o direito de efetuar reembolsos em ouro ou em mil réis. Os de material naval, porém, seriam quitados em títulos do Tesouro Nacional ou títulos do Estado Federal, pelo valor do dia e pela última cotação

oficial da Junta de Corretores do Rio de Janeiro.

Trabalhos concluídos, sem as construções feitas pela Societé Anonyme, em terrenos do Estado e nos pontais da Barra, sem qualquer indenização, retornariam à posse do Governo. Ressalvadas as instalações do serviço de dragagem cuja reversão ocorreria após o término do serviço, assim como as barcas transportadoras de carros de pedras.

Isentos de impostos de importação, máquinas e utensílios necessários às obras e ao carvão mineral. Os isentos não poderiam ser utilizados para outros fins sem licença do Engenheiro Chefe da Comissão de Fiscalização do Governo.

As infrações a determinadas cláusulas contratadas estavam sujeitas a multas. O não iniciar as obras dos molhes, até quatro meses após a assinatura do contrato, implicava, durante a primeira quinzena, em pagamento de cinco contos diários, aumentando, nos quinze dias seguintes, para oito contos de réis. A persistência do atraso por um mês implicava em rescisão contratual.

A Societé depositaria 250:000\$000 (duzentos e cinquenta contos de réis) em moeda corrente como caução, vinte dias após a assinatura do contrato. A garantia seria devolvida após o recebimento definitivo das obras. Declarada a caducidade do contrato, a Societé Anonyme perderia os depósitos em favor do Estado.

As divergências seriam submetidas ao Ministério. Não acertadas, seriam dirimidas por dois árbitros, cada um escolhido por uma das partes.

Aos tribunais brasileiros competia o julgamento de questões não previstas no contrato.

Na eventualidade de rompimento contratual, as instalações e todo o instrumental da Societé Anonyme, ficariam, gratuitamente, à disposição do substituto, Estado ou a quem este determinasse. A devolução seria feita ao término da obra.

Conforme estipulação contratual, as obras da Barra foram iniciadas oficialmente, exatamente no último dia do prazo, 12 de janeiro de 1891 (cláusula XVI). O ano correu sem que as obras contratadas tomassem o caminho desejado.

Os serviços inauguraram-se com a cravação *de uma estaca de madeira de lei na diretriz de cada molhe*. O sistema de *cravamento* usado (Rel. Faria, 1892 p. 76) era impróprio às condições de terreno rio-grandino. Já o estabelecimento dos serviços e a feitura das instalações imprescindíveis, como vias férreas, desembarcadouros, pedreiras e outras iniciadas não seguiram adiante.

Intimada pela Autoridade a prosseguir as obras mal iniciadas e interrompidas, a Societé replicou em 28 de dezembro. Infelizmente o relatório Souza, que registrou essa correspondência, não esclarece a argumentação da citada. Informa somente ter sido de *natureza a desiludir os patrióticos desejos de realização dos melhoramentos projetados mediante o contrato existente*.

No campo administrativo, a Societé agiu com muita presteza. Apresentou ao Governo inúmeras reivindicações sobre serviços e pagamentos. Solicitou os recebimentos em ouro, ao cambio de 27 dinheiros por mil réis. A questão foi resolvida por arbitramento, obtendo um termo aditivo ao contrato extremamente favorável (Rel. Souza, 1892, p. 79). Nem assim, procedeu com proficiência no cumprimento das obrigações primeiras.

Após uma série de cessões a aspirações não contratuais, restou ao Governo da União uma única atitude O rompimento com a Societé, ocorreu em 23 de outubro de 1893. O Relatório do Vice-Presidente Floriano Peixoto ao Congresso Nacional (1994, p.15), singelamente, informou aos representantes da nação que fora **rescindido amigavelmente (...) o contrato realizado com a Societé Anonyme Franco-Brésilienne des Travaux Publics para as obras do melhoramento da barra do Rio Grande do Sul**. Aditou passarem as obras à responsabilidade governamental com verbas orçamentárias votadas para aquele fim.

Um triênio perdido transcorreu entre a animadora assinatura e a melancólica rescisão do fracassado compromisso. Nem o previsto no artigo que garantia, em caso de rompimento contratual, a requisição de instalações e instrumentos necessários ao prosseguimento da obra, pôde ser aplicado. A Societé deixara apenas e, em abandono, chatas por montar, ferros, (Souza, op cit. p 79) algumas casas de madeira destinadas a empregados que não contratou, e um trapiche de tábua, ruído antes de ser usado (Rel. Constallat, 1894, p.322).

A razão do procedimento da Societé é uma interrogação. Há dificuldade de encontrar documentação de procedência francesa. Barreto, na Bibliografia Sul-Rio-Grandense, cita uma obra de autoria do engenheiro da Societé, Ernest E. Sawger (1891) com pretensão a *complementar o projeto de Caland*. Trata-se de trabalho técnico. Nenhuma outra referência sobre escritos de funcionários da Societé se conseguiu.

Duas manifestações encontradas, em publicações da **Compagnie Française du Port e Rio Grande do Sul**, a respeito da Societé não são esclarecedoras. A primeira, possivelmente dos fins de 1918, **Informações sobre o Porto e Barra do Rio Grande do Sul**, refere-se a uma sociedade francesa que recuou diante de grandes dificuldades encontradas **liquidando**

os seus negócios com grandes prejuízos. A outra, do engenheiro Basile Malaval, penúltimo representante da **Compagnie** no Rio Grande. Do seu livro intitulado **Travaux du Port e de la Barre de Rio-Grande-do- Sul**, editado em Paris (1922(?), o Engenheiro Faria Santos, Diretor da Viação Fluvial e Terrestre do Estado, extraiu e citou trechos em Obras do Porto e Barra do Rio Grande do Sul, (vol. III pp 522/26). Um deles diz:

Em 1894 ,uma companhia francesa dispôs-se a executar os trabalhos segundo esse projeto, [Bicalhol/ Caland] mas abandonou-o após o início da execução devido a uma crise no câmbio que tornou a efetivação do contrato inviável (Original em francês).

Não parece procedente a alegação do Dr. Malaval. A Societé obteve quase tudo o que pleiteou junto ao Governo Brasileiro.

O triênio de contato franco-brasileiro faz parte de um período politicamente agitado, a Revolução Federalista, ocorrência que poderia ter amedrontado o capital francês e os diretores.

Dado o interesse que a regularização da Barra representava à economia local e nacional, não há porque não entender como incorreta a atitude da Societé para com o Governo Brasileiro. Sejam quais foram as razões, os franceses não procederam com a honestidade e seriedade que seria de esperar de uma firma conceituada.

O Governo Central, (Mensagem Presidencial enviada ao Congresso, 1894), assumiu a aplicação do projeto Caland. Parecia que o sonho acalentado pela Associação Comercial rio-grandina tomava forma. Não foi o que sobreveio. No País, as obras públicas sempre enfrentaram muito mais adversidades do que merecem. O relatório do Ministro competente publicado em maio, informou a resolução governamental. Inicialmente, a preocupação foi a de começar o molhe leste, garantindo a profundidade da barra de modo a não alterar o estabelecido por Caland. Os trabalhos seriam feitos por administração direta com pequenas empreitadas de mão-de-obra. (Rel. Pires, 1895,p. 442).

Para começar as atividades, a Inspetoria do 6º Distrito necessitou providenciar instalações e aparelhagem requeridas pela tarefa. A antecessora, mesmo com obrigação contratual , não deixou nada de aproveitável.

O seguinte extrato da exposição ministerial sinaliza os difíceis inícios da Inspetoria,

O trabalho de maior importância, não só pela dificuldade de execução como da obtenção de meios para realizá-los, em uma época revolucionária como atravessa o Estado do Rio Grande do Sul (...).

Apesar dos contratempos, já por falta de pessoal, já do material apropriado foi iniciado o trabalho de revestimento no lugar denominado "Cocuruto" (...) (Rel. Pires, 1895, p.443).

Os estorvos enfrentados pelos encarregados estatais não cessaram. O Relatório do Ministro Murtinho, (1897, p.79) assinalou terem as obras **pequeno adiantamento** em virtude da exigüidade de verbas. Explicações como essa, permearam as obras até a chegada de outra companhia, a Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul, que entrou a trabalhar no século seguinte. Com competência e tecnologia afeiçoou barra aos desígnios dos homens. O comércio estadual veria concretizada uma das mais caras aspirações.

O exposto requer algumas considerações sobre agentes que, no período, influíram e atuaram sobre os acontecimentos.

A administração da Província era consciente da importância da resolução do problema. A Barra, porém, estava fora de sua área de atuação. Manifestou-se repetidamente junto ao Governo Central em apoio às pretensões do comércio por reconhecer a importância de uma resolução definitiva, fora do seu alcance.

O Poder Central, a quem estava afeto tudo o que se referia a portos nacionais, manifestou-se no âmbito de sua abrangência, quando a Guerra do Paraguai chegava ao fim. Não se poderá considerar uma manifestação tardia. Foi pela segunda metade do século XIX, que nos países mais desenvolvidos, ocorreram as principais providências de modernização portuária impostas pelo uso de vapores.

A opção brasileira pela entrega da atualização portuária a particulares seguia política semelhante a adotada em relação às ferrovias. Foram, principalmente capitais alienígenas, abundantes na época, que as puseram em funcionamento. Faltavam capitais nacionais? Os liberados do tráfico negreiro, após 1850, sejam quais foram as razões, não buscaram exploração de melhoria portuária. O Governo do Sr D. Pedro II não dispôs de recursos e nem teve mentalidade modernizante. O ocorrido com o Visconde de Mauá é ilustrativo.

O novo regime encontrou os portos em situação precária. Em meados da primeira década republicana, apenas os portos da Capital Federal e o de Santos dispunham de instalações razoáveis. O primeiro exercia um papel de

distribuidor de mercadorias para toda a nação e necessitava ampliação. Santos, que no Império ocupava posição secundária, avultou com a onda cafeeira invasora da terra roxa paulista. Os outros portos apresentavam movimentos medíocres, sendo pouco atrativos. Algumas tentativas de modernizá-los, fracassaram.

Preocupações relacionadas com a defesa nacional foram acolhidas na Corte. As relações com os países do Prata, durante o período imperial e em grande parte do republicano, foram de desconfiança. Nem por isso, os Governos sacrificaram outras rubricas do orçamento em benefício da Barra. Possivelmente, atendiam solicitações mais prementes.

Dos políticos imperialistas, cumpre destacar, na *affaire*, o Senador Silveira Martins pelas atitudes e emendas em favor da regularização da Barra e por seu prestígio em conseguir de tarifas especiais a sua província.

O Contrabando, flagelo de todo mercado legalizado, como reiteradas vezes acusaram as Associações Comerciais, projetava, de certo modo, a precária situação portuária. Crescia a prática antiga, segundo os comerciantes regulares, na medida em que aumentavam as dificuldades impostas pela barra. A árdua passagem a que estavam submetidas as embarcações acrescia o custo do transportado. Na introdução clandestina, os artigos provenientes de porto mais bem aparelhado, sujeitavam-se a menores taxas e despesas. A falta de clareza das leis, a corrupção, a fiscalização nem sempre honesta, e até a politicalha, garantiam a passagem dos volumes livres de direitos alfandegários ou com baixíssimas tarifas.

Alguns relatórios do Ministério da Fazenda referem-se ao contrabando. As informações que encerram não abordam geralmente a responsabilidade da Barra na ilegalidade comercial. A única referência específica relacionando barra e contrabando localizou-se no Relatório Ministro João Alfredo, 1889 (p.34).

A ilegalidade comercial platina encontrava contraposição no contrabando do Brasil para essa área. Compreendia madeiras, mate, açúcar e outros produtos de menor importância.

O contrabando não cessou após a regularização da barra, porém, decresceu. Em opúsculo publicado pela Associação Comercial do Rio Grande, em 1922, lê-se:

A inversão, neste Estado, do tráfego comercial de maneira a ser o mesmo feito do litoral para o interior e fronteira em vez de o ser da fronteira para o interior e litoral, se vem operando, há longo tempo, espontânea e naturalmente mas de modo muito lento (p. 3).

Tirante os termos **longo tempo** e **espontânea**, o verificado após a regularização da barra, ficou bem focado.

As obras destinadas à regularização da navegação do Rio Grande tiveram dificuldade em atrair capitais estrangeiros mesmo com garantia de um bom jurô. Custaram, entretanto, a captar recursos no exterior. Aos bons negócios nunca faltam recursos pecuniários, donde inferir-se não ter sido, durante muito tempo, aquele porto um bom investimento. Rio Grande, o terceiro porto da Nação, movimentava um volume de mercadorias que, no conjunto do comércio mundial não apresentava maior expressão. Sua importância era apenas nacional. Mauá criou, em 1847, a **Cia. Rio Grandense de Reboques de Vapores**. Atendeu a uma necessidade do comércio lícito de importação e exportação. O serviço dispunha de um possante rebocador, destinado a minorar as dificuldades de entrada e saída dos navios. Homem de negócios, Mauá fechou o bem intencionado empreendimento, após curta existência, sob alegação de não ser rendosa a empresa e desgostar os associados. Rio Grande não alcançava um movimento compensador.

As entidades representativas do comércio lícito, as Associações Comerciais do Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, tinham o máximo interesse na regularização da barra. O esforço da primeira, ao se olhar à distância, no tempo, causa admiração. Instituição cujo número de associados não se pode classificar de numeroso; em 1886, o quadro social montava a 62 contribuintes e, em 1889, a 72, gente cheia de afazeres. Entretanto, a dedicação das diretorias aos interesses da classe foi notável. Destacou-se entre elas, a presidida pelo Barão de São José do Norte (Eufrázio Lopes de Araújo). O relatório desse Presidente (biênio 1887/1889) é um trabalho distinto e rico em dados sobre a Província..

As obras e instalações, que o século XX construiu para o antigo ancoradouro do Rio Grande, encerram um longo caminho onde não faltaram percalços. Um capítulo antecedente daquele pretérito foi aqui resumido.

Referências bibliográficas

ABRANCHES, Dunshee de - *Actas e Actos do Governo Provisório*. Ed. Fac-similar. Brasília, Senado Federal, 1988.

ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin (Ministro) – *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro (...)/1907*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1907.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL de PORTO ALEGRE – *Livro de atas* – ata de 8 de janeiro de 1890.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO GRANDE – *Relatório da Associação Commercial da Cidade do Rio Grande*. (julho/1883 – julho/1884). Rio Grande Typ. Eco do Sul, 1884.

____ *Relatório da Associação Commercial da Cidade do Rio Grande*. (set./1884 - fev./1886) Rio Grande, Typ. do Artista, 1886.

____ *Relatório da Comissão Administrativa da Associação Commercial da Cidade do Rio Grande*. Rio Grande, Typ. da Livraria Americana, 1889.

____ *Memorial popular dirigido ao Governo Imperial sobre o melhoramento da Barra do Rio Grande do Sul*. Rio Grande, Livraria Rio-Grandense, 1888.

____ Ata da sessão realizada em 11 de julho de 1889.

____ O Comércio, o Contrabando e o Fisco no Rio Grande do Sul. Rio Grande, Tip. Eco do Sul, 1922.

BARRETO Abeillard. *Bibliografia Sul-riograndense*. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1973.

BICALHO, Honório – *Província do Rio Grande do Sul Melhoramento da Barra e da navegação interior da Província*. Relatório apresentado ao Governo Imperial. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1883.

CARVALHO, José Carlos de – *A abertura da Barra do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, Typ. Jornal do Comércio, 1927.

CASTRO E SILVA, José Batista de – *Relatório do Conferente da Alfândega do Rio de Janeiro em Comissão na Província do Rio Grande do Sul*. in Ministro João Alfredo Costa de Oliveira, Ministério da Fazenda, Proposta e Relatório à Assembléia Geral Legislativa. Anexo B. Rio de Janeiro, Imprensa NACIONAL, 1889.

CEZAR, J.J. – *Contrabando Official*. Porto Alegre, s/e. 1888.

COMPAGNIE FRANÇAISE DU PORT DE RIO GRANDE DO SUL – *Informações sobre o Porto e Barra do Rio Grande do Sul*. Niterói, Ed. La Revue des Revues de l'Amérique du Sud de Daniel Valenfort & C. s/d.

COPSTEIN, Raphael & XAVIER, Paulo – *Pelas Águas do Rio Grande*. Porto Alegre Ed. Magister, 1993.

ECO do Sul (jornal) de 19 de agosto de 1880. Rio Grande, 1880.

ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico do – *A Abertura da Barra do Rio Grande*. Porto Alegre, B.R.D.E / Ed. Palloti, 1982.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - *Obras do Porto e Barra do Rio Grande do Sul. Histórico*. Vols. II e III. Porto Alegre, Of. Graf. d'A Federação, 1924.

FARIA, Antão Gonçalves de Ministro – *Relatório Apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo (...)*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1892.

FLEIUS, Max – *História Administrativa do Brasil*. 2ªed. São Paulo, Companhia Melhoramentos, 1925(?).

GLICÉRIO, Francisco Ministro – *Relatório Apresentado ao Chefe do Governo Provisório por (...Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Brasil, Imprensa Nacional, 1890.

GONÇALVES, Lopo – *Barra do Rio Grande do Sul, resumo do projeto de melhoramento definitivo*. In Anuário da Província do Rio Grande do Sul para o anno de 1885. Porto Alegre, Gundlach & Cia, 1884.

LIMA, Fernando Sgarbi – *História Administrativa do Brasil - Ministério da Agricultura no Império*. (org. Vicente Tapajós). Vol. 14. Brasília, Fundação Centro de Formação do Funcionário, 1988.

LUCENA, Barão de Ministro – *Relatório Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro d'Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (...)*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1891.

MURTINHO, Joaquim, *Relatório Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas*. maio de 1897. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1897

PIRES, Antônio Olyntho dos Santos, - *Relatório Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas*. Maio de 1895. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1895.

RHEINGANTZ, Carlos (Presidente) *Ofício ao Presidente da Província Antônio de Souza Lima*. In Livro copiador de Ofícios da Associação Comercial do Rio Grande, 1883.

SANTOS PIRES, Antônio Olyntho Ministro – *Relatório Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas (...)*, 1895. Rio de Janeiro Imprensa Nacional, 1896.

SILVEIRA Martins, Conselheiro – *Discurso*. in Annaes do Senado do Império do Brasil. 3ª sessão da 20ª Legislatura de 1 a 31 de outubro de 1888. V. III Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1888 .

____ Discurso em 14/11/1888 - Idem, id., 1º/10/1888 Vol. VI, idem, id SOARES BRANDÃO, Francisco de Carvalho Presidente – *Relatório com que o Presidente da Província (...) entregou a Administração da Província do Rio Grande do Sul à S. Ex.ª Sr. Dr. Joaquim Pedro Soares, Vice-Presidente, no dia 14 de janeiro de 1882*. Porto Alegre, Typ. do Jornal do Comércio, 1882.

SOUZA, Antônio Francisco de Paula, Ministro – *Relatório Apresentado ao Vice-Presidente*

A GESTÃO POLÍTICA INTERNA DO PRR AO TEMPO DE BORGES DE MEDEIROS

Sérgio da Costa Franco

A partir de 4 de julho de 1915, Borges de Medeiros afastou-se da Presidência do Estado por motivos de enfermidade, sendo substituído no exercício do governo pelo Vice-Presidente de sua nomeação, General honorário Salvador Ayres Pinheiro Machado, e na chefia do Partido Republicano pelo Dr. Protásio Alves, então Secretário do Interior e Exterior e veterano republicano desde os tempos da monarquia.

Ao reunir-se a Assembléia dos Representantes, naquele mesmo ano de 1915, ali se aprovou a Lei nº. 187, de 27/X, pela qual se concedeu ao Presidente Borges de Medeiros “licença por tempo indeterminado para tratamento de sua saúde”. Nesta condição de Presidente licenciado permaneceu Borges até 3 de janeiro de 1917, quando voltou ao exercício de suas funções. Porém, ao que tudo indica, o todo-poderoso chefe unipessoal do Partido Republicano e Presidente do Estado talvez somente nos primeiros meses de sua doença se desligasse do efetivo comando da grei partidária. Na maior parte do período em que esteve licenciado, recolhido à propriedade rural de Barra do Ribeiro, mantinha contatos com seu representante e decidia em última instância as questões mais complicadas.

No arquivo de Borges de Medeiros, hoje pertencente ao acervo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, figura uma preciosa coleção de cartas (num total de 12), da lavra e assinatura do Dr. Protásio Alves, e do período de 8 de janeiro a 9 de maio de 1916, todas relacionadas à gestão dos negócios políticos do Partido Republicano. Tais missivas, a nosso juízo, permitem uma autêntica radiografia das praxes internas do Partido e das relações entre a chefia central e as chefias municipais. Protásio Alves, dentre todos os próceres partidários, era o único que tuteava Borges de Medeiros e que lhe escrevia num tom de completa intimidade, permitindo-se até chistes a respeito dos dirigentes municipais com os quais lidava, em nome e em representação do chefe enfermo.

Para compreender-se o espírito e o sentido dessa correspondência, cabe fazer algumas considerações preliminares sobre a estrutura de poder mantida e cultivada pelo PRR (apenas para simplificação do texto, adotamos aqui

esta sigla, que à época não era utilizada por ninguém). Desde os tempos de Júlio de Castilhos, o Partido era submetido a um comando unipessoal, sem qualquer conselho, diretório ou instância intermediária entre o poder exercido pelo chefe estadual e os “coronéis” que em seu respectivo município lideravam a organização. Havia também uma clara preferência pela chefia unipessoal em cada município. E apenas no caso de tal liderança ser francamente contestada por um grupo dissidente eleitoralmente expressivo, nomeava-se uma comissão executiva, na qual se reservava representação à minoria, como forma de conciliação de ânimos, e para distribuir os cargos públicos segundo critérios de equidade. Diga-se de passagem, era raro que tais comissões executivas lograssem duradoura pacificação entre as diferentes forças políticas locais. E o corolário muito freqüente do agravamento dos dissídios era a nomeação de um intendente municipal provisório, o qual recebia também o encargo de chefiar transitoriamente o Partido.

Era o Partido Republicano Rio-Grandense uma espécie de partido único no âmbito regional, porquanto o Partido Federalista, da Oposição, era sistematicamente excluído de qualquer participação em encargos administrativos e usualmente burlado em seus propósitos eleitorais. Até 1905, a Oposição não teve um único deputado federal e só em 1913 conseguiu eleger um solitário representante à Assembléia do Estado. Em tais condições, quem quer que aspirasse ao exercício de um cargo público obrigatoriamente deveria filiar-se ao partido oficial. E como a economia era incipiente e limitadíssima a geração de empregos na órbita privada, sofriam os dirigentes partidários um constante assédio dos eleitores na disputa de cargos públicos, por insignificantes e mal-remunerados que estes fossem.

Perante a chefia do Partido, um chefe local apenas se credenciava pela capacidade de mobilizar eleitores e vencer pleitos eleitorais. E perante o eleitorado local, as lideranças apenas se afirmavam quando conseguiam garantir empregos à clientela política. Só isso explica a constância e intensidade das lutas intrapartidárias em quase todos os municípios. A tal ponto que a principal ocupação do Chefe do Partido era conciliar os grupos desavindos, promovendo pactos de convivência, distribuindo cargos e funções com alguma equidade, e arbitrando as disputas eleitorais que inevitavelmente aconteciam entre as situações locais e as dissidências. Como eventuais intermediários entre a chefia estadual do Partido e as chefias municipais, funcionavam os sub-chefes de polícia, que apenas “pro forma” exerciam funções de supervisão regional da polícia judiciária; em verdade eram apenas comissários do Partido, aplicados a conciliar litígios entre as facções

conflitantes e fiscalizar, em nome do Presidente do Estado, o procedimento dos “coronéis” locais. Mas tinham escassa autonomia e de tudo prestavam contas ao chefe estadual.

Embora toda a correspondência de Borges de Medeiros trate exaustivamente das relações com as lideranças e sub-lideranças locais, a coleção de cartas de Protásio Alves a Borges de Medeiros no 1º semestre de 1916 vale por um jato de luz naquelas relações, sem os disfarces da cortesia e da habilidade diplomática que pautam necessariamente a correspondência entre o chefe unipessoal do Partido e as chefias locais, mesmo em momentos de aguda dissonância. Protásio, como já frisamos, era amigo íntimo do Presidente do Estado. Representava-o transitoriamente, enquanto Borges se achava enfermo. Gozava, aparentemente, de considerável autonomia para decidir as questões que lhe fossem submetidas, mas tinha por hábito pedir conselho ao Chefe, e a este submeter as decisões mais importantes. Já existia linha telefônica entre Porto Alegre e Barra do Ribeiro, sendo que muitas consultas seriam resolvidas com o uso do telefone. Mas, ainda assim, Protásio Alves expunha didaticamente, em periódicos relatórios, todas as questões pendentes de solução nos diversos municípios.

A sistemática adotada por Protásio Alves implicava a adoção de epígrafes à margem do texto, pondo em destaque o município cujo problema era examinado.

Nem tudo eram conflitos e dificuldades a resolver. Havia também a possibilidade de boas notícias, relativas a comunas onde o Partido marchava em harmonia e obediente à chefia local. Parece que era, em 1916, o caso de **BAGÉ**, mencionado numa carta de 26/Jan. O Intendente Tupy Silveira viera a Porto Alegre a chamado do Vice-Presidente Salvador, por causa dos boatos de revolução na fronteira, que corriam insistentes. Mas aquele Intendente gosava de prestígio: esperava “qualificar mais de 400 eleitores, gente escolhida”. E Protásio Alves, na visita, lhe externara o quanto Borges o apreciava e que sempre o receberia com prazer. Esse prestígio e essa confiança foram confirmados em 1923, por ocasião das negociações para a pacificação do Estado, quando Tupy Silveira foi um dos intermediários de Borges de Medeiros.

Em **Dom Pedrito**, eclodira uma das clássicas dissidências: de um lado o Coronel Longuinho, que já fora chefe unipessoal do Partido e Intendente Municipal; de outro, Amaro Pereira, que, no momento, pleiteava o apoio de Borges de Medeiros. Pelo que transparece da carta de Protásio Alves, Longuinho já se achava em descrédito perante a chefia partidária, suspeito

de infidelidade, por patrocinar a candidatura de um médico, que seria “genro de um dos membros do diretório federalista local”. Circunstância suficiente para torná-lo suspeito.

Caxias, hoje Caxias do Sul, vivia ainda a época dos burocratas do Partido, sem raízes locais, convertidos em “coronéis” e chefes partidários como meros instrumentos do poder estadual. O Intendente era o santamariense José Pena de Moraes, transitoriamente afastado e substituído por José Baptista. Porém o titular estava pretendendo retorno ao exercício do cargo, no que parece apoiado pelo comando partidário, pois na carta de 24/04, Protásio Alves aduz que “José Baptista andava **malucando**”.

Em **Jaguarão** ia acesa a disputa entre “carlistas, - os partidários do ex-presidente Carlos Barbosa -, e os “zeferinistas”, liderados por Zeferino Lopes de Moura. Protásio Alves não escondia sua preferência pelos dissidentes, por descrer da lealdade de Carlos Barbosa, que no ano anterior pretendia contestar a candidatura oficial do Marechal Hermes da Fonseca ao Senado da República; mas, ao mesmo tempo, rendia-se à evidência de que os carlistas desfrutavam de maior força eleitoral. A visita “diplomática” que recebera de Vasco Pinto Bandeira e do Gabriel Gonçalves da Silva, ambos carlistas, lhe mereceu comentários espirituosos. A exacerbada contenda política de Jaguarão, só resolvida, em parte, pela eleição municipal de 1917, foi objeto de nosso ensaio “O dissídio entre os chimangos” (in: “Gente e coisas da fronteira sul”).

O relato sobre as divergências ocorridas em **Júlio de Castilhos** dá conta de que houvera preferência por manter ali o comando unipessoal do Cel. Abílio Pereira dos Santos, desatendida a pretensão de um grupo dissidente que pedia formação de uma comissão executiva, para a direção colegiada do Partido.

Em **Santana do Livramento** ocorria um dos casos mais graves de fratura partidária. Ocupava a Intendência, já uma vez reeleito, o advogado Moisés Pereira Viana, que desfrutava da hostilidade do Padre Augusto Martins da Cruz Jobim, ex-Intendente e vigário da paróquia. Também sofria, Moisés, a oposição da família Flores da Cunha, cuja influência política estava em ascensão. Para complicar o quadro eleitoral, o Cel. João Francisco Pereira de Souza, em postura de duro opositor ao borgismo, também se apresentou como “candidato popular” à Intendência. Contra o Intendente Moisés Viana pesava a acusação de estar ligado aos maragatos de Rafael Cabeda, o que era pecado imperdoável aos olhos da chefia estadual, fazendo fenecerem as possibilidades eleitorais do comerciante Bento Maciel, que ele lançara como candidato à

sua sucessão. Protásio Alves faz explícita referência às ligações de Moisés Viana com Rafael Cabeda, na carta de 11/02/1916: “Junto um telegrama que podia ser suspeitado de intrigante, se não fossem os precedentes e públicas relações do Moisés com Cabeda”. De resto, uma fonte federalista, Maciel Júnior, em artigos publicados em 1912, ao falar do crescimento eleitoral dos maragatos, menciona que na última eleição municipal de Livramento, quando fora reeleito o Dr. Moisés Viana, este só conseguira alcançar o quorum especial graças ao apoio de Rafael Cabeda.

Pelas cartas de Protásio Alves, verifica-se que ele não acreditava que o Padre Jobim pudesse, em patrocinando a candidatura do Coronel Chico Flores, derrotar o candidato de Moisés Viana. Daí ter surgido a idéia de um “tertius”, - o oficial da Brigada Militar Juvêncio Maximiliano de Lemos, escolhido a dedo pela sua fidelidade ao Presidente do Estado.

Palmeira, atual Palmeira-das-Missões, ocupa longos trechos da correspondência de Protásio Alves. Ali se dividira o Partido entre os correligionários do advogado Valentim Aragon e os de Vicente Machado, então Intendente, este apoiado desde Cruz Alta pelo Cel. Firmino de Paula, que fora sub-chefe de polícia da região. Tudo na antecipação do tumultuado pleito municipal de julho de 1916, que terminou sendo anulado, nomeando-se como Intendente provisório o funcionário Carlos Pacheco de Castro, com o intuito de pacificar as correntes em conflito.

Em **São Borja** estava já em exercício um Intendente provisório, Érico Ribeiro da Luz, e o Partido cindido entre a facção dos Vargas e a de Rafael Escobar. Em função do processo criminal contra Viriato Vargas, sua família estava, na ocasião afastada da cúpula partidária do Estado. Mas Protásio Alves advertia que os Vargas gozavam de grande vantagem eleitoral. Lê-se na carta de 16/III: “As facções continuam irreconciliadas por causa da irritabilidade de ambas, mantendo jornais que se invectivam. Os Vargas afastaram-se, segundo informou-me Érico, nada atendendo quanto à política, o General; tem todavia a facção de sua antiga chefia a grande maioria do eleitorado – seja mais de mil sobre trezentos”.

São Sebastião do Caí vivia também um momento de crise intrapartidária. O Intendente João de Deus Flores se lançara candidato à reeleição, mas sua pretensão era contestada por uma dissidência. Protásio relatava em carta de 11/II: “Aqui estive uma comissão chefiada pelo Nicolau Kroeß reclamando contra a reeleição do João de Deus; parece-me entretanto por informações de conhecedores da localidade e que não têm interesses lá, que o João de Deus está com maioria ainda no elemento pensante e tem toda

a zona colonial que não cogita de politicagem”.

Em carta de 14/IV, o representante de Borges de Medeiros ministra uma interessante lição a respeito de seus critérios. Informa que o apoio dado à reeleição de João de Deus Flores suscitara protestos da oposição local, alegando-se que houvera decisões conflitantes em Santana do Livramento e em São Sebastião do Caí. “A oposição reclamou – escreveu Protásio -, e eu respondi a esta dando os termos do telegrama e para não parecer que havia duas medidas para a mesma coisa; isto é que intervínhamos em Livramento e deixávamos liberdade em Caí, expliquei genericamente a diferença de situações. Aqui não tinha o partido republicano oposição. Lá havia maragatos que lucravam...”.

Em suma, toda a estratégia se voltava para manter estrangulada a oposição federalista. Podiam os borgistas brigar encarniçadamente e disputar entre si os cargos municipais, desde que não favorecessem de qualquer modo a ressurreição política dos maragatos.

FONTES: Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul: Fundo Borges de Medeiros.

Referências bibliográficas

CAGGIANI, Ivo, *João Francisco, a Hiena do Cati*, Porto Alegre: Martins Livreiro, 1988.

FÉLIX, Loiva Otero, *Coronelismo, borgismo e cooptação política*, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

FRANCO, Sérgio da Costa, *A pacificação de 1923*, Porto Alegre: UFRGS/EST Edições, 1996.

FRANCO, Sérgio da Costa, *Gente e coisas da fronteira sul*, Porto Alegre: Meridional, 2001.

MACIEL JR., *O Rio Grande*, São Paulo, 1912.

DOCUMENTAÇÃO

Armando Dias de Azevedo

MINHA VIAGEM A PRAIA DE BANHOS DE TRAMANDAÍ

1ª edição
Fevereiro 1910
Porto Alegre

Sexta-feira 14 de janeiro

Saímos de Porto Alegre (Várzea 82) às 4 horas e $\frac{3}{4}$ da manhã, passando pelo Passo do Sabão às 6 horas e 10 minutos.

Passamos pela vila de Viamão às 7 horas e poucos minutos e chegamos á Estalagem (casa do Sr. Manoel Carvalho, situada fora da vila) às 7 $\frac{1}{2}$, mais ou menos. Almoçamos às 8 $\frac{1}{2}$ e saímos às 9 horas. Às 9 $\frac{1}{4}$ houve muda de animais e por isso a diligência em que íamos parou até 10 horas.

Às 10 $\frac{1}{2}$ atravessamos o Passo de Alexandrina e as Águas Claras às 11 $\frac{1}{2}$. A água aqui é cristalina e boa. Mudamos de animais desde meio-dia até meio dia e 45 minutos. Nova muda tivemos às 2 e paramos, pois, até 2 e 40 minutos, chegando ao Capão da Porteira (casa do Sr. Francisco Canquerini, onde janta-se e pousa-se) às 3 horas e $\frac{3}{4}$ da tarde. Às 4 da tarde, por estar bastante fatigado, deitei-me e levantei-me no dia seguinte.

Sábado 15 de janeiro

Às 4 da manhã, dormindo, pois, 12 horas. Tomei café e saímos às 4 $\frac{3}{4}$, pois um maldito cavalo incomodou os maiores e ponteiros das diligências, ficando o infeliz até meio-dia no palanque. Paramos para mudar de animais das 7 $\frac{1}{4}$ às 8 $\frac{1}{2}$, sendo duas éguas as ocasionadoras de tal demora. Às 9 $\frac{3}{4}$ passamos pelos Passinhos. Às 11 horas chegamos às Pitangueiras (casa do Sr. Antonio Marques onde almoça-se). Ouvimos dizer que das Pitangueiras a Tramandaí há 22 quilômetros e de Porto Alegre às Pitangueiras, 104 quilômetros, sendo a distancia entre Porto Alegre e Tramandaí, pois, 126 quilômetros. Almoçamos ali às 11 $\frac{1}{2}$ horas. Perto da casa está uma figueira onde grava-se o nome. Notamos, por exemplo:

FB AD

NP 1906

AMOR 1909 e etc.

Saímos ao meio-dia e 15 minutos, parando depois para descanso de 1 e 20 minutos até 1 e 40. Às 2 horas passamos pela casa onde nasceu o notável General Manoel Luiz Osório, Marques do Herval. Chegamos a Tramandaí às 9 $\frac{3}{4}$ horas da tarde. Hospedamo-nos no Hotel de Saúde, de propriedade do Sr. Leonel Pereira de Souza (S.P.) e dirigido por seu filho Abraão Pereira de Souza (A.P.) Nenhum hospede ali se achava, assim como no hotel Mury, do súdito árabe, sr. Jorge José Mury. No hotel do Sr. Jorge Enéas achavam-se mais de 30 pessoas. Na hospedaria do Sr. Carlos Pereira de Souza consta-nos não estar ninguém. Fomos à praia ver banho, que não tomamos por estarmos fatigado da viagem.

Notamos entre outras as seguintes pessoas: Carlos Fontoura e família, Sr. Armênio Jouvin e família, estudante Ernesto Werna Coelho (E.W), Englebert Hobbing e família, 2º tenente Dr. Tourinho e família, Meneghetti e família e outras pessoas. Deitei-me às 9 horas da noite tendo antes conversado com diversas pessoas, entre as quais pecheiros (nome dado aos moradores do lugar pelos banhistas, a que os pecheiros chamam banheiros). Levantei-me no

Domingo 16 de janeiro, às 6 $\frac{1}{4}$ da manhã, não tomando banho por fadiga. Tomei café às 6 $\frac{1}{2}$.

Almoçamos às 10 $\frac{3}{4}$ da manhã. À meia hora depois de meio dia escrevemos para Porto Alegre, tendo antes palestrado com o sr. S. P. Às 4 $\frac{3}{4}$ da tarde tomamos o primeiro banho comemos às 6 $\frac{1}{4}$. Deitei-me às 9 $\frac{1}{4}$, pois antes conversava com hospedes do Hotel Sperb. Às 3 $\frac{3}{4}$ chegara uma diligência com o Sr. Becker e esposa, Dona Amália Fialho e Professor Emílio Meyer. Chegou o jornal, O Tramandahy". Mas tive de levantar-me cedo na

Segunda-feira 17 de janeiro, ou às 5 e pouco, pra tomar o segundo banho às 5 $\frac{1}{2}$. Voltamos ao hotel e às 6 $\frac{1}{4}$ (mais ou menos) tomamos café. Depois palestramos com o sr. A.P. até 6 $\frac{3}{4}$. Deitei-me li, etc até chegar à hora do almoço que foi 10 $\frac{1}{2}$. Depois conversamos com os srs. A.P. e F. P. até 11 e pouco, hora em que nos recolhemos ao nosso quarto, recebendo depois a visita do estudante E.W. e assistimos á travessia de animais no rio Tramandaí, lemos versinhos, de, por exemplo.

Adeus, terra do bagre,

Com tuas casas de capim,

Que a terra te seja leve
Por muitos anos sem mim

Faz das areias um lençol
E dos botos um travesseiro,
Dorme o sono que dormias
E berra como um terneiro.

E mais:

O mar também é casado,
O mar também tem mulher;
É casado com a areia,
Dá-lhe beijo quando quer.

Ainda:

Desde o momento
Que te vi partir
Meu coração transformou-se
Numa chaga e só sente alívio
Quando leio ou escrevo teu lindo
Nome=Violeta=
Não és a rainha das flores
Mas a tua cor simboliza
= saudade
De tua irmã S.

Às 2 ½ chegou uma carreta com mantimentos para o hotel. Fomos ao banho, comemos, conversamos, nos deitamos. Na manhã da

Terça-feira 18 de janeiro, como de costume fui ao banho e depois tomei café e li o “Correio do Povo”. Dali a pouco chegou o Sr. Agnello Correia com sua família, que hospedou-se numa casa em frente ao nosso quarto que tem o numero 8. Almoçamos às 10 ¾ e depois fomos para o quarto.

Fomos ao banho e jantamos em seguida. Choveu muito. Mas na

Quarta-feira 19 de janeiro, fomos ao banho, às 5 horas e às 6 e pouco tomamos café. Dormi das 7 ½ às 9 ½. Às 10 ¼ almoçamos. Às 2 horas, como

sempre, tomamos o tradicional chimarrão dos gaúchos. Fomos ao banho e comemos depois. Deitamos-nos e dormimos.

Nota- Publicaremos agora somente as novidades, deixando as coisas que todos os dias acontecem.

Na

Quinta-feira 20 de janeiro, fomos ao cinematografo ~Cinema Tiririca~ e às 9 ¼ deitei-me. No dia seguinte,

Sexta-feira 21 de janeiro, às 5 horas da tarde chegaram duas diligências: uma com a família Adolpho Silva (fretada e outra com os Coronel e Capitão Menezes e respectivas famílias).

Com a família Adolpho Silva veio também o jovem José Marino, filho do Dr. Carlos Marino.

No

Domingo 23 de janeiro

Chegou uma diligência com a família do proprietário dela Pedro Martins, chegou "O Tramandahy".

No dia seguinte,

Segunda-feira 24 de janeiro

Tivemos á noite um brinquedo de anel, passando-se tudo tranqüilamente até

Sexta-feira 28 de janeiro, em que me pesei, tendo 29 ½ Kilos. No dia 14 pesei-me na estalagem e tinha 29 quilos. Á noite animado jogo de prendas. No

Sábado 29 de janeiro, á tarde veio uma diligência com as famílias Wolfenbüttel, Wiltgen, etc que hospedaram-se no Hotel Sperb. No dia seguinte,

Domingo 30 de janeiro, às 8 ¾ houve missa com prédica, rezada pelo Rev. P. Vigário de Conceição do Arroio que dissertou sobre – A palavra de Deus–

Ás 7 ½ houve tríduo, rezado pelo mesmo padre.

Depois choveu muito. Na

Segunda-feira 31 de janeiro, às 8 horas houve missa. As 7 ½ da noite fomos ao segundo tríduo. No dia seguinte,

Terça-feira 1º de Fevereiro, de manhã, houve missa e á noite o último tríduo.

No dia da festa de Nossa Senhora dos Navegantes.

Quarta-feira 2 de Fevereiro às 10 da manhã, mais ou menos houve missa do Solene, rezada pelo Rev. P. Vigário da vila da conceição do Arroio. O templo estava literalmente cheio de fiéis. Cantou a Ave-Maria e Exma. Snra. D^a Judith Fontoura, esposa do Sr. Carlos Fontoura. Pregou ao Evangelho o celebrante da missa, que dissertou sobre o – Culto de Maria –.

À noite tivemos jogo de prendas, que terminou às 9 ¼ e estava muito animado. Tomamos o 35º banho. Chegaram duas diligências; uma com a família Luiz Otero e outra com a viúva Reinald Feix (?) e sua filha.

Os passageiros de ambas as diligências hospedaram-se no hotel de Saúde. E na Quinta-feira 3 de Fevereiro arrumamos nossa bagagem. Houve baile, mas deitei-me cedo, porque na Sexta-feira 4 de fevereiro tinha de partir para Porto Alegre, o que fiz às 5 e 20 minutos da manhã. As 7 passamos pela casa onde nasceu o General Osório.

Às 7 ½ paramos na casa de negocio do Sr. Barnabé e saímos dali às 8 e 5, chegando às Pitangueiras às 8 ¾ horas. Almoçamos ali às 9 ¾ e saímos às 10 horas e 15 minutos. Passamos por Passinhos às 11 e 25 e paramos até 11 ¾. Passamos pela sanga da Galinha á meia hora depois de meio dia e pelo passo do mesmo nome às 12 e 40 minutos. Tal lugar chama-se galinha, porque um carreteiro ali perdeu umas galinhas e uma há pouco ainda existia ali. Paramos para mudas de 1 hora e 20 minutos até 2 e 10 minutos.

Atravessamos o passo Quilombo que divide os municípios de Conceição do Arroio e Viamão às 2 ½ horas.

Chegamos ao Capão da Porteira às 4 horas e 45 minutos da tarde. Jantamos ali depois das 6, terminando as 7. Passeamos até as 8, hora em que nos deitamos. Sabemos que de Porto Alegre ao Capão da Porteira há 62 quilômetros e do Capão da Porteira a Tramandaí a distância é de 64 quilômetros.

Depois de um esplendido repouso de 6 boas horas tive de acordar-me no

Sábado 5 de Fevereiro, às 2 horas da madrugada para tomar café. Pouco antes das 3 horas saímos.

Às 4 horas caíram 3 animais e das 4 e 40 às 5 ½ horas paramos para mudar.

Neste lugar tomei leite a 200 réis o copo. Desde 6 ¾ até 7 ½ estivemos mudando os animais.

Passamos pelas Águas Claras antes das 8 horas. Às 8 ¼ paramos para descanso e às 8 ½ partimos. Atravessamos o passo de Alessandrina às 8 ¾ e atravessamos a famosa ponte de Viamão às 9 ¼. Instantes depois paramos

para mudar.

Esta muda durou até às 10 horas. Chegamos às 10 ¼ horas e almoçamos nesta boa casa do Sr. Manoel Carvalho às 11 mais ou menos. Saímos às 11 horas e 20 e passamos pela vila de Viamão às 11 ½. Vimos também à famosa igreja, que se acha maltratada. À 1 e 10 passamos pelo passo do Sabão, que separa os municípios de Porto Alegre e Viamão. Chegamos a Porto Alegre às 2 ½ horas da tarde.

Notas.

Em vez de:

Domingo 16 de janeiro.

.....

Às 3 ¾ chegará uma diligência... ..cedo na

Leia-se:

Segunda –feira 17 de janeiro,

.....conversamos, nos deitamos. Às 3 ¾ chegara uma diligência... Na manhã de.

A 27 chegaram duas diligências: uma com a família de Dr. Dyonisio Cabeda Silveiro (fretada) e outra com a família do Dr. Salvá. A 1º de Fevereiro chegou o Sr. João Englert, a cavalo. A 18 de janeiro chegou na diligência da Taquara, o coronel Diniz Martins Rangel, intendente da Taquara e sua família e o sr. Cidade com a família. Hospedaram-se no hotel Sperb e os Dr. Dyonísio Silveira e Salvá e suas famílias no hotel Mury. O Sr. João Englert hospedou-se no hotel de Saúde. Ignoramos quando chegaram: o Sr. Maurício viajante de Adolpho Silva & Companhia e coronel Pedro Rangel e família, que foram hóspedes do Hotel Mury. Com o Dr. Agnelo Correia veio o moço surdo-mudo. Argemiro Andrade dos Santos que hospedou-se no hotel Mury.

Com o mesmo senhor veio o estudante Gustavo Maynard e sua irmã, D. Julieta Maynard, que ficaram com o Sr. Correia. O Dr. Tourinho e família e Ernesto Werna voltaram para Porto Alegre no dia 29 de janeiro. O Dr. Jaubín no dia 30 com o Ssr. Meneghetti e respectivas famílias também voltaram. No dia 16 de janeiro á tarde, tomamos 1 banho. Do dia 17 de janeiro a 3 de fevereiro (inclusive) tomamos 2 banhos, 1 de manhã e 1 á tarde. Total 37. Vieram de Cidreira assistir a festa o Sr. Octacílio Barbedo e família e outras pessoas, entre os quais o Dr. Augusto Siqueira, da Conceição do Arroio veio uma família e mais dois senhores e a banda de música.

Brevemente publicarei esta obra melhorada em fascículos semanais.
Quem quiser assinar dirija-se ao seu

Autor,

Armando Dias de Azevedo

(Ada).

Porto Alegre, 7 de Fevereiro de 1910.

FUNDO ARTHUR FERREIRA FILHO

(Com a letra de Arthur Ferreira Filho no alto da página: "Esta cópia me foi enviada a 4 de outubro pelo Cap. Orestes Carneiro da Fontoura. Logo recebi telegrama do Gen. Waldomiro Lima pedindo organização de Corpos Provisórios, o que foi feito. Arthur Ferreira Filho, Intendente")

À margem esquerda, em
manuscrito: "Confere
Cap. Orestes"

Em datilografia, de tinta azulada:

COPIA: - (Absolutamente secreta). Ao Sr. Capitão Orestes. À)
INFORMAÇÕES-

I – O movimento explodirá irrevogavelmente em todo o paiz no mesmo dia e á mesma hora: (sexta feira, 3 de outubro, 5,30 horas da tarde)

II – A partir dessa data e hora deve ser iniciada a ocupação da zona Sudeste de Santa Catharina pelos elementos que dispomos no municípios de Lagoa Vermelha, Vaccaria, Bom Jesus e Torres, reforçados pelos nossos correligionários em Santa Catharina. Essa ocupação terá por fim favorecer a marcha ulterior para o Norte de forte contingente de tropas regulares. Conseqüentemente deverá abranger a maior área que for possível, vigiando nas direções por onde possam surgir elementos inimigos.

De Torres partirá para Araranguá, para ocupar a estrada de ferro que liga Tubarão-Lauro Muller, um destacamento o qual leva o objectivo, além da ocupação da estrada de ferro, tentar tomar posição na Serra de Annitopolis, ocupando a povoação do mesmo nome.

Os elementos de Lagoa Vermelha têm por missão ocupar Campos Novos.

B) MISSÃO DOS ELEMENTOS DE VACCARIA E BOM JESUS

Sob a immediata direcção do capitão Orestes esses elementos têm por missão:

I – Elementos de Vaccaria – Ocupar immediatamente Lages.

II – Elementos de Bom Jesus – Ocupação de S. Joaquim.

N.B. Não sendo possível a tomada de Lages, essa localidade deve

ser sitiada e ilhada de maneira a que fique privada de socorro, seja de que natureza for. Seja, porém, como for, chama-se a atenção para as estradas que conduzem a Curitybanos, Blumenau e Bom Retiro, as quaes devem ser cuidadosamente guardadas, o mais afastado que for possível de Lages.

C) LIGAÇÕES

Agir sempre em ligação

I – Oeste com os elementos de Lagoa Vermelha, em Campos Novos.

II – A Leste com os elementos de Torres, cujo município, digo, cuja missão foi especificada acima.

III – Ao Sul com Porto Alegre.

Podem ser utilizados para ligações todos os meios de comunicação, telegrapho, correios, automóveis, estafectas.

D) ELEMENTOS DE SANTA CATHARINA

Os nossos elementos de Santa Catharina deverão aguardar, reunidos nos locaes mais próprios, a chegada das tropas regulares as quaes lhes levarão armas e munições. Aquelles, porem, que já possuírem esses materiaes devem ser immediatamente incorporados.

(Linha de leitura inviável por dilaceramento parcial)

Porto Alegre (as.) Osvaldo Aranha.

Transcrição de telegrama

Urgentíssimo cap. Orestes. Vaccaria. De P. Alegre.- Data 4.- Nº1126

Deveis cumprir ordens emissário Dr. Oswaldo Aranha ahi se acha.

Sauds. (a) Cel. Claudino.

Nota: Este documento, aqui transcrito com absoluta fidelidade, inclusive no tocante à ortografia da época, reporta-se à deflagração do movimento de 1930. Pertencia ao arquivo do falecido confrade Arthur Ferreira Filho. Corresponde a uma folha datilografada nas duas faces.

Cópia textual de uma circular datilografada e
fotocopiada (com atualização da ortografia)

Aos libertadores do terceiro distrito de Santiago do Boqueirão
Dignos correligionários.

Acaba de chegar de Bompland – Misiones, República Argetina – o nosso correligionário Dr. Hermes Hervé, que ali esteve com o nosso esforçado companheiro, valoroso chefe revolucionário, General Leonal Maria da Rocha, um dos que curtem as agruras do exílio por ter feito guerra ao nefasto borgismo, em 1923, e, em 1924, aos políticos profissionais que exploram e degradam o país.

Informa-nos aquele correligionário, impressionado, a extrema pobreza, a miséria em que se encontram os exilados, principalmente o General Rocha.

Tais são as privações e dificuldades econômicas por que passam esse nosso correligionário e seus companheiros, que indigno e injusto seria não procurássemos levar-lhes algum auxílio.

Não se compreenderia mesmo deixássemos abandonados ao léu da sorte do exilado tantos correligionários, e precisamente os que mais de salientam e avultam com um acervo de enormes serviços à nossa grande causa, os que deixaram o lar e a família pela guerra, perdendo nesta todos os bens que possuíam.

Entre os quais, inegavelmente, sobressai o bravo General Leonel Rocha, que, desde 1893, numa perseverança digna de nota, vem lutando pelos seus ideais, tendo sacrificado seus bens, sua fortuna particular.

Pois seus adversários, com aquela mesquinhez que os caracteriza, não podendo atingir ao herói, vingaram-se depredando os bens dele; em Palmeira, queimaram-lhe a casa e dizimaram seus gados.

Não se justifica, repetimos, sejamos surdos e indiferentes à sorte desse abnegado e honrado companheiro. Fosse ele um desonesto, como apregoaram os asseclas da ditadura e os assalariados do governo, e estaria desfrutando fortuna, como muitos destes.

A pobreza em que vivem Leonel Rocha e seus companheiros constitui inconfundível atestado da sua honestidade, dele, e muito honra nossa causa.

Por tudo isso, o Diretório do Partido Libertador deste município resolveu abrir subscrição entre os correligionários, solicitando-lhes uma contribuição, em proporção de seus haveres, abem de aliviar os sofrimentos, as privações do General rocha e de seus bravos companheiros de exílio, conforme aconselha a solidariedade política bem compreendida.

Saúde e fraternidade.

Santiago do Boqueirão, 2 de julho de 1928

(ass.) Samuel Dornelles - Secretário
Severino Azambuja - Presidente
Bruno P. Guimarães - Vice-presidente
José Carlos Codevilla - Tesoureiro
Joao Gayer Sobrino
Angelino Cardoso da Silva
Tito Beccon
João Evangelista Dornelles
Sylvio Ferreira Aquino

LISTA DAS CONTRIBUIÇÕES

Nomes

Quantia

DOCUMENTO

Este documento foi muito pouco divulgado. Encontra-se, transcrito na obra de **José Ferreira Borges de Castro**: *Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos celebrados entre a Coroa de Portugal e demais Potencias desde 1640 até o presente*, editado pela Imprensa Nacional, Lisboa, 1856, páginas 122 a 123.

Trata da suspensão das atividades beligerantes durante a execução do Tratado de 1750 e se constitui num ato de definição, embora temporária, dos limites entre Portugal e os índios das Missões.

**CONVENÇÃO DE SUSPENSÃO DE ARMAS ENTRE
GOMES FREIRE D' ANDRADE E OS CACIQUES,
ASSIGNADA NO CAMPO DO RIO JACUI,
A 14 DE NOVEMBRO DE 1754.**

(COLL. DOS BREVES PONTIFICIOS E LEIS REGIAS.)

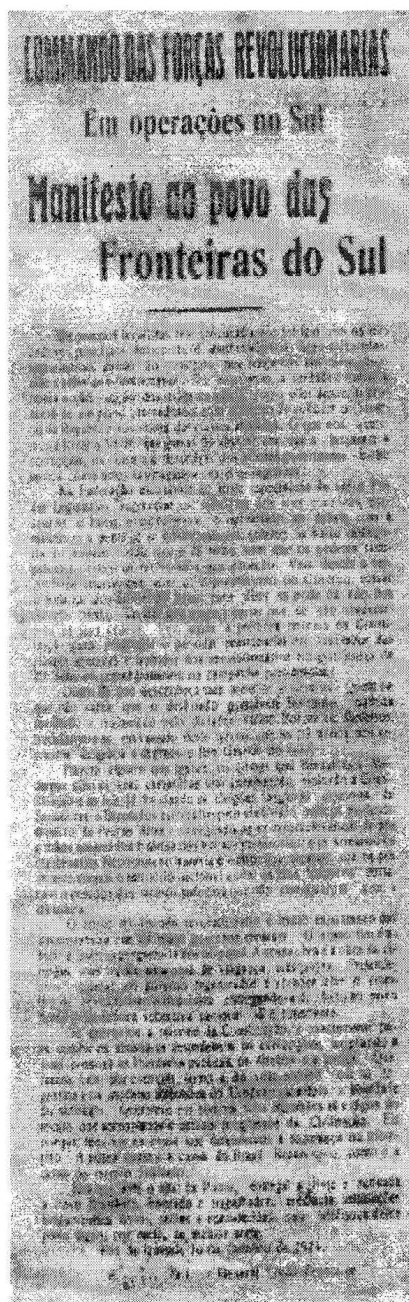
A los quatorce dias del mes de Noviembre de mil sietecientos cincoenta y cuatro, em este Campo del Rio Jacui, en donde está campado el Ilustrísimo y Esclentísimo Señor Gomes Freire de Andrade, Gobernador y Capitan General de la Capitanía del Rio de Enero y Minas Generales con las Tropas de S. M. F. para auxiliar las de S. M. C. á fin de evacuar los siete Pueblos de la margen oriental del Uruguay, que se ceden á nuestra Corona en virtud del Tratado de límites de las Conquistas, venieron á la presencia del dicho Excelentísimo Señor General, D. Francisco Antonio Cacique del Pueblo de S. Angel, D. Cristóbal Acatú y D. Bartolo Candiú Caciques del Pueblo de S. Luis, y D. Francisco Guacú, Corrigidor, que acabó en dicho Pueblo de S. Luis, y por ellos fue dicho le permitiese el dicho Señor que ellos se retirasen á sus Pueblos en paz sin hacerles daño, ni tan poco seguirles, ni aprisionarlos, y á sus mugeres e hijos, pues ellos no querian guerra con los Portugueses; y

respondiéndole el dicho Señor General y mas Oficiales abajo firmados, que ellos se hallaban en este Ejercito por orden de su Soberano, aguardando que la Caballada y Boyada del Ejercito de que es General el Señor D. Joseph de Andonaique fuese en estado de volver á seguir el camino, que por falta de pastos fue obligado á retroceder, y que en teniendo orden del dicho Señor General como mandante, que era de todo, se avanzarían, por lo que no determinaban retirarse, antes si fortificase en el paso en que estaban: lo que oydo por los dichos Caciques, y demas Indios, que presentes estaban, pidieron por Dios les concidiese tiempo para su recurso, y aguardaban que S. M. C. mas bien informado de su miserable estado y vida aplicase su Real piedad con tal remedio que servise de alivio á su miseria, y que caso S. M. C. y su General no oysen sus ruegos, y se metiesen otra vez em campaña, quedaban ciertos que los Portugueses los seguían en cumplimiento de las Reales órdenes de su Soberano, lo que oydo por el dicho Señor General, respondió nó determinaba perder un paso de lo en que se hallaba su Ejercito; pero queriendo tener con ellos la piedad que rogaban, les permitia de treguas el tiempo que mediase hasta que el Ejercito de S. M. C. nuevamente marchase á la campaña siendo con las clausulas siguientes: Que se retirarian luego los Caciques con los Oficiales y soldados á sus Pueblos, y el Ejercito Portugues sin hacerles daño ó hostilidad alguna pasaria el Rio pardo, conservándose de una parte y otra en entera paz, hasta determinacion de los dos Soberanos Fidelísimo y Católico, ó bien hasta que el Ejercito Español salga á campaña, porque en saliendo, el Ejercito Portugues precisamente ha de seguir las órdenes del General de Buenos Ayres; y para que se no suscite duda alguna, se declara es la División interina del Rio de Viamam por el Guayba arriba hasta adonde le entra el Jacuhy, que es este en que nos hallamos campados, siguiendole hasta su nacimiento por el brazo que corre de Suroeste. Á lo que en esta Division de Rios queda á la parte del Norte o pasará ganado ó Indio alguno, y siendo encontrados se podrá tomar el ganado por perdido y castigar los Indios que fueren hallados; y de la parte del Sur no passará Portugues, y siendo hallado alguno será castigado por los Caciques y demas Justicias de dichos Pueblos en la misma fôrma; escepto los que fueren mandados con cartas de una ó otra parte, porque estos serán tratados con toda fidelidad: Y de cómo así lo prometieron ejecutar tanto el dicho Escelentísimo Señor General por su parte como los referidos Caciques por la suya, lo firmaron todos y juraron á los Santos Evangelios en que pusieron sus manos derechas en mano del Reverendo Padre Thomás Clarke, y yo Manoel da Silva Neves Secretario de la Expedición que lo escribi. = Gomes Freire d'Andrade = D. Martin

Joseoh de Echaure=D. Miguel Angelo de Blasco=Francisco Antonio Cardoso
de Menezes e Souza= Thomaz Luiz Ozório=D.Christoval Acatú=Bartolo
Candiú=Francisco Antonio=Fabian Naguaeu=Santiago Pindo.

GRN

Como documentos expressivos das manifestações do tenentismo, reproduzimos a seguir o manifesto dos rebeldes de 1924 lançado em Foz-do-Iguaçu em 16 de outubro de 1924 e a proclamação do Ten. Juarez Távora após a tomada de Uruguaiana, em 29 de outubro de 1924, este impresso pertence ao arquivo deste Instituto.



COMANDO DAS FORÇAS REVOLUCIONÁRIAS

Em operações no Sul

Manifesto ao povo das Fronteiras do Sul

Os pseudolegalistas têm procurado nos intrigar com os verdadeiros princípios democráticos, atribuindo-nos fins militaristas-imperialistas, dando ao manifesto que lançamos em São Paulo esse cunho anti-democrático. No entanto, a verdade é outra; a nossa ação – ação dos militares não é, como eles dizem, o produto de um plano premeditado com o intuito de colocar o Governo da República nas mãos das classes armadas. O que nos queremos é livrar a Nação das garras do abismo em que a lançaram a corrupção, os vícios e a desordem dos atuais governantes. Entre tantos como atos desbragados citarei os seguintes:

Na Federação assistimos ao triste espetáculo de ver o Poder Legislativo aumentar subsídios dos seus membros, enquanto o Povo, principalmente o operariado, se debate com a miséria e a penúria; o funcionalismo público de baixa categoria do mesmo modo morre de fome sem que os poderes competentes cuidem de melhorar a sua situação. Vem depois à vergonhosa intervenção, com o consentimento do Governo, tomar o balanço dos livros do Brasil para dizer se pode ou não nos dar-nos crédito. Crédito que ameaça cortar-nos, se não obedecermos as suas ordens. Vem ainda à pretensa reforma da Constituição para prolongar o período presidencial do insultador das classes armadas e traidor dos revolucionários rio-grandenses de 23, seus ex correligionários na campanha presidencial!

Quem há que desconheça tais misérias e infâmias? Quem há que não saiba que o desbriado presidente Bernardes, outrora insultado e maltratado pelo ditador sulino Borges de Medeiros, transformou-se em vassalo deste tirano que há 35 anos nos escraviza, desgraça e degrada o Rio Grande do Sul?

Haverá alguém que ignore os crimes que Bernardes e Medeiros com as suas camarilhas tem cometido, violando a Constituição e as leis; já fraudando as eleições, rasgando diplomas de Senadores e Deputados escolhidos pelo

eleitorado livre; já burlando o pacto de Pedras Altas e entregando os ex-revolucionários de pés e mãos amarrados á sanha dos ferozes provisórios; e já armando os mercenários Nepomuceno Saraiva e outros que calcaram sob os pés de seus corseis o território nacional e com os seus “cuchillos” cortaram o pescoço dos nossos patrícios que não comunham com a ditadura.

O nosso movimento revolucionário é fruto espontâneo das circunstâncias que os maus governos criaram. O nosso fim é abolir a política gangrenada dos déspotas. A nossa obra é a obra da cirurgia, mas nunca uma obra de vingança mesquinha. Pretendemos implantar um governo regenerador e criador, com o único fim de democratizar a República entregando-a de fato ao povo livre, á verdadeira soberania nacional, sã e consciente.

Se queremos a reforma da Constituição, é exatamente para coibir os abusos, as desordens e as corrupções, ampliando o mais possível às liberdades publicas, os direitos e a justiça. Queremos Leis, por exemplo, como a do voto secreto, que na Argentina e na modelar Republica do Uruguay garantem a liberdade do sufrágio. Queremos em suma um República sã e digna do século dos aeroplanos e demais progressos da Civilização. Eis porque temos fé na causa que defendemos a segurança no triunfo. A nossa causa é a causa do Brasil Republicano, como é a causa do mundo civilizado.

Juramos ante o altar da Pátria, entregá-la livre e saneada a Povo Brasileiro, honrado e trabalhador. Mediante instituições fundamentais novas, sadias e robustecidas pela confiança desse povo digno, por certo, de melhor sorte.

Foz do Iguassú, 16 de Outubro de 1924.

(a.) General *João Francisco*

A REVOLUÇÃO Ao Povo

Pegando em armas contra o Governo que tem espoliado os bens do povo e sacrificado os interesses superiores do País, não queremos, de forma alguma, causar fúteis danos à população rio-grandense.

A todos os cidadãos que se absterem de participar directa ou indirectamente na luta — *qualquer que seja o seu credo político* — serão garantidos os direitos que lhes compete a nossa Constituição.

Oferecendo, assim, amplas garantias ao povo, exigimos, em troca, inteiro acatamento às nossas ordens.

Qualquer tentativa de perturbação da ordem promovida dentro da zona de nossa jurisdição será sumária e severamente castigada.

O governo da cidade passa a ser exercido por dois governadores, um civil, outro militar.

Os governadores civil e militar terão todas as atribuições pertencentes antes ao Prefeito Municipal.

Os governadores Militar e Civil competem a organização do Serviço de policiamento e de segurança da cidade, a convocação dos reservistas, organização de Unidades e Contingentes, Superintendência do serviço de requisições, organização de tribunais marciais e todas as medidas de carácter militar exigidas pelas circunstâncias do momento.

São nesta data considerados afastados de seus cargos as seguintes autoridades: Intendente, vice-intendente, conselheiros municipais, delegado de polícia, sub-intendentes districtaes, administrador do Mercado Publico, do Matadouro, sub delegados de polícia.

O policiamento da cidade passa a ser feito por voluntários armados, sob a fiscalização de um official de forma a garantir a toda a absoluta tranquillidade.

A justiça civil poderá continuar a exercer livremente as suas funções no julgamento dos crimes communs.

A Revolução lhe garante, assim, locante, uma autonomia integral e absoluta.

Uruguayana, 29 de Outubro de 1924.

Juarez Tavora

Governador Militar

Luís de Magalhães

Governador Civil

Correspondência dos exilados de 1924/1925

Por carta de 30 de outubro de 1982, a Sra. Neusa Silva Lopes, residente em Santa Maria-RS, filha do Capitão João Silva, que integrou a Coluna Prestes, e neta do Coronel Inocêncio Silva, insurreto da região das Missões, com participação nas revoltas de 1923 e 1924, fez doação ao nosso confrade Sérgio da Costa Franco de uma coleção de cópias xerox de correspondência do arquivo de seu avô.

Tratar-se de cartas subscritas por João Francisco Pereira de Souza, José Antônio Netto (Zeca Netto) e por Fidêncio Mello Filho, refletindo o ambiente conspiratório de 1925, quando, exilados na Argentina, os rebeldes de 1924 ora faziam planos de invasão do território gaúcho, ora cogitavam de reconciliação e retorno pacífico.

Pelo calor documental dessa correspondência para o estudo das sedições da década de 1920/30, e por serem inéditas, segundo acreditamos, fazemos aqui sua transcrição, incorporadas que se acham ao arquivo documental do IHG-RS.

A Comissão da Revista

Cópias textuais de reproduções reprográficas de cartas manuscritas (com atualização da ortografia)

No alto: Confidencial

Em cima

À esquerda:

Cópia

Buenos Aires, 16 de maio de 1925

Meu caro General Zeca Netto
Monte Caseros

Recebi a sua estimada carta pelo Coronel Alfredo Lemos, à qual respondo: 1º) Espero que o prezado amigo já tenha recebido a última carta

que vos remeti para aí recomendada ao Dr. Brasil Vianna. 2º) Todavia não estão em nosso poder os pertrechos (SIC) que nos prometeram e que são absolutamente indispensáveis para o início do movimento que pretendemos fazer. 3º) Sempre esperando tais elementos e outros recursos também prometidos, os dias vão se passando sem podermos entrar em atividade com eficácia. 4º) Conseqüentemente, ante tais faltas, e não tendo nós um ponto de apoio imediato, seguro, mas muito seguro, seria uma aventura insensata tentar assim um golpe teatral ou uma encenação sob todos os pontos de vista contraproducente.

5º) O caro amigo sabe que não me falta energia nem força / fl.2/de vontade no sentido de trabalhar pelo triunfo da nossa santa causa, e que estou pronto a fazer por ela, como já fiz, os maiores sacrifícios, inclusive o da própria vida. Mas nem por isso perco a necessária calma e critério, e, refletindo criteriosamente, compreendo e opino que só devemos entrar em campanha quando tivermos probabilidades de êxito imediato, conseguindo logo a vitória livre de destruições e prejuízos dos nossos povos, pois levar a guerra aos nossos adorados pampas sem contar com o triunfo imediato das nossas armas, na expectativa de uma campanha de recursos ou a guerra de movimento prolongada e conseqüentemente devastadora dos bens públicos e da fortuna particular, é coisa que me causa horror em pensar, e jamais darei o meu consentimento a tal empresa.

Vamos nos reunir, meu caro General, com o nosso chefe civil, para re/fl.3) solver. Compulsar os elementos favoráveis e os desfavoráveis, medir a potência do adversário e a nossa, calcular os prós e os contras, prever mesmo com otimismo, tudo, para depois pôr mãos à obra, com o único intuito de melhorar a situação dos nossos povos. Porta-estandartes da bandeira da liberdade, guias das falanges revolucionárias, nunca devemos arrastá-las a sacrifícios improfícuos.

Tenho a mais inabalável convicção que a grande revolução social brasileira vai triunfar, como que o nosso ideal vai imperar pela força da vontade nacional, ante a coordenação dos esforços populares. Não há necessidade de precipitações. Tudo vai chegar a seu tempo.

Esforços ingentes são necessários, mas devem ser feitos no seu devido tempo, unidos e compactos. Não é lícito dar soco em faca de ponta./fl.4/

(segue verso)

Criterioso e sensato como sois, estou certo que pensais como eu.

Devo ainda dizer-vos que as dificuldades com que lutamos atualmente são originadas pela imprevidência do chefe militar da revolução de 5 de Julho.

O futuro movimento no Rio Grande, etc. deve ser organizado sob outro fundamento, com ordem e disciplina. É o que me cumpre expor ao prezado amigo, reiterando-vos os meus protestos de muita estima e apreço.

João Francisco

P.S. Enquanto espero oportunidade para colaborar na luta contra a ditadura de Borges de Medeiros, fico fazendo todo o empenho no sentido de reforçar os elementos da coluna dos intrépidos e valorosos Miguel Costa e Prestes, operando em Mato Grosso, pois considero que para este ponto que devem se voltar agora as nossas vistas, sem no entanto descuidar do mais...Pessoalmente, vos direi como estou conseguindo apoios para aqueles heróis.

João Francisco

Impresso, na margem superior esquerda:

Dr. Brasil Vianna

Ilmo. Sr. Cel. Inocêncio Silva

Caceros, 15 de maio de 1925

Distinto correligionário, tenho grande satisfação em ter ocasião de vos dirigir meus sinceros cumprimentos (SIC), antes de falar-vos de assunto de nosso comum interesse, que é o seguinte: é chegado o momento de fazermos supremo esforço para conseguirmos a tão desejada vitória de nossa santa causa. É portador deste nosso amigo Gal. Leonel Rocha que verbalmente vai expor-vos o plano que devemos executar, e muito me satisfará se Vmcê. Estiver de completo acordo. Tudo que resolverdes com Gal. Leonel estarei certo que será de grande utilidade para nossa causa.

Aproveito a oportunidade de dizer-vos que estarei sempre ao vosso dispor como correligionário vosso apreciador.

José Antonio Netto

Santo Tomé, 26 de maio de 1925

Caro am^o Cel. Inocêncio Silva
Conceição

Cordialíssimas saudações.

Tenho tido muita vontade de encontrar-me com o distinto amigo, para contar-lhe a grande amizade que cultivei com o seu valente filho Capitão João Silva. Quando avancei em direção a Clevelândia, o Cel. Prestes mandou o 2º comandado pelo Major João Alberto incorporar a minha Brigada e no 2º vinha o Capitão Silva, que não mais me deixou até a retirada para Iguassu. Trazia uma carta dele para Vmcê., porém, devido à minha passagem clandestina a Possadas, resolvi a destruir todos os papéis comprometedores, na previsão duma prisão no Porto. Nessa carta ele contava a nossa íntima amizade e ao mesmo tempo pedia os seus grandes e bons ofícios em ajudar-me na possível evasão (SIC) ao Rio Grande.

Com os Gen^{ais}. Zeca Netto e Leonel Rocha, temos tudo combinado, / fl.2/ faltando pequenos detalhes p. ^a o nosso grande Gal. João Francisco dar o grito de guerra.

Os generais querem que eu faça a entrada por essa região, organizando os elementos dispersos e de grande valor, que se acham aqui na costa Argentina p.^a organizar o 2º exército da região serrana, que agirá combinado com o Gal. Leonel Rocha. Eu sou soldado da causa e não recuso serviço, porém nada poderei fazer se os correligionários não se congregarem, como sabe nós somos civis e não militares, de formas que aceitamos o comando que mais confiança ou simpatia nos merece, sendo o motivo que me faz em primeiro lugar dirigir-me ao amigo por ser a pessoa mais prestigiosa e caracterizada política dessa região. Peço muita franqueza e desde já afirmo sobre palavra de honra, não me sensibilizar com os companheiros, caso queiram um outro comando. /fl.3/

O Gal. Leonel está com uma força preparada p.^a agir imediatamente, faltando umas 100 armas e 20 ou 30 mil tiros.

Pelas informações, sei que o amigo e outros companheiros aí dispõe de material; sendo dum grande golpe vmcês. cederem a esse valoroso chefe todo o material p.^a aproveitar a oportunidade das lanchas dos balseiros que sobem o Rio Uruguay, sendo talvez a oportunidade dada pela Providência Divina, p.^a solucionar o caso da Palmeira; como sabe, o Gal. Leonel rompendo na Palmeira com eficiência nos facilitará enormemente a entrada.

Quanto ao material p.^a substituir os vossos, temos seguro e em grande quantidade, faltando o estouro da Boiada em tal ponto que pessoalmente lhe diria.

Apelo p.^a o vosso grande amor à nossa causa em facilitar tudo ao Gal.Leonel e não tenha receio de ficar sem armas e munição p.^a a nossa futura ação. /fl.4/

Estou presentemente estacionado em Libres, Hotel España, onde aguardo vossas apreciadas ordens.

Subscrevendo-me vosso
am^o certo

Fidencio Mello F^o

HOTEL ESPAÑA

de

Eduardo Lopez

Agente del
Expreso InternacionalPaso de los Libres, 8 junho de 1925
(Corrientes)[Impresso
à esquerda
no alto]Car.^{mo} Cel. Innocencio Silva
Conceição

Saúdo-o cordialmente. Ontem aqui cheguei de Monte Caseros, onde estava conferenciando com o nosso bom Gal. Z.N. Esse Gal. Está com o negócio dos remitons (SIC) quase terminados, assim como uma quantidade de mauseres (SIC). A munição do Paraguai também será adquirida pa. a nossa coluna. O Gal. já tem alguns recursos e espera mais nestes poucos dias. A nossa coluna estará bem aparelhada pa. esmagar os Chimangos.

Aqui vai tudo às mil maravilhas. Os do estado Oriental estão se organizando também.

Junto a esta vai a cópia da ata da minha aclamação, que poderá ser alterada a juízo dos am^{os}. daí.

Para não chamar atenção será conveniente eu não ir até /fl.2/aí, e sim o amigo e o Major Gay virem a S. Thomé p.^a estudarmos a organização e o plano da entrada no Rio Grande.

Poderão trazer a ata já assinada p.^a eu, de combinação com Vmcê. e o Major Gay, que desde já convido p.^a chefe do meu Estado Maior pelas boas informações que tenho dele, sendo um oficial valoroso e distinto, fazermos as devidas nomeações.

Sexta-feira estarei em S. Thomé, onde aguardarei a vinda dos prezados correligionários p.^a tudo deliberarmos difinitivamente (SIC).

Recebi telegrama e carta do Gal. João Francisco me prometendo uma reunião p.^a conferenciarmos com o nosso chefe Assis Brasil.

Sem mais, até breve. Um abraço do amigo de verdade

Fidencio Mello F^o

No alto à esquerda, impresso.

Hotel España

de

Eduardo Lopez

Agente del expreso

Internacional

Paso de los Libres, 15 de junho de 1925

Corrientes

Caro Cel. Inocencio

Conceição

Saúdo-o cordialmente.

Estava resolvido a seguir até aí atender ao vosso chamado, porém, estudando maduramente compreendi os grandes inconvenientes: Estamos debaixo duma extraordinária espionagem. Os seus passos e os meus são conhecidos pelos espiões. Ontem li uma lista que é fornecida aos destacamentos borgistas de fronteira, onde fala de sua viagem a Possadas e nosso encontro em S. Thomé.

Precisamos não levantar a caça nas Colônias. O Cap. João lhe explicará detalhadamente.

Precisamos estudar o meio da distribuição do material. Necessito que o amº traga os nomes dos C^{éis}. Comandantes de corpos p^a. eu nomeá-los p.^a os mesmos irem organizando seus elementos. Preciso saber o número mais ou menos e estudarmos a evasão (SIC) e seu objetivo.

Falta a página que daria continuidade ao texto da carta. Pela comparação com outras cartas assinadas, trata-se de mais uma missiva de FIDÊNCIO MELLO Fº para o Cel. INOCÊNCIO SILVA.

No alto, em caracteres impressos:

GRAN HOTEL ESPAÑA

Casa fundada em 1897
por Javier Laurenz

Alvarez, Soto y Cia.

30, Avenida de Mayo 964

Buenos Aires, 3-7-1925

Prezado amigo Coronel Inocencio Silva.

Afetuosas saudações.

Para seu governo e para mostrar aos nossos amigos dessa zona, vos envio cópia da carta que dirigi ao Gral. Fidencio de Mello Fº.

Os negócios da verdadeira revolução social, a revolução do povo, precisam ser tratados e postos em prática de outra maneira, com outro critério e sob a direção de elementos sãos, inspirados no verdadeiro patriotismo. Não podem mais continuar guiados pelo miserável e retrógrado Isidoro e seu grupinho infecto.

Espero que terei oportunidade de vos cientificar e aos nossos amigos, do modo que devemos empregar para reunir os necessários /fl. 1 v./elementos e realizarmos o que aspiramos alcançar, como bons revolucionários, a bem dos interesses dos nossos povos.

Peço dizer-me se já mandou para Sto. Thomé a minha bagagem e a quem foi entregue.

Cumprimento o seu valoroso filho e vos abraço carinhosamente.

Seu amº deveras

João Francisco

Libres, 16-8-925

Caro Cel. Inocencio

S. Thomé

Saúdo-vos e a D.^a Laudicea

Anteontem aqui cheguei de Buenos Ayres, onde fui a negócios particulares. Estive com o Gal. João Francisco e outros, e notei a lamentável separação que existe entre os grupos Isidoristas (SIC) e Franciscanos.

Precisamos muito falarmos pessoalmente sobre um assunto importante e urgente. Deixo de ir até aí porque eu indo a essa cidade terei de dizer algo aos nossos companheiros e como nada posso adiantar só levarei desânimo.

Peço vir até aqui sem que ninguém saiba.

Sema mais, esperando-o urgente vosso am^o certo

Fidencio Mello F^o

Em caracteres impressos:

Hotel España

De

Eduardo Lopez

Agente del Expreso

Internacional

Paso de los Libres, 1 de setembro de 1925

Caro Cel. Inocencio Silva

S. Thomé

Saúdo-o cordialmente. Ontem vos telegrafei pedindo passar-me quatrocentos pesos telegraficamente. É desnecessário dizer-lhe que vos devolvarei assim que venha dinheiros que estou esperando, isto é, nestes poucos dias. Também p.^a remeter-me será em dinheiro argentino e neste caso é justo que vos devolva em dinheiro brasileiro, conforme o câmbio que fizer, para evitar prejuízos p.^a vmcê.

Assim que aqui cheguei encontrei os nossos homens ansiados por mim, conversei e conferencieei, e estão ansiados pelo acordo.

O homem de Uruguaiana me conhece da casa do Pinheiro e está ansiado por conferenciar consigo. Tudo arrumaremos. Se o amigo pudesse, devia dar um pulo aqui amanhã ou domingo, isto /fl.2/ é me avisando com antecedência, de modos a chegar antes da noite p.^a tudo preparar. Segunda pretendo seguir a Buenos Ayres, conforme disse.

O Zecca Netto chega hoje aqui, vindo de Monte Caceros, dou um recado urgente, pedindo p.^a eu esperá-lo hoje, que muito necessita se entender comigo; pelo que deduzi das conversas do Lemos, o Netto tem a mesma idéia de fazer a evasão (SIC) por Missões. Coisa que vem corroborar aquele plano do Pedrozo, sem eu nada lhe dizer. Quero ouvi-lo e sem lhe desenganar, ver o que fazemos com os de B. Ayres etc. p.^a depois agir. O Dr. Rupp Júnior foi chamado aqui.

Falei sobre os seus prejuízos e o homem ficou indignado com o Dioclecio e disse-me que já tem outras denúncias dele como ladrão e assassino e que solucionará tudo.

Sem mais, vos aguardando

Vosso am^o certo

Fidencio Mello F^o

À esquerda, no alto,
impresso:

Hotel España
de

Eduardo López

Agente del Expreso
Internacional

Paso de Los Libres, 14 – Outubro de 1925

Caro Amº Cel. Innocencio
S. Thomé

Saúdo-o e à dig^{ma}. família.

Pelos jornais o amº já deve conhecer o resultado da aventura do coitado do Honório: a sua capitulação foi a mais tocante possível, pois entregou-se de chapéu na mão e chorando e ao mesmo tempo queixando-se dos militares que mais uma vez lhe traíram. Dizem que ele tem documentos, onde provará a participação dos militares, que se comprometeram a levantar-se.

Escrevo-lhe esta às pressas para o senhor nos comunicar p^r. onde estão o Isidoro e Zeca Netto, pois acaba de chegar um telegrama de Rivera e Caceros, dizendo que esses dois senhores estão aí em Apostoles, Concepcion e S. Xavier, tramando evasões (SIC).

É desnecessário lhe advertir que caso isso se dê, nós ficaremos em péssima situação.

.....

Falta a página que daria continuidade ao texto. Pela comparação com outras assinadas, trata-se de outra missiva de FIDÊNCIO MELLO Fº.

À esquerda, no alto,
em caracteres impressos:

Hotel España
de
Eduardo Lopez
Agente del Expreso
Internacional

Paso de Los Libres, 19 de outubro de 1925

Caro Cel. Inocencio
Santo Thomé

Desejando sua saúde e da distinta família. Recebi suas cartas que imediatamente mandei-as ao Dr. Flores. Estou esperando a todo o momento o emissário p.^a ir com ele.

Tenho tido cartas seguidas do João e por elas tenho apreciado a ação dele. Aqui os brabos já se amansaram comigo, tanto que o Cel. Alfredo Lemos está do mesmo modo de pensar nosso. Me visitou duas vezes se queixando do Netto e outros companheiros, dizendo que o Netto somente vive de mentiras, e quando chega o momento de ivadir (SIC), como na ocasião do Honorio, ele recuou e nada fez.

Disse-me que o Isidoro anda contrariado com o Netto por isso.

As comadres já estão brigando. Antes do emissário partir lhe avisarei por telegrama.

Sem mais, meus respeitos à Dna. Laudicéia, vosso am^o certo

Fidencio

À esquerda, no alto,
impresso:

Hotel España
de
Eduardo López
Agente del Expreso
Internacional

Paso de Los Libres, 22-10-1925

Caro Cel. Inocencio Silva
S. Thomé

Saúdo-o cordialmente.

Amanhã pretendo dar um apertão no Cel. J. Arregui sobre o emissário. O Décio está em P. Alegre e o Dr. Flores está em Livramento atendendo um irmão, que está muito mal. O Netto é que deu prego tanto mentiu, que agora nem os cães lhe acreditam. Dizem que o Isidoro está furioso com ele devido certas coisinhas, que só pessoalmente lhe poderei dizer. O Netto foi embora para B. Aires, procurar novos horizontes p.^a poder se expandir nas suas bravatas, pois aquela cidade é um bom campo p.^a ele passar suas fitas.

Os Brabos aqui já estão me dando razão em ser os primeiros a lhe tirar o freio. Estou certo que muito dos brabos irão primeiro do que nós para o Brasil...

Os isidoristas andam espalhando que diversos am^{os}. do Rio de Janeiro / (fl.2)/ estão tramando a aproximação dele Isidoro ao Gal. João Francisco e que a coisa está adiantada, não acredito que o nosso general ceda nesse ponto. Escrevi ao Gal. perguntando o que havia, pois pode ser um plano para nos aproximar novamente dos militares isidoristas.

Até domingo poderei lhe dizer o dia da partida do emissário.

Sema mais, até breve.

Vosso am^o certo

Fidencio

Em tempo: O Eduardo Lopes vendeu o hotel, a D^a. Matilde e crianças seguiram ontem p.^a Buenos Aires. O Lopes ainda ficou cobrando contas.

O m^{mo}.

No alto à esquerda,
impresso:

Hotel España
de
Eduardo López
Agente del Expreso
Internacional

Paso de los Libres, 23-10- de 1925

Cel. Inocencio
S. Thomé

Salve.

Agora mesmo chegou o Cônsul Cortelli, de Uruguayana, trazendo-me um telegrama do Dr. Flores, passado de P. Alegre, dizendo que o Cel. Claudino dentro de 3 dias viria se encontrar comigo, p.^a seguirmos para S. Xavier.

O telegrama é do dia 21. Assim que chegue lhe telegrafarei p.^a esperarmos na estação e seguirmos juntos.

São 6 horas da tarde e o trem já vai partir.

Fidencio

No alto, à esquerda,
impresso:

Hotel España
de
Eduardo López
Agente del Expreso
Internacional

Paso de Los Libres, 2-11 de 1925

Caro Cel. Innocencio
S. Thomé

Saudações.

Recebi sua carta de ontem. Junto a esta vai uma cartinha ao Leonel.

O Cel. Claudino hoje chegou a Uruguayana. Estou aguardando sua chegada para seguir p.^a essa.

Aquela saída do Leonel não regula, pois bem conheço o coração dele e além disso o seu bom critério, pois ninguém melhor do que ele tem necessidade de descanso e mesmo cuidar da sua numerosa família, e demais ele ainda não me ouviu p.^a julgar o nosso ato; tenho certeza de que ele, homem velho e juizoso (SIC) terá que tomar a frente desse negócio, como sabe ele e nós como chefes desse povo temos que cuidá-lo e não nos deixar arrastar por obsessão partidária inútil /fl.2/ fazendo nossos amigos sofrer sem podermos defendê-lo. Caso nós rechaçasse a proposta dos governos afiançados por homens como Flores, Décio, Arregui e Claudino, daqui uns meses os nossos sacrificados correligionários se revoltariam contra nós. A coisa está nisso: não temos recursos, dinheiro e armas com munição; nesse caso o que podemos prometer ao povo?...

Demais, nós continuamos com o nosso ideal até melhores dias...Estamos meia dúzia de sacrificados imigrados e os gargantas nas cidades e cafés nos criticando etc... O tempo dos trouxas já se acabou.

Sem mais, até 4.^a feira.

Vosso am^o certo,

Fidencio

Em tempo: O Leonel que vá estudando de acordo consigo as suas alegações para expor ao Caludino.

O m^{mo}.

DOCUMENTOS – 1924

Os documentos que transcrevemos *ipsis litteris* são do arquivo de *Amaro Baptista*, do acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Primeiro documento

Esboço do estatuto ou regimento de uma *liga* denominada de *Centro Cívico* que adota o modelo do fasci italiano, adaptado por militares muito próximos aos tenentes, pelo menos os que assinam a “*circular*”, quando o levante de 1924, iniciado em São Paulo, se encontrava sem perspectivas. A Coluna Sul, chefiada por *Luís Carlos prestes*, isolada e cercada em São Luis Gonzaga e, os remanescentes paulistas, recuados e também isolados, na Foz do Iguaçu (ainda em 24 de dezembro de 1924).

SR. REPRESENTANTE DO CENTRO CIVICO EM

Uma longa e dolorosa experiência nos tem demonstrado que maiores têm sido os malefícios oriundos dos erros e das usurpações governamentais, durante quasi meio seculo de Republica, que as vantagens offerecidas no espirito e na propria letra do Pacto de 24 de fevereiro.

Apercebidos do, perigo que ameaça a Nação e a Republica, pela acção impatriotica e dissolvente dos nossos dirigentes, varios elementos, essencialmente subordinados aos interesses da patria, iniciaram uma justa propaganda de soerguimento moral, social, politico e administrativo do Paiz.

Traçando a sua conducta e o seu sonho de estabelecimento do regimen, esses elementos divulgaram, mezes atras, em forma de estatutos de um centro civico, a sua orientação concebida nos seguintes termos:

1^o“

.....

2^o - Cada centro será constituído por homens de elevados sentimentos patrioticos, dedicados á causa do povo e aos interesses geraes do Brasil;

3^o - *Os fins e deveres do Centro Civico é pronover por todos os meios possiveis, uma propaganda tenaz e elevada contra os máus actos dos poderosos que arrastam, de dia a dia, o paiz á banca-rota e o povo á fome e á miseria. Como defensor de principios, não tem amigos, nem partido, senão aquelles que com seus membros communguem no ideal que os congrega. O*

seu ponto de vista e o trabalho que se propõe a prestar ao Paiz é ensinar aos delapidadores da fortuna publica a trilharem o caminho do dever, da honra, procurando destarte elevar o credito nacional e attendendo, ao mesmo tempo, os interesses das classes trabalhadoras; ensinar detentores do Poder uma politica superior, sem violencias mesquinhas, sem perseguições torpes, sem o cerceamento do livre pensamento, sem o mercantilismo da consciencia, sem o abjecto servilismo reinante; annular a politica do favoretismo, de emissões, de gastos interminaveis; forçá-los a entregar ao povo a prerogativa sagrada de escolher os dirigentes do seu patrimonio; impôr-lhes o respeito pelo labor honrado em que se deve assentar e prosperar a Nação, hoje desorganizada e asphixiada nas mãos de uma casta nulla e dispendiosa, em detrimento das classes laboriosas e productoras. Tendo por escopo a regeneração do character politico e do credito nacional, o Centro Civico apoiará, incondicionalmente, o Governo que se propuzer a sustar todos os gastos que não digam respeito propriamente com obem estar do povo ou com a defesa do paiz; a evitar as emissões e os empréstimos, salvo em caso de calamidade publica ou de guerra externa; a assegurar o equilibrio orçamentario; a estabelecer a arrecadação em ouro de parte dos impostos aduaneiros, afim de habilitar o Thesouro a fazer face aos compromissos externos; a crear os fundos de resgate e de garantia do papel-moeda em circulação; a diffundir e incrementar a instrucção publica intellectual e profissionalmente; a promover o progresso da lavoura e da industria do paiz, prestando auxilio aos pequenos lavradores; a promover a reforma da Constituição vigente **NOS PONTOS EM QUE POSSA EVITAR OS ABUSOS DETENTORES DO PODER, OS QUAIS TÊM PREJUDICADO A PRATICA DO REGIME.**

4º - Os membros do Centro Civico e dos nucleos em geral diffundirão os principios aqui assentados por meio de palestras, conferencias, etc., **ATÉ A SUA COMPLETA E INTEIRA REALISAÇÃO**, ainda que por qualquer outro processo mais efficaz .

Cumpre-lhes mais particularmente:

- a) — Ter perfeita noção das responsabilidades e deveres para com a sociedade;
- b) — Combater os hypocritas, os defraudadores e corruptos embora com sacrificios de interesses particulares;
- c) — Não tornar-se instrumento da tyrania, nem apologista da injustiça;
- d) — Combater **EM QUALQUER TERRENO** os inimigos dos principios liberaes das Leis do Paiz;

e)—*GUARDAR ABSOLUTO SIGILO A RESPEITO DE TUDO QUANTO LHES FÔR CONFIADO*, como meios extremos para tornar em realidade o que aqui fica esboçado;

f)—*Prestar aos coassociados e ás suas familias, quando ausentes os chefes, todo e qualquer auxilio de que venham a carecer aquellas;*

g)—*Não esquecer, em qualquer situação em que se achem, os preceitos de honestidade, a pratica da tolerancia e o respeito e auxilio aos seus concidadãos;*

h) -

.....
i)—*Prestar ao chefe ou direção INFORMAÇÕES SEGURAS SOBRE OS DADOS DE QUE VENHA A SER PRECISO A FORMAÇÃO DE JUÍZO SEGURO SOBRE O PROGRESSO OU CONDIÇÕES DE CADA NUCLEO.*

5º— *Como qualquer empreendimento, este terá a sua definitiva execução, depois de balanceados os elementos que deverão tomar parte na acção final.*

Par. 1º - *Como todo plano de acção, este terá os seus detalhes e CADA ELEMENTO A SUA MISSÃO, detalhes e missão que serão conhecidos em ocasião oportuna.*

Par. 2º - *Consideram-se, no entretanto, desde já, como crime de lesa-Patria:*

a)—*As prevaricações de todos os homens publicos contemporaneos, ou quaesquer actos ou acções destes que tenham contribuido para o descrédito nacional;*

b)—*Qualquer informação EXAGERADA, CAPCIOSA OU FALSA que prestar ao que dispões, digo, que prestar alguém contrariamente ao que dispõe a alinea i do art. Anterior (4º);*

c)—*A violação dos deveres em geral attribuidos aos coassociados deste Centro;*

d)—*Qualquer denuncia, por sophisma ou desconfiança de acções menos dignas que attribuir alguém aos fins patrioticos desta Associação;*

e)—*Actos ou conduct de quem quer que seja que pretender obstar, DE QUALQUER MANEIRA, a marcha dos acontecimentos que tem em vista executar este Centro em beneficio do Paiz”.*

O que ahí fica esboçado se não é um plano integralmente executavel, é entretanto, uma formula honesta de bem servir á Republica e acautelar os interesses nacionaes.

Os resultados colhidos nesse lapso de tempo, de mais ou menos dez

mezes, não foram de todo em todo desfavoráveis, o que demonstra não estar ainda inteiramente obliterado o nosso sentimento civico; alguns mais entusiasmados chegaram mesmo a elaboração de planos de execução, mais ou menos realisaveis, dependendo apenas de circumstancias e oppotunidades adequadas, planos que entretanto não lograram ser homologados por quem de direito. Houve mesmo um mal entendido na maneira de encarar esse entusiasmo, resultando uma pequena tregua no trabalho de balanceamento dos elementos já alliciados, tregua essa, porém, sem maiores consequencias para o nosso objectivo.

Proseguindo agora nossos trabalhos, devemos apenas reafirmar que não nos move o intuito nem a vaidade da escolha antecipada dos chefes das operações, nem do movimento regenerador, os quaes serão tirados dentre aquelles que mais se distinguirem pelo seu valor, pela sua dedicação á causa em que estamos empenhados.

Aliás, não estamos a nenhum partido ou politico militante, nem a qualquer interesse subalterno, razão porque nos sentimos á vontade para escolher em momento mais opportuno aquelles que nos devem dirigir.

Entretanto, se a maioria preferir a escolha previa, poderá fazer a indicação daquelle ou daquelles de sua preferencia, e estamos convencidos de que a resolução dessa maioria será catada em bem da causa comum.

Assim lembramos que cada um poderá formular o seu voto fechado para ser apurado com a devida antecedencia, em reunião que fôr assentada.

Como teremos de aproveitar a situação mais adequada ao exito do nosso desideratum, convem que cada representante de nucleo, apure com a maior brevidade os recursos de que dispõe em pessoal e material, convindo que o elemento official sobponha o seu nome á frase "PROMPTO PARA O RAID".

RECOMMENDA-SE ESPECIALMENTE QUE ESTA CIRCULAR SÓ DEVERÁ SER DIVULGADA ENTRE OS ELEMENTOS JÁ INDIRECTAMENTE TRABALHADOS PELOS PROCESSOS INDICADOS NAS INSTRUÇÕES TRANSCRIPTAS (Art. 4º), SÓ SENDO PERMITIDA A SUA SAHIDA DAS MÃOS DO REPRESENTANTE DE CADA NUCLEO, PELO TEMPO LIMITADO Á SUA LEITURA, PELO INTERESSADO, SENDO TAMBEM EXPRESSAMENTE PROHIBIDA A EXTRACÇÃO DE COPIAS, PUBLICAÇÃO, ETC.

Releva-nos recommendar-vos ainda a FIEL OBSERVANCIA DO SIGILO PREVISTO NA LETTRA E DO CITADO ART. 4º, assim com AS RESPONSABILIDADES DO ART. 5º referidas instrucções (letras B e D,

PRINCIPALMENTE).

Fica entendido que antes de ser iniciada a corrida, aquelles que estiverem inscriptos terão, com clarezas, informações exactas do valor e condições dos demais raidmen, bem assim dorumo (missão) de cada um.

Abrindo aqui um parenthese, convem explicar-vos que do cotejo dos elementos já aliciados, verifica-se uma grande superioridade de subalternos sobre os postos mais elevados. E isto se explica perfeitamente. A faculdade do Poder Executivo escolher livremente, dentre os coroneis, aquelles que devem preencher as vagas de generaes, degenerou no pernicioso critério da escolha pessoal dos Presidentes, que ultimamente têm sido mais em vista acautellar os seus interesses politicos e partidarios que os nacionaes, emquanto que permanente indefinidamente aberta a valvula das reformas para aquelles que não se afinam pelas sympathias palacianas. Eis o motivo real dessa desigualdade, que aos menos argutos, de certo, não tem escapado.

É o que vos têm a dizer, por hoje, os camaradas

Tvmvizo RARXLIL OLKVH
Tvmvizo KLNKVF OLFIVRIL
Ylilmvo YIRAZMGL OVRGV
Gvmvmgv YLILMVO NVHJFRGZ
Gvmvmgv MFMVH XV YZIEZOSL
Gvmvmgv YZHGIL ZUROSZXL

Traducção dos nomes que assignam o pamphlete revolucionario:

General Izidoro Lopes
General Pompeu Loureiro
Coronel Crisanto Leite
Tenente Coronel Mesquita
Tenente Nunes de Carvalho
Tenente Castro Afilhado.

O documento estava assinado somente por militares e encabeçado por Isidoro Dias Lopes, ainda comandante militar do levante de 1924.

Segundo documento

*GESTÕES PARA A ORGANIZAÇÃO DE
PODERES DA REPUBLICA, EM SUBSTITUIÇÃO
AOS ACTUAES (MERO ESBOÇO DE
ORGANIZAÇÃO DE PODERES E SUAS
ATTRIBUIÇÕES).*

Divisão Dynamico - Social

Sob o ponto de vista dynamico-social, a Nação brasileira se constitue por classes que resumem a sua vitalidade economica, ou orientam moral e intellectualmente os individuos ou a collectividade, ou a defendem.

Essas classes são:

*COMMERCIAENTES ;
INDUSTRIAES ;
AGRICULTORES ;
OPERARIADO ;
MAGISTRADOS ;
INTELLECTUAES ;
FUNCCIONARIOS CIVIS ;
FORÇAS ARMADAS.*

Cada uma das classes acima indicadas concorre de uma forma especial para o engrandecimento do Paiz; é, pois, justo que as mesmas gozem do direito de colaborar, directamente, na direcção suprema da Republica.

E' natural que acada individuo, cooperando na especialidade de sua classe, possa na alta função representativa prestar serviços que nenhum outro seria capaz de prestar. Ademais, é illogico e contraproducente o irritante monopolio que faz actualmente certa categoria de individuos de assaltar os altos postos da administração e da politica.

O individou só deve actuar na vida da Nação como elemento do trabalho.

*Da Organização dos Poderes e
suas Atribuições.*

A suprema direcção e administração do Paiz poderá ser confiada aos Poderes abaixo, constituídos pela maneira que se segue:

DIRECÇÃO SUPREMA – Um Conselho Federal, - composto de 200 membros, approximadamente, eleitos pelo povo por 6 annos;

LEGISLATIVO – Constituido na razão de tres membros por Estado da Federação, sahidos do Conselho Federal e leitos pelos seus membros, por dois annos;

EXECUTIVO – Presidente da Republica, - tirado ainda do Conselho Federal, por eleição entre os seus membros, pelo tempo de tres annos.

Os membros restantes do Conselho Federal constituirão um Tribunal de permanente fiscalização e tomada de contas dos actos administrativos e financeiros do Executivo. O Presidente do Conselho Federal seria o substituto legal do Presidente da Republica, quando este faltasse depois de dois annos de exercicio. Se faltasse antes o Conselho elegeria novo Presidente para o resto do periodo.

Assim o Conselho Federal – supremo poder governamental – teria as seguintes attribuições:

— eleger o Presidente da Republica, suggerindo um programma administrativo em linhas geraes, de accordo com as necessidades do Paiz;

— eleger, nas epocas proprias, e na proporção de 3 por Estado da Federação, os membros do Legislação;

— approvar ou não as medidas de emergencia adoptadas em casos excepcionais de guerra externa, calamidade publica, perturbações internas, etc. No caso de não approvar as medidas adoptadas pelo Executivo, responsabilizar o Presidente por aquellas que atentarem contra as leis ou os interesses publicos ;

— impedir a execução de leis votadas pelo Legislativo, quando julga. las contrarias aos interesses do paiz. Nesse caso a lei voltaria ao Legislativo e se approvada por mais de $\frac{3}{4}$ de seus membros, seria posta em execução.

O Executivo, além do provimento dos cargos, de accordo com as leis, agiria dentro do programa suggerido pelo Conselho Federal;

— executaria as lei votadas e approvadas pelo Legislativo;

— nomearia e demittiria livremente os secretarios dos seguintes departamentos:

FAZENDA ;
EXTERIOR ;
CORREIOS E TELEGRAPHOS ;
VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS ;
NEGOCIOS INTERIORES E HYGIENE ;
AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO ;
INSTRUCÇÃO PUBLICA ;
DEFEZA NACIONAL (Forças de terra e mar) .

O Legislativo deve ter por missão essencial a organização dos orçamentos, tendo em vista, tanto quanto possivel, as directivas do prigramma administrativo organizado pelo Conselho Federal. Só depois de desempenhar-se desta incumbencia é que poderá tratar de outros assumptos ou votação de Leis, salvo caso de emergencia. Só haverá prorogações ou convocações extraordinarias nos casos de emergencia já previstos. O Legislativo funcconará por quatro mezes annualmente.

D a R e p r e s e n t a ç ã o .

A representação das chamadas classes conservadoras deve ser proporcional ao desenvolvimento commercial, industrial, agricola, etc., de cada Estado, mais ou menos da seguinte maneira:

COMMERCIO – 30 representantes – Estado de São Paulo, Pará, Rio Grande do Sul e Districto Federal, 3 membros; e os demais, inclusive o territorio do Acre, um;

INDUSTRIA – 30 representantes – Districto Federal, Estado de São Paulo, Minas Geraes e Rio Grande do Sul, 3 cada um; e os demais Estados, inclusive o Acre, um;

AGRICULTURA – 30 representantes – São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Minas, 3 cada um; e os demais, inclusive o Acre e o Districto Federal, um cada;

OPERARIADO – 30 representantes – Districto Dederal e São Paulo, 3 cada um; Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Minas, 2 e os demais, inlcusive o Acre, um cada ;

MAGISTRATURA – 22 representantes – um por Estado e Acre;

INTELLECTUAES – 44 representantes – 2 por Estado e Acre;

FUNCIONARIOS PUBLICOS CIVIS - 6 representantes ;

*EXERCITO – 5 representantes ;
MARINHA – 3 representantes.;*

DOS ESTADOS

A organização política e administrativa estadual poderá ser moldada, em tudo quanto for possível, pela organização federal, composto o Conselho Estadual de 22 membros, eleitos por 4 annos, dos quaes, dez constituirão o Legislativo, biennalmente, um será eleito Presidente e outro vice-presidente, por dois annos.

A representação das classes conservadoras, deve ser na proporção do desenvolvimento de cada uma.

DOS MUNICIPIOS

Como cellula mater das sabias organizações governamentaes, o Municipio terá a sua politica e administração análogas ao Estado, constituindo o seu Conselho por 9 membros, dos quaes um será annualmente eleito pelos demais para presidir os destinos do Municipio e os restantes constituirão o Legislativo municipal.

Está subtendido que estão excluídos das% representações estaduaes e municipaes as classes armadas, por não constituírem elemento regional.

DA JUSTIÇA

Esta deve ser unificada, agindo como interprete das Leis da Republica em todo o territorio brasileiro, onde fizer sentir a sua acção.

A Justiça ou o Poder Judiciario deve ser constituido por Tribunaes, um para cada Estado, e pelo Supremo Tribunal de Justiça (Poder Julgador) com séde na capital da Republica, podendo ser este composto de Ministros escolhidos pelos seus pares, entre os juizos ou promotores com mais de cinco annos de magistratura, e aquelles, formados por juizes escolhidos entre cidadãos idôneos, e eleitos pelos membros da Justiça.

MEDIDAS COMPLEMENTARES

Outras medidas de ordem administrativas e econômicas se impõe sejam immediatamente adoptadas; a criação de colônias agriculas, para o

abastecimento do exercito, etc.; a diffusão da instrucção publica, tornando-a obrigatoria nos cursos primarios e profissionaes; a modificação do regime de impostos; a reorganização dos estados maiores do Exercito e Armada, tornando-os independentes do Executivo que de taes forças só se poderá utilizar por deliberação do Conselho Federal, nos casos que fossem previstos em lei; a reforma da lei eleitoral; a reforma da lei de promoções, de modo a só admitir em tempo de paz, o accesso até o posto de coronel (ou capitão de mar e guerra) pelo principio de antiguidade e o de general de brigada por indicação dos seus pares; a criação de uma milicia federal, distribuida por todo o territorio brasileiro, conforme as necessidades do Governo.

DO GOVERNO PROVISORIO OU REVOLUCIONARIO.

Tomando-se por base os principios adoptados neste esboço, para substituir temporariamente os actuaes açambarcadores do Poder Publico, poderá ser constituído um Governo Provisório ou Revolucionário por tantos elementos das classes conservadoras quantos são essas classes ahi discriminadas (oito), escolhendo-se o mais capaz para chefe do Governo.

Os seus actos serão sempre dictados pelo citado esboço e segundo as circumstancias do momento.

Ai está um modelo constitucional tendo como modelo ou inspiração o programa eleitoral fascista. Afinal, nas palavras de Mussolini “ O estado fascista ou é corporativista ou não é fascismo” (Hobsbawm, 1995, p.329).

Terceiro documento: um bilhete com muita cautela

É nesse ambiente de reflexos e sombras da sociedade e da política brasileira que os documentos transcritos se inserem.

*O extremo cuidado na manutenção do sigilo solicitado pelo então presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, desembargador Florêncio C. de Abreu e Silva que exercia também a função de Juiz da Corte de Apelação do Estado do Rio Grande do Sul, então com 42 anos de idade, e o Secretário da instituição, o médico Eduardo Duarte revela ao menos algum grau de cumplicidade, pelo menos com o General Isidoro Dias Lopes. O Secretário, preocupado registra ao pé do bilhete: “ **Recebido do desembargador Florêncio C. de Abreu e Silva. Em 30/12/1924 – Duarte**”.*

O documento:

Bom dia !

Sob a maior reserva manda tirar duas cópias desse precioso documento de atualidade, - uma para o Instituto (IHGRGS) e outra para mim.

É preciso toda a reserva para não comprometer o possuidor do doct. (documento).

GRN

NOTICIÁRIO

NOTAS DIVERSAS SOBRE IHGRGS

POSSE DA DIRETORIA REELEITA PARA O BIÊNIO 2004-2006

A Diretoria integrada pelos membros a seguir tomou posse no dia 5 de agosto de 2004.

Presidente: Gervásio Rodrigo Neves

1º Vice-Presidente: Luis Alberto Cibils

2º Vice-Presidente: Earle Diniz Macarthy Moreira

Tesoureiro-Geral: Miguel Frederico do Espírito Santo

Tesoureiro: Heinrich Hasenack

Secretário-Geral: Sérgio Alves Teixeira

Secretário: Flávio Loureiro Chaves

Coordenador do Patrimônio Cultural: Raphael Copstein

Coordenador de Comunicação: Sérgio da Costa Franco

Conselho Fiscal:

Margaret M. Bakos

Paulo Xavier

Telmo Lauro Müller

Palavras do presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul no ato de posse da nova Diretoria, dia 05 de agosto de 2004.

Senhores

Senhoras e senhores

Meus caros amigos, membros do IHGRGS

A reeleição dessa Diretoria, só se justifica pelo empenho num projeto, não de “modernização”, palavra ambígua que freqüentemente se confunde com os atos da sociedade do espetáculo ou com a simples ostentação vazia, mas pela formulação e execução do nosso futuro como instituição cultural, republicana de nascimento, absolutamente independente e pluralista no campo das idéias.

Para a execução desse projeto tivemos que atuar em muitas áreas. Só essa atuação justifica que façamos aqui um resumo das atividades, como preliminar ao Relatório à Diretoria e como informações para que os senhores possam avaliar os resultados do nosso trabalho.

Ampliamos nosso patrimônio imobiliário e de equipamentos necessários a uma instituição que quer ser histórica. O nosso patrimônio é a nossa base de financiamento, até agora única, para o funcionamento de Instituição. O segundo, para garantir atividades compatíveis com o mundo moderno e sua dinâmica contemporânea.

De um único computado, quando assumimos, estamos trabalhando agora com seis, quase o suficiente às nossas atividades para acelerar o dinamismo do nosso projeto.

Aumentamos o número de scanners, fundamentais à nova organização dos documentos que zelosamente mantemos e ampliamos.

Até setembro estaremos implantando um novo site na internet, o que nos permitirá uma maior divulgação e contatos. Enfim, ampliando a nossa visibilidade.

As máquinas não nos esvaziaram. Pelo contrário.

De um único servidor , ampliamos nosso quadro de auxiliares, agregando:

Historiadoras

Bibliotecária

Bolsistas

Secretária

Serviços gerais.

Viabilizamos, com gente jovem e entusiasmada, uma parte fundamental do nosso projeto. A esses jovens, os nossos agradecimentos.

Não podemos negar que também exercemos, assim, a nossa responsabilidade social.

Não fizemos isso de forma açodada, mas alicerçada num novo estilo de relações, pelo qual utilizamos:

1 – Recursos próprios, considerados investimentos, aprovados por nossas Assembléias Gerais;

2 – Recursos obtidos junto a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul, através de um projeto de organização do arquivo Landell de Moura;

3 – Da dotação orçamentária aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, aprovando nossa emenda popular ao Orçamento do Estado e para a qual contribuíram eficazmente a Senhora Reitora da UFRGS, os senhores reitores da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, além do presidente da Associação Rio-Grandense de Imprensa.

4 - Da doação, pela agência Borges de Medeiros do Banco do Brasil, de um microcomputador, o que foi, sob o ponto de vista moral, um grande auxílio a nossa caminhada à modernidade.

5 - Nesse esforço para obter outras fontes de financiamento é necessário registrar o projeto do Senador Pedro Simon apresentado ao Senado Federal de auxílio financeiro a todas as instituições semelhantes ao IHGRGS, em todos os estados do Brasil.

É preciso que se diga que tal iniciativa teve o senador após cordial visita a nossa Instituição.

Ampliamos nossas relações com a Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, no que resultou na institucionalização da coleção "*O Pensamento Político*".

Publicamos, o ano passado, o de Júlio de Castilhos e está no prelo, para distribuição ainda em agosto, o de Getúlio Vargas, ambos com a colaboração do Museu Júlio de Castilhos.

Ampliamos, também, nossa colaboração com a Escola Legislativa.

Ampliamos nossos contatos para caminharmos juntos, pelo menos numa parte do caminho, com instituições locais, regionais, nacionais e estrangeiras. E produzimos.

Publicamos, além da Revista do Instituto:

O Mapa das principais batalhas da Revolução Farroupilha, com o apoio da empresa Univas e da Secretaria da Cultura do Estado do Rio Grande do Sul. Produzimos e publicamos, ainda que em modestíssimas tiragens, CDs:

Mapa do Rio Grande do Sul de 1868

Mapa da estrada de Ferro Porto Alegre-Uruguaiana, com a localização das "Colônias".

Estaremos lançando ainda este ano, os seguintes Cds, em parceria com outras Instituições:

1 - Estatísticas Econômicas Históricas do período Colonial no Rio Grande do Sul

2 - Memória Científica do Padre Landell de Moura;

3 - Estatísticas demográficas e econômicas da Colônia de São Leopoldo, com completa bibliografia sobre os alemães no Brasil.

4 - Sesmarias no Rio Grande do Sul (1732-1824).

1 - Ampliamos os nossos arquivos documentais

Iniciamos o processo de organização e classificação desses arquivos

ou fundos com os meios computacionais.

2 – Ampliamos e estamos organizando as bibliotecas, começando sua classificação por processos eletrônicos.

Já estamos concluindo a informatização da biblioteca de Geografia, destacando, desde já, a nossa Coleção de Atlas, certamente uma das mais completas no Rio Grande do Sul, e a Mapoteca completa e atualizada.

Ai está o quadro, resumido, do nosso projeto, a razão do nosso “*continuismo*”.

Muitos esforços ainda nos esperam.

Muitos desafios serão colocados.

Nos cabe responder a esses desafios, crítica e criativamente e com muito trabalho.

Agradeço nos que acreditaram e acreditam no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, um projeto sonhado há 84 anos.

Muito obrigado a todos

ARQUIVOS PRIVADOS: FUNDOS DOCUMENTAIS

Adroaldo Mesquita da Costa	Em classificação	
Afonso Guerreiro Lima	Geografia e cartografia	
Almir Porto da Rocha	Postais estrangeiros	
Álvaro Moraes	Correspondência	1895/1918
Amaro Baptista	Correspondência	1923/1924
	Documentos diversos	
	Recortes jornais	
Antônio Augusto Borges de Medeiros	Correspondência	1889/1987
	Documentos Diversos	
Antônio José Borges	Iconografia: plantas	Dec.1920/50
Aparício Mariense da Silva	Correspondência	1885/1890
Apolinário Porto Alegre	Correspondência	1820/1970
	Documentos Diversos	
	Cópias de documentos	
Armando Dias da Costa	Correspondência	1850/1970
Armando Dias de Azevedo	Correspondência	Séc. XX
	Documentos diversos	
Arquimedes Fortini	Recortes de jornais	
Arthur Ferreira Filho	Correspondência	1890/1950
	Documentos Diversos	

Athos Damasceno Ferreira	Recortes jornais	
Aureliano de Figueiredo Paz	Literatura	
Aurélio Porto	Documentos pessoais	1858/1891
	Correspondência	1817/1939
	Documentos Diversos	
	Cópias de documentos	
	Documentos originais	
Aurélio Porto	Cadernos genealógicos	
Aurélio Viríssimo de Bittencourt	Correspondência	1862/1962
	Documentos Diversos	
Aymoré Drummond	Em classificação	
Bento Martins de Menezes – Barão de Ijuí	Correspondência	1857/1939
	Documentos Diversos	
	Recortes de jornais	
Bernardo de Castilho Maia	Correspondência	1871/1901
	Documentos comerciais	
Bernardo Pires	Correspondência	1828/1894
	Documentos diversos	
Carlos G. Rheingantz	Fichário genealógico	
Carlos Reverbel	Correspondência	1880/1970
	Simões Lopes Netto	
	Documentos Diversos	
Clube Republicano Rio-Grandense	Correspondência	1887/1966
	Documentos diversos	
	Recortes de jornais	
Delegacia Fiscal Provisória	Documentos Diversos	1798/1848
Domingos José de Almeida	Correspondência	1830/1850
	Documentos diversos	
Eduardo Duarte	Correspondência	
Emílio Fernandes de Souza Docca	Correspondência	1822/1945
	Documentos Diversos	
	Recortes de Jornais	
Emílio Lúcio Esteves	Correspondência	1923/1925
	Diversos	
Ênio de Freitas e Castro	Música	
Felisberto Baptista	Correspondência	1850/1910
	Documentos Diversos	
	Documentos forenses	

Francisco Antônio Borges	Correspondência	1829/1892
	Documentos diversos	
	Plantas das colônias	
Fundo Geral	Diversos	
Gastão Abott	Transcrição de documentos	Séc. XIX
Getúlio Vargas	Em classificação	
Homero Baptista	Correspondência	1890/1930
	Documentos Diversos	
	Documentos forenses	
	Ministério da Fazenda	
João Barreto	Correspondência	1839/1971
João de Deus Martins	Em classificação	
João Francisco Pereira de Sousa	Correspondência	1890/1950
	Documentos Diversos	
João Palma da Silva	Correspondência	1923
	Documentos Diversos	
João Pedro Carvalho Moraes	Correspondência	1873/1874
João Rodrigues Menna Barreto	Correspondência	1923/24
	Documentos Diversos	
	Recortes de jornais	
Joaquim Francisco de Assis Brasil	Correspondência	1887/1946
	Plantas	
José Antônio Corrêa da Câmara – 2º. Visconde de Pelotas	Correspondência	1840/1900
	Documentos Diversos	
José Custódio Coelho Leal	Correspondência	1710-séc XX
	Documentos Diversos	
José de Araújo Fabrício - José Feliciano Fernandes Pinheiro – Visconde de São Leopoldo	Fichário genealógico	
	Correspondência	Séc. XIX
	Documentos Diversos	
José Otaviano Pinto Soares	Correspondência	1880/1955
	Documentos Diversos	
La Hire Guerra	Programas e libretos. Teatro	1904/1927
Ladislau Amaro da Silveira	Correspondência	1860/1910
	Documentos Diversos	
	Recortes de Jornais	
Laudelino Teixeira de Medeiros	Documentos pessoais	

Fotografias de Porto Alegre

Leonel Brizola

Recortes de jornais

2004

Lothar Francisco Hessel

Documentos pessoais

Recortes de Jornais

Manuel da Cunha Vasconcelos

Correspondência

1891/1895

Documentos Diversos

Manuel de Cerqueira Daltro Filho

Em classificação

Miguel Meirelles

Em classificação

Moacyr Domingues

Fichário genealógico

Nicanor Letti

Correspondência

De Protásio Alves

Séc. XX

Documentos Diversos

Documentos Faculdade de Medicina

Othelo Rosa

Correspondência

Séc XVIII a Séc. XX

Documentos Diversos

Cópias de documentos

Documentos originais

Plácido de Castro

Cópias Correspondência

1901/1905

Cópias Documentos

Quintino de Azevedo Bandeira

Correspondência

1843/1874

Rinaldo Câmara

Correspondência

Séc. XX

Documentos diversos

Recortes de jornais

Riograndino da Costa e Silva

Documentos pessoais

Roberto Landell de Moura

Correspondência

1901/1928

Documentos Diversos

Iconografia

Sérgio da Costa Franco

Cópias de documentos

Severiano de Almeida

Correspondência

1891/1930

Severino Ribeiro Carneiro Monteiro

Documentos pessoais

1876

Telmo Jobim

Correspondência

1792/1937

Documentos Diversos

Thomas José Luiz Osório

Correspondência

1781/1889

Documentos pessoais

Vazulmiro Dutra

Correspondência

1890/1926

Walter Spalding

Documentos diversos

Correspondência

Séc

Documentos Diversos

XIX-XX

Documentos originais

Recortes de Jornais

Do patrimônio documental

Incorporação no período novembro de 2003/novembro 2004.

Livros

Adquiridos por doação:

O Instituto recebeu 411 livros. Neste total se incluem 75 números da *Coleção do Senado Federal*, doados pelo Secretário de Comunicação Social do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, senhor Ibsen Pinheiro.

Adquiridos por compra:

Foram comprados 55 livros.

CD -Rom

Adquiridos por doação: 10

Adquiridos por compra: 5

Documentos

Adquiridos por doação:

1) Caderneta de Josino de Freitas Chaves

Doação de seu neto: Engº José Antônio Chaves Franco

2) Conjunto de documentos (Correspondência Ativa e Passiva) e recortes de jornais do arquivo pessoal de Arthur Ferreira Filho doado pela sua filha Eunice Ferreira.

3)-Uma folha de seda, do Diário Popular de Pelotas datada de 20 de setembro de 1903, onde é homenageado José Joaquim Andrade Neves Neto;

-Um volume da “Enciclopédia do Povo e das escolas”, editada em 1874, que pertenceu ao mesmo Andrade Neves Neto;

-Uma pasta com fotos, reportagens sobre Setembrino de Carvalho;

-Um volume com as memórias do setembrino de Carvalho;

-Um álbum com as assinaturas das pessoas que compareceram na homenagem que prestaram ao meu pai, Miguel Meirelles, no dia 08 de agosto de 1959.

Documentos estes doados por José Francisco de Andrade Neves Meirelles.

4) Arquivo de João Francisco Pereira de Souza, doação de Francisco Pedro Estrasula Pereira de Souza.

5) Memorial Açoriano – vol I ao XX, doação de Luis Antônio Alves

Conservação patrimonial

Neste período o Instituto realizou reformas e consertos nos seus imóveis a seguir:

- No prédio nº699, situado na Rua Bento Martins: foi feita uma reforma geral do prédio, incluindo pintura, troca de encanamento, rede elétrica, sistema de proteção contra incêndio.

- No apartamento nº201, do prédio 1305 situado na Rua Riachuelo: pintura, colocação de uma parede divisória, para reconstrução de um quarto e reforma da cozinha.

Correspondência (novembro 2003/ novembro 2004)

RECEBIDA: 336

EXPEDIDA: 96

Assembléias Gerais

Datas: 03 de dezembro de 2003, 07 de janeiro de 2004, 17 de março de 2004, 30 de abril de 2004, 19 de maio de 2004, 16 de junho de 2004, 14 de

julho de 2004, 15 de setembro de 2004.

Reuniões da Diretoria

Datas: 03 de dezembro de 2003, 22 de dezembro de 2004, 07 de janeiro de 2004, 17 de março de 2004, 19 de maio de 2004, 16 de junho de 2004, 12 de agosto de 2004, 15 de setembro de 2004.

Doações da revista do Instituto

Para as seguintes entidades, com coleção completa:

Centro Cultural de Santiago

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do Rio de Janeiro

Núcleo de Pesquisas Históricas Tarciso Taborda

Biblioteca da UNISINOS

Instituto Histórico e Geográfico de Santo Antônio da Patrulha

Biblioteca Pública Municipal de Lagoa Vermelha

Academia Passo-Fundense de Letras

Participação em eventos externos

Colóquio Internacional “A Presença Portuguesa na Região Platina-Território e Povoamento” patrocinado pelo Instituto Camões em Colônia do Sacramento – Uruguai. Março de 2004.

Participaram Gervásio Rodrigo Neves, Miguel Frederico do Espírito Santo e Vera Lucia Maciel Barroso.

AUXÍLIO FINANCEIRO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ATRAVÉS DE APROVAÇÃO DE EMENDA POPULAR EM 2003

O referido auxílio no valor de R\$ 50.000,00 foi repassado em 5 parcelas iguais, nas datas a seguir:

1ª parcela: 22/06/04

2ª parcela: 12/07/04

3ª parcela: 13/08/04

4ª parcela: 17/09/04

5ª parcela: 15/10/04

Eventos culturais promovidos pelo Instituto e realizados em sua sede, no período de Novembro 2003/ Novembro 2004

Sessão Comemorativa aos cem anos do Tratado de Petrópolis:

Palestra de Adelar Heinsfeld

TEMA: TRATADO DE PETRÓPOLIS (1903): SIGNIFICADO GEOPOLÍTICO E REPERCUSSÃO INTERNA E EXTERNA

Palestra de Celso Jaloto Ávila Junior

TEMA: PLÁCIDO DE CASTRO E A REVOLUÇÃO ACREANA

Data: 26 de novembro de 2003

Seminário “A produção de estatísticas e a utilização dos dados”

Dia: 26 de maio de 2004.

TEMAS:

“O SISTEMA DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS DO IBGE”;

“AS ESTATÍSTICAS ECONÔMICAS”.

Dia: 27 de maio de 2004.

TEMAS:

“AS ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E SOCIAIS”;

“O SISTEMA CARTOGRÁFICO NACIONAL”;

“AS ESTATÍSTICAS HISTÓRICAS”;

PALESTRAS SOBRE A IMIGRAÇÃO ALEMÃ

Palestra de Juvêncio Saldanha Lemos

“O Imigrante Soldado de 1824”

Palestra de Telmo Lauro Müller

“Aspectos Históricos dos 180 anos da Imigração”

Palestra de Arthur Blasio Rambo

“Associativismo e Identidade Teuto Brasileira”.

Data: 22 de junho de 2004.

Palestra sobre o Folclore

Palestrantes:

Lílian Argentina B. Marques, Neusa Bonna Secchi, Sonia Siqueira

Campos

Data: 12 de agosto de 2004.

Lançamento do livro “ Os Viajantes olham Porto Alegre”
Autores: Valter Antonio Noal Filho e Sergio da Costa Franco
Dia: 25 de outubro de 2004.

Lançamento do CD- Memória Científica do Padre Roberto Landell de
Moura

Apresentação de:
Liana Bach Martins
Gervásio Rodrigo Neves
Alan Cristian Tabile Furlan

Posse de novos membros efetivos no IHGRGS em 2003.

Empossado: Márcia Eckert Miranda

Data: 03 de novembro

Local: Salão Nobre do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande
do Sul

Palestra: Século XIX- Da Delimitação do Território Nacional à Difícil
Descoberta do Interior

Saudação: Gervásio Rodrigo Neves

Dr. Eurípedes Falcão Vieira

Data: 17 de novembro

Local: Salão Nobre do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande
do Sul

Palestra: Espaços Econômicos: Transterritorialidade, Poder e Gestão..

Saudação: Gervásio Rodrigo Neves

Homenagem a membro do IHGRGS

Dr. Paulo Xavier recebeu a Medalha Negrinho do Pastoreio, em agosto
de 2004.

Prof. Moacyr Flores recebeu o Troféu Zelia Gastal - Jornal Opinião de
Viamão/Junho e a Comenda Dante de Laytano da Comissão Gaúcha de
Folclore/Agosto.

Visitas ao IHGRGS

- Fernando Costa Milan – Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São José do Norte.
- Otávio Augusto Boni Licht –IBGE
- Roberto Verdun- Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS
- Deputado Federal Mendes Ribeiro Filho.
- Ibsen Pinheiro.

Publicações do IHGRGS

1. O Pensamento Político de Getúlio Vargas, em parceria com a Escola do Legislativo e Museu Júlio de Castilhos. Lançamentos: São Borja e Porto Alegre.
2. O CD “Memória científica do Padre Roberto Landell de Moura”, resultante de Projeto de pesquisa apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul, e coordenado pelo professor Sérgio Alves Teixeira.

SOLICITAÇÃO DE AUXÍLIOS À MODERNIZAÇÃO DOS ACERVOS.

- 1) Projeto “A Cartografia virtual histórica-urbana de Porto Alegre” apresentado na Prefeitura de Porto Alegre, junto ao FUMPROARTE. Aprovado. Parte dos recursos já foram depositados.
- 2) Emenda popular, apresentada na Assembléia Legislativa ao projeto de orçamento do Estado para o exercício de 2005, assinada pelos senhores reitores PUC e UERGS, solicitando auxílio financeiro para o Instituto, dando continuidade ao projeto de modernização dos arquivos e bibliotecas, iniciado pelo auxílio por ela concedido em 2004. Aprovada e incluída no orçamento do estado. Doário Oficial de 10 de dezembro de 2004, pág. 4.
- 3) Projeto apresentado junto a Caixa Econômica Federal. Para modernização dos Arquivos e Biblioteca.

SERVIÇOS OFERECIDOS AOS MEMBROS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

- 1 . Fotografias digitais, em CD ou disquete de imagens e textos
 - 1.1 – Cópias em papel
 - 1.2 – Em CD ou disquete
- 2 . Cópia de textos impressos, com transformação em OCR, em disquete (sem correção que fica a cargo do solicitante)
 - 2.1 – Cópias em disquete e em papel
- 3 . Cópias de páginas das falas, mensagens e relatórios dos presidentes da Província/Estado, de 1829 a 1930.
 - 4.1 . Em papel
- 4 . Pesquisa bibliográfica em bibliotecas nacionais e estrangeiras (temas específicos).
 - 5.1 – Em disquete
- 5 . Pesquisa sobre a disponibilidade de documentos em arquivos nacionais
 - 6.1 – Em disquete ou CD
- 6 . Cópias de páginas dos documentos do período colonial, disponíveis em arquivos de Portugal. Em disquete ou CD
 - 7.1 – Cópias em papel
- 7 . Relatório da bibliografia geográfica (Biblioteca do IHGRGS).
 - 8.1 – Em papel
- 8 . Relatório sumário dos documentos (exceto telegramas) do Arquivo Borges de Medeiros (em CD).
- 9 . Pesquisa demográfica, do universo e da amostra do censo demográfico de 2000 para todos os municípios do país.
 - 10 – Cópias em papel
- 10 . Dados demográficos do país e estados no período de 1900 a 2000.
 - 11.1 – Cópias em papel
 - 11.2 – Cópias em disquete ou CD
- 11 . Dados demográficos históricos totais do Rio Grande do Sul.
 - 12.1 – Cópias em papel
- 12 . Serviço de orientação à apresentação bibliográfica, segundo as normas da ABNT
- 13 . Serviço de pesquisa temática na Internet (a partir de dezembro)
- 14 . Serviço de consultas a mapas do Rio Grande do Sul nas escalas:

1:50 000; 1:250 000 e outras

15 . Serviço de consultas a **imagens de radar** de todo o território do Rio Grande do Sul

16 . Serviço de elaboração de mapas digitais (sob encomenda e orçamento prévio).

17. Serviço de consulta a coleção de Atlas (do IHGRGS).

18 . Serviço de pesquisas . Indicação de profissionais para transcrição de documentos. No Rio Grande do Sul e outros estados.